Veículo: Bahia Econômica	
Data: 24/12/20	

Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

BAHIA REALIZA CONSULTA PÚBLICA PARA PPP DO HOSPITAL METROPOLITANO

admin 24 Dezembro, 2020

A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) realiza uma consulta pública para concessão administrativa da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano. A Parceria Público-Privada (PPP) terá duração por um período de 10 anos.

Localizado em Lauro de Freitas, o hospital terá 330 leitos, sendo 75 de UTI, dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. A unidade deverá dispor de equipe multiprofissional de referência nas diversas áreas da alta complexidade em que atua.

Entre obras e equipamentos, o Hospital Metropolitano recebeu investimentos superiores a R$ 173 milhões. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

A primeira audiência da Consulta Pública nº 003/2020 será realizada em 14 de janeiro de 2021, às 9h, na Sala de Licitações da Sesab. Os estudos técnicos, edital, contrato e anexos podem ser acessados no site da Sesab. Os documentos também podem ser obtidos na sede da Sesab ou pelo e-mail dlc.licitacao@saude.ba.gov.br. Mais informações podem ser obtidas por meio dos telefones (71) 3115-4195/9693.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/12/2020	Caderno: Notícias

Quinta, 24 de Dezembro de 2020 - 08:20

Bahia realiza consulta pública para PPP do Hospital Metropolitano

A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) anunciou a abertura de uma consulta pública para concessão administrativa da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano. A **Parceria Público-Privada (PPP)** terá duração por um período de 10 anos.

Localizado em Lauro de Freitas, o hospital terá 330 leitos, sendo 75 de UTI, dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. A unidade deverá dispor de equipe multiprofissional de referência nas diversas áreas da alta complexidade em que atua.

Entre obras e equipamentos, o Hospital Metropolitano recebeu investimentos superiores a R$ 173 milhões. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

A primeira audiência da Consulta Pública nº 003/2020 será realizada em 14 de janeiro de 2021, às 9h, na Sala de Licitações da Sesab. Os estudos técnicos, edital, contrato e anexos podem ser acessados no site da Sesab. Os documentos também podem ser obtidos na sede da Sesab ou pelo e-mail dlc.licitacao@saude.ba.gov.br.

Veiculo: Politica Livre	
Data: 24 a 28.12.2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICA LIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Governo do Estado realiza consulta pública para PPP do Hospital Metropolitano

BAHIA

A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) realiza uma consulta pública para concessão administrativa da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano. A Parceria Público-Privada (PPP) terá duração por um período de 10 anos.

Localizado em Lauro de Freitas, o hospital terá 330 leitos, sendo 75 de UTI, dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear. A unidade deverá dispor de equipe multiprofissional de referência nas diversas áreas da alta complexidade em que atua.

Entre obras e equipamentos, o Hospital Metropolitano recebeu investimentos superiores a R$ 173 milhões. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

A primeira audiência da Consulta Pública nº 003/2020 será realizada em 14 de janeiro de 2021, às 9h, na Sala de Licitações da Sesab. Os estudos técnicos, edital, contrato e anexos podem ser acessados no site da Sesab. Os documentos também podem ser obtidos na sede da Sesab ou pelo e-mail dlc.licitacao@saude.ba.gov.br. Mais informações podem ser obtidas por meio dos telefones (71) 3115-4195/9693.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/12/2020	Caderno: Notícias

Domingo, 27 de Dezembro de 2020 - 17:00

Compras de fim de ano concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R$ 100 mil e a 90 de R$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do governo do Estado.

Na hora de compra quem já está inscrito no site da Nota Premiada só precisa solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-se no site da **Secretaria da Fazenda do Estado** e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a Nota Premiada Bahia já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R$34,8 milhões para essas entidades.

Compras de Natal e ano novo concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Clique aqui para abrir a imagem

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** podem aproveitar as compras de final de ano para incluir o CPF na nota e concorrer a um prêmio de R$ 100 mil e a 90 de R$ 10 mil no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**.

Na hora de comprar a roupa nova, os itens da ceia, os presentes para amigos ou os enfeites para decorar a casa, quem já está inscrito no site da Nota Premiana só precisa se lembrar de solicitar ao estabelecimento comercial que o CPF cadastrado na campanha seja inserido na nota fiscal, condição necessária para que sejam gerados os bilhetes que concorrerão no sorteio de janeiro. Os sorteios sempre levam em conta bilhetes gerados no mês imediatamente anterior.

Para quem não está cadastrado na campanha, ainda dá tempo de participar. Para isso, é necessário cadastrar-se no site e preencher um formulário simples, no qual também é preciso escolher até duas entidades filantrópicas, uma da área de saúde e outra da social, com as quais serão compartilhadas todas as notas eletrônicas que forem associadas ao CPF cadastrado.

A partir do cadastro, que é feito uma única vez, a cada compra com a inclusão do CPF na nota, o participante estará concorrendo aos sorteios e ajudando as instituições por ele escolhidas. As entidades a serem apoiadas participam do programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

Com mais de 577 mil participantes inscritos, a **Nota Premiada Bahia** já premiou o total de 1.132 pessoas, das quais 716 de Salvador, 415 do interior do estado e uma de fora da Bahia. Além dos sorteios, a cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que são hoje 523. Desde 2018, a campanha já destinou R$34,8 milhões para essas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia,Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: RÁDIO METRÓPOLE FM	
Data: 26/12/2020	Programa: NOTÍCIAS
Assunto: Governo do Estado anuncia redução do **IPVA 2021**.	

Data: 26/12/2020
Hora: 11:44
Emissora: RÁDIO METRÓPOLE FM
Programa: NOTÍCIAS
Apresentador (a): --
Citação Direta: Sim
Impacto: POSITIVO
S**inopse:** Governo do Estado anuncia redução do **IPVA 2021**.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 24 a 27/12/2020	Página: 03

Tribuna

APROVADO

Bahia tem orçamento de R$ 50,1 bilhões previsto para 2021

A PREVISÃO orçamentária da Bahia para 2021 é de R$ 50,1 bilhões, segundo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado na AL-BA

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A previsão orçamentária da Bahia para 2021 é de R$ 50,1 bilhões, segundo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado ontem em primeiro turno na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). O texto ainda precisa ser aprovado em 2º turno e deve ser apreciado pelo Plenário na próxima segunda-feira. O líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), comemorou as aprovações, via Plenário Virtual, do primeiro turno da LDO para o próximo ano e também do Projeto de Lei (PL) 24.039/20 que dispõe sobre a remissão parcial e a redução de juros e multas de débitos tributários do ICMS para atividades de extração e refino de petróleo e gás natural.

"A LDO não reduz o valor de investimentos em nenhuma das áreas, o que ela propõe é um ajuste para um cenário de 2021, que não é um cenário positivo, mas a Bahia conseguiu ser o segundo estado em investimentos no país. São ajustes para que o Estado tenha capacidade de fazer investimentos dentro das definições prioritárias que necessita, respeitando os 25% para Educação, 15% para Saúde e, efetivamente, as prioridades que foram discutidas com os diversos segmentos", destacou o petista. Em 2020, a expectativa é de uma arrecadação de R$ 48,3 bilhões, menor que os 48,8 bilhões de 2019. Entre as prioridades destacadas pela gestão baiana estão o "acesso e permanência dos estudantes no sistema público e estadual de ensino"; "vigilância e atenção à Saúde de forma regionalizada"; e "assistência técnica e extensão rural para sistemas produtivos estratégicos, em especial ao abastecimento".

Rosemberg ainda solicitou, para a próxima segunda (28), a partir das 10h, uma reunião conjunta entre as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle para ampliar as discussões sobre a LDO. "O encontro visa debater, dar oportunidade e, obviamente, não ter nenhum problema em relação às discussões do orçamento nas comissões", justificou.

Joá Souza / Ag. A TARDE / 11.2.2015

Câmbio vem caindo e dólar tende a ficar na casa dos R$ 5

FINANÇAS Remuneração da renda fixa caiu com queda da Selic, mas ainda é melhor que poupança

Debêntures, Tesouro Direto e CDB são opções de investimento em 2021

FÁBIO BITTENCOURT

Entre os produtos financeiros de renda fixa, algumas debêntures (títulos de crédito de empresas), Tesouro Direto (governo) e o CDB pós-fixado com liquidez diária estão entre as principais apostas dos especialistas como sendo as melhores opções de investimento em 2021 – para quem quer começar a guardar um dinheiro ou formar uma reserva de emergência.

A queda da Selic para 2% ao ano em 2020 derrubou a rentabilidade dessas modalidade ditas mais conservadoras, mas elas ainda costumam remunerar melhor que a poupança, dizem.

Para tanto, e considerando quem tem pouco traquejo com finanças, a dica é ficar sempre atento ao noticiário, aos humores do mercado, pois não há uma fórmula simples, ou única, falam os mesmos analistas. A receita continua sendo diversificar – ou seja, não apostar todas as fichas em uma única cesta –, manter a cautela e o radar ligado. Planejador financeiro pessoal, Edísio Freire orienta que um iniciante no assunto tenha em mente o objetivo pretendido e o prazo [de utilização do recurso], para a escolha apropriada de um produto com "liquidez coerente".

"Tem de ter muita cautela, não existe uma resposta simples, depende de muita coisa, do perfil da pessoa, idade, o tempo em que se quer utilizar o dinheiro, objetivo – se para a compra de imóvel, férias, aposentadoria. Se o perfil é mais arrojado ou conservador. E ficar atento ao prazo de resgate, taxas de entrada, administração, saída", fala.

"Também é bom prestar atenção às sugestões de corretores, gerente de banco, e não deixar toda a bola com eles. É preciso buscar informação, eles vão fazer o papel deles para com as instituições na qual trabalham".

Recorde na B3

Freire destaca ainda que quem tiver perfil mais arrojado e quiser começar a transitar entre fundos imobiliários e multimercado, títulos que mesclam receita variável e fixa, este é um bom momento. Mas que, se o interesse for um pouco do "estresse" do mercado, que aí as opções são fundos de ações, papéis da bolsa de valores, de empresas internacionais e boa performance.

Sinal de que crise é momento também de arriscar é que, em plena pandemia do novo coronavírus, com uma série de impactos na economia de todo o mundo, o número de pessoas físicas na B3 (bolsa de valores brasileira) bateu recorde e ultrapassou a marca de três milhões de investidores este ano, 82% mais que o registrado no final de 2019.

Em uma live nas redes sociais, o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, destacou o resultado, "em um ano marcado pela combinação de volatilidade nos preços dos ativos, taxas de juros no patamar mais baixo da história e estímulo monetário".

"Uma geração nova, majoritariamente [composta por] jovens com menos de 40 anos; 50% têm menos de 39 anos e começaram a investir com R$ 500, mas diversificando, investindo em vários produtos e com mentalidade de longo prazo. Porém 20 milhões de brasileiros ainda poupam exclusivamente com a poupança, com saldo acima de R$ 5 mil", disse.

"Ou seja, o potencial [existente] de migração é muito grande. Um ano volátil, com uma crise inédita, em que as autoridades monetárias responderam com juros em queda, diferentemente de outros momentos, com o objetivo de atrair capital; e inflação sob controle", falou.

No mesmo encontro, o diretor-presidente da gestora de recursos do Banco do Brasil (BB DTVM), Aroldo Salgado de Medeiros Filho, afirmou que a empresa termina o ano com "captação positiva", o que demonstra "resiliência por parte dos cotistas dos fundos, que, mesmo em um ano dificílimo, registrou-se grande migração para fundos mais arrojados, investimentos no exterior, fundos que investem em ouro, em empresas globais, títulos a um centavo. Produtos concebidos de acordo com o público".

Divulgação

Títulos lastreados em ouro estão valorizados, porém com viés de queda no preço

A dica é ficar atento ao noticiário, aos humores do mercado, pois não há fórmula

ENTENDA COMO FUNCIONAM

TESOURO SELIC
É um título público federal negociado através do Tesouro Direto, e sua rentabilidade é atrelada à taxa Selic. Assim, é um investimento de renda fixa ideal para quem está começando a investir ou deseja guardar dinheiro para formar reserva e emergência

FUNDO DE RENDA FIXA DI
Os fundos de renda fixa são uma modalidade de investimento que, em geral, investe 80% dos recursos captados em ativos de renda fixa, como títulos públicos, CDB, LCI, LCA, debêntures e 20% em derivativos

CDB PÓS-FIXADO
O certificado de depósito bancário (CDB) é um título de renda fixa emitido por bancos com o intuito de captar recursos financeiros que são utilizados para custear suas operações de crédito. Em contrapartida, por meio do CDB, o investidor 'empresta' dinheiro para o banco a fim de receber em troca uma rentabilidade na data de vencimento

DEBÊNTURES
Valor mobiliário emitido por empresas por meio de ações, representativo de dívida, que assegura o direito de crédito

Empregado escolhe entre reintegração ou indenização em dobro

Direito do trabalho
Jairo Ramos Sento-Sé
Advogado. Mestrando em Direito Público pela Ufba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito do Trabalho do Brasil Jurídico
direitodotrabalho@grupoatarde.com.br

Durante contrato de experiência, minha empregadora (a empresa) me demitiu porque sou mulher, estou em idade fértil e falei que estou tentando ter filho. O gerente falou que se eu tivesse filho eu seria afastada pela licença-maternidade, o que gerava dificuldade para a empresa. A empresa pode fazer isso? Ou tenho direito de ser reintegrada e voltar a trabalhar lá? MARIA

Resposta: A Lei nº 9.029/95 trata da proteção do empregado contra práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação de trabalho. De acordo com seu art. 1º, "é proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros".

O seu caso concreto versa sobre dispensa discriminatória em virtude da sua condição de mulher, o que é inaceitável. O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório faculta ao empregado escolher entre duas opções: ser reintegrado ao emprego ou receber indenização do período de afastamento em dobro.

Primeira opção: reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais, conforme art. 4º, I, da Lei 9.029/1995.

Segunda opção: percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais, consoante art. 4º, II, da Lei 9.029/1995.

Além disso, empregado que sofre discriminação no ambiente de trabalho pode postular indenização por danos morais. Ademais, vale destacar que, ainda que o contrato seja por prazo indeterminado (como o contrato de experiência), o empregado terá direito à proteção contra a dispensa discriminatória. Em outras palavras, o trabalhador em contrato de experiência que for dispensado de forma discriminatória terá direito a escolher entre: reintegração ou indenização em dobro.

Nesse sentido, a 6ª turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) entendeu que o fato de o contrato ser por prazo determinado não afasta os efeitos da dispensa discriminatória (RRAg-10553-78.2015.5.01.0018, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, publicada DEJT dia 18/12/2020).

Lei trata da proteção do empregado contra práticas discriminatórias

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupoatarde.com.br

Fotos: Rafael Martins / Ag. A TARDE

BRT é a maior obra iniciada na gestão de ACM Neto

GESTÃO Recebendo intervenções em diversas áreas ao longo dos últimos anos, Salvador vem sendo beneficiada com ações da prefeitura e do governo estadual

'GUERRA DE OBRAS' TRAZ BENEFÍCIOS À CAPITAL BAIANA

THIAGO CONCEIÇÃO

O governador Rui Costa (PT) e o prefeito ACM Neto (DEM), forças políticas preponderantes, e antagônicas, em Salvador, têm travado nos últimos anos uma corrida por inaugurações de obras e assinaturas de ordens de serviço para fortalecer os respectivos grupos.

A disputa se expande por segmentos de infraestrutura, saúde, educação, mobilidade, uma "guerra" na qual a maior "vencedora" é a população da cidade.

Na área de transportes, o estado implantou o sistema de metrô, que passa por obras de expansão, orçadas em R$ 424,6 milhões, até o bairro de Águas Claras (Linha 1), com previsão de conclusão para junho de 2022 e projeto de integração ao novo Terminal Rodoviário.

Enquanto isso, no último ano à frente da prefeitura, e tendo o aliado Bruno Reis (DEM) já garantido como sucessor, ACM Neto ergue um sistema de vias expressas e corredores para ônibus, o BRT, orçado em cerca de R$ 800 milhões, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2022.

Na infraestrutura, Neto faz esforços na requalificação de diferentes espaços, como a Av. 7 de Setembro, do Campo Grande à Praça da Sé, e de diversos trechos da orla (26 já entregues). O estado tem atuado em localidades do Centro Antigo e alguns trechos da orla. Tanto Rui quanto Neto visitaram e fizeram obras de contenção de encostas em vários bairros.

O diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Sérgio Ekerman, explica que, para além de grandes obras, o desafio dos gestores passa pela integração com a comunidade afetada pelas intervenções urbanas. "As obras precisam ser articuladas com as áreas e comunidades mais carentes da cidade, pelo diálogo com as lideranças locais. Obras em encostas, por exemplo, não estão relacionadas com planejamento, pois são soluções emergenciais que evitam deslizamentos. Do outro lado, obras como o BRT precisam ser bem calculadas, pois envolvem vias expressas e corredores que modificam diferentes paisagens urbanas", acrescenta Ekerman.

As ações em infraestrutura da prefeitura e governo ainda têm capilaridade em setores como educação. No último dia 21, ACM Neto participou da reinauguração da Escola Municipal do Pau Miúdo, reconstruída com investimento de quase R$ 5 milhões. Um dia depois, o governo anunciou a inauguração do primeiro Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, que visa integrar a comunicação entre as instituições de ensino e favorecer a construção de novas políticas públicas.

"A inauguração de escolas e o investimento em infraestrutura educacional são ações importantes. Não é por acaso que gestores como Rui e ACM são bem avaliados pela população. Porém, vale reforçar que é necessário ter atenção com questões como a qualificação e valorização de professores, a assistência em saúde e social para todos os colaboradores da rede, pois tudo está interligado com a boa prática da educação", avalia Nelson Pretto, mestre em educação e professor da Ufba.

Saúde

Na área da saúde, prefeito e governador têm mantido investimentos na criação de leitos e outras ações de combate à pandemia do novo coronavírus, ao tempo em que enfrentam a necessidade do contínuo investimento na atenção básica e assistência de saúde à população.

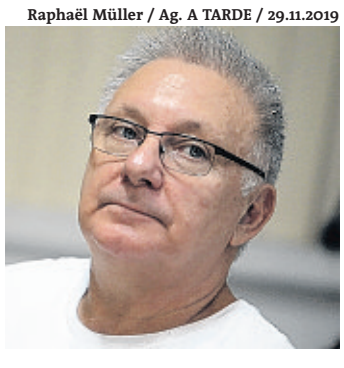
Este mês, o Hospital Municipal de Salvador, inaugurado pela prefeitura em 2018, fez as primeiras cirurgias bariátricas na capital. No último dia 23, a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) realizou consulta pública para concessão administrativa da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, Grande Salvador – unidade que se somará à rede que passou a contar com o Hospital do Subúrbio, Hospital da Mulher e a ampliação do Hospital Geral do Estado (HGE 2). Já a prefeitura anuncia para a próxima gestão a abertura da primeira maternidade municipal.

Érika Aragão, especialista em saúde coletiva e professora da Ufba, reforça a importância de iniciativas para a saúde básica. "No combate à pandemia, vemos que prefeitura e governo têm esforços que reduziram os impactos para a população. Mas na atenção básica ainda é importante aprimorar uma estrutura que permita o acompanhamento multidisciplinar em saúde, por toda a vida do cidadão", aponta.

Centro de Convenções, realização municipal

Obra viária do governo em Pirajá: novos corredores

Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 29.11.2019



"É preciso atenção com a qualificação e valorização de professores"

NELSON PRETTO, prof. da Ufba

Neo Santana / Divulgação / 17.10.2017

"Vejo Neto hoje como um nome preparado para ser governador"

SANDRO RÉGIS, deputado DEM

Alba / Divulgação / 15.10.2019

"O metrô foi a obra urbana da década em Salvador"

ROBINSON ALMEIDA, deputado PT

FERIADÃO Travessia Salvador-Mar Grande tem movimento sem filas

www.atarde.com.br/salvador

Governo Rui faz novo trecho do metrô

Aliados destacam realizações

RAUL AGUILAR

No cenário de disputa entre ACM Neto e Rui Costa, ao longo das gestões do democrata e do petista, quando o foco é o conjunto de realizações do estado e da prefeitura na capital, tanto parlamentares do bloco do governador como de Neto avaliam que o cenário fez bem para a cidade.

O deputado estadual e líder do bloco de minoria na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), Sandro Régis (DEM), cita a eleição de Bruno Reis (DEM), em 2020, como prova do "prestígio" que o atual prefeito goza junto aos soteropolitanos, por ter encontrado uma cidade "destroçada" em 2012. "Ele entregou o Hospital Municipal, que foi um grande feito, realizou investimento no subúrbio, criou um programa de reforma de casas populares, construiu um Centro de Convenções com recursos próprios, garantiu investimento na educação, que fez de Salvador referência. Vejo Neto hoje como um nome preparado tanto para ser governador como para presidente da República. Foi eleito por vários anos o melhor prefeito do Brasil", destaca Régis.

Colega de Casa de Régis, o deputado Robinson Almeida (PT) avalia que o caminho para a transformação de Salvador não teria vindo do Palácio Thomé de Souza, mas do Palácio de Ondina. Ele cita a entrega do metrô pelo governo como o "elemento fundamental" para a transformação na mobilidade urbana da cidade. "O metrô foi a obra urbana da década", opina Almeida, afirmando que o governo do estado executou obras estruturantes para além do metrô. "Fez corredores importantes, a Via Expressa, ainda com Jaques Wagner. E com Rui começaram as linhas Vermelha e Azul, fez a via 29 de Março, que está em fase final de ligação da orla com a BR-324, obras que abrem novos vetores de crescimento na cidade". E ressalta, ainda, um portfólio de realizações em andamento: "VLT, nova rodoviária, ponte Salvador-Itaparica, trechos do metrô para Cajazeiras e, ainda, estudos para alcançar a Barra".

Além de melhorar a vida dos soteropolitanos, as obras e políticas públicas implementadas em Salvador também reforçam a imagem de gestores capazes de Rui e Neto, refletindo nas boas avaliações em pesquisas de opinião. O primeiro a ter a imagem colocada à prova foi o prefeito que, em 2020, precisava fazer o sucessor contra a candidata apoiada pelo governador, Major Denice Santiago (PT). A eleição de Bruno Reis (DEM) em 1º turno mostrou que, no primeiro embate entre os dois, deu Neto. Com mais dois anos de mandato, a prova de fogo para o governador será em 2022, na eleição para governador: terá que mostrar força na transferência de votos para um sucessor ainda a ser definido.

Federais

Deputado federal pelo Republicanos, João Roma avalia que Neto chega "com a faca e o queijo na mão". Para Roma, "cabe a ele fazer o que está se propondo, conhecer a realidade do estado mais de perto, circular pela Bahia. É um cara que entende do riscado, tem gingado, e que, ao meu ver, já sai com certa vantagem na corrida à sucessão de Rui Costa. Mas temos uma grande disputa pela frente".

Para o também deputado federal Zé Neto (PT), o prefeito encontrou a cidade vivendo uma "tragédia administrativa" e teria usado isso como parâmetro para se viabilizar em 2012, fazendo questão de reforçar isso para se reeleger e conseguir a eleição do candidato dele em 2020. Mas, assim como Robinson Almeida, ele diz que o grande problema da cidade, que era a mobilidade urbana, foi resolvido.

"O governo de Wagner e o início do de Rui encontraram o governo do PT em âmbito nacional, o que ajudou na viabilização de obras importantíssimas para a capital: metrô, encostas, Via Expressa, linhas Azul e Vermelha. Isso ajudou a resolver, além de outros problemas, o da mobilidade, que era o grande calcanhar de Aquiles da cidade. Salvador era a 20ª no ranking de mobilidade, e hoje deve estar entre as três cidades que mais avançaram nesse período, graças ao estado", argumenta Zé Neto.

Divulgação

"São políticos, mas há preocupação técnica na gestão"

C. ANDRÉ DE SOUZA, cient. político

Ações na pandemia são feitas em convergência

Desde o início da pandemia, governo e prefeitura vêm trabalhando em cooperação. Rui e Neto firmaram parcerias para a adoção conjunta de medidas de combate à Covid-19, em uma espécie de "pacto" de não intervenção, em vigor até hoje. Ao deixarem polêmicas e divergências políticas de lado para atuar em defesa da vida, acreditam parlamentares ouvidos por A TARDE, ambos reforçaram imagens de bons gestores no momento que demandava isso.

"As posturas deles foram exemplares e os protegeram em um momento de críticas e oposição por conta de medidas impopulares, mas necessárias para conter o coronavírus", avalia o aliado de Neto deputado João Roma. "Imagina se não tivessem juntos, o prefeito tivesse decidido fechar uma praia e o governo ter dito não? Isso criaria celeumas que iriam minando as tomadas de decisões", acredita Roma.

O deputado petista Zé Neto afirma que Rui Costa agiu baseado no tripé "coragem, investimento e humanização". Ressalta que o governador teve "rigor em defesa da vida" e que o prefeito agiu "corretamente ao se alinhar ao governador, como fez a maioria dos prefeitos dos 417 municípios da Bahia. Esses posicionamentos mais rigorosos fizeram com que a Bahia esteja entre os três estados com, proporcionalmente, menos óbitos", elogia.

RAUL AGUILAR

Cientista político destaca "dois perfis técnicos"

Cientista político e professor da Unilab, Cláudio André de Souza avalia que esse embate entre Rui e Neto é fruto de "uma disputa por reforço da imagem de político gestor". Ele diz que Rui é oriundo e tem base eleitoral em Salvador, prova do interesse maior dele em não deixar o reduto desassistido.

"Ambos têm perfis técnicos. São políticos, mas há preocupação técnica em relação à gestão. Rui, inclusive, foi da Casa Civil, tendo passagem pelo que eu chamo da *cozinha* do governo, de onde saem as coisas, onde são elaboradas as estratégias, e teve passagem também pela Secretaria de Relações Institucionais. De alguma maneira, eu vejo que ele foi preparado para ser um gestor e, obviamente, que Neto também", analisa Souza.

E diz que, embora tenha a carreira marcada por vários mandatos como deputado federal, Neto "tem passagem pelo mundo empresarial" e sofre influência do "grupo político do qual faz parte, que sempre se preocupou com gestão". Para Cláudio André, Neto longe da prefeitura deverá promover maior qualificação da oposição no estado, elevando o debate e demarcando posições em relação ao governador, principalmente quanto a políticas públicas. E caberá a Rui decidir o futuro político, "para que projetos e estratégias comecem a ser desenhados desde já".

RAUL AGUILAR

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

TEMPO REAL Acompanhe a atualização do noticiário pelo Portal A TARDE
www.atarde.com.br

SANEAMENTO BÁSICO Bolsonaro formaliza cinco meses após a sanção

Decreto que regulamenta marco legal é assinado

Uendel Galter / Ag. A TARDE/ 12.12.2019

Novo marco legal torna regra a realização de licitações para contratação de companhias

Estatais locais de água e esgoto concorrerão com iniciativa privada

REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

Cinco meses após a sanção do novo Marco Legal do Saneamento Básico, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto que regulamenta o novo marco do saneamento básico. O decreto define as regras para que a União envie recursos e ofereça apoio técnico para que estados e municípios se adaptem às novas regras do setor de saneamento. O texto estabelece uma série de atividades a serem executadas pelo governo federal para facilitar a transição dos governos locais ao novo modelo.

O texto aprovado pelo Congresso tem, entre outros objetivos, universalizar o saneamento (prevendo coleta de esgoto para 90% da população) e o fornecimento de água potável para 99% da população até o fim de 2033. Atualmente, 16% não têm água tratada e 47% não têm acesso à rede de esgoto.

O novo Marco Legal do Saneamento Básico torna regra a realização de licitações para contratação de companhias de água e esgoto. Pelo novo modelo, a iniciativa privada passará a disputar as concorrências em igualdade de condições com as estatais locais.

O novo marco permite ainda o estabelecimento de blocos regionalizados de municípios com o objetivo de se obter ganhos de escala e de se garantir viabilidade econômico-financeira dos serviços, para se atingir a universalização dos serviços. Apesar de já sancionado, o projeto estabeleceu que o apoio técnico e financeiro da União à adaptação dos serviços públicos do setor às novas regras dependia de regulamentação por decreto, o que foi feito na quinta-feira.

Recursos

De acordo com o decreto, a distribuição dos recursos e o financiamento de projetos com dinheiro da União ficarão condicionados a vários critérios. Um deles é o desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira, que terá de ser comprovado por meio de declaração da entidade reguladora. Um outro critério trata da eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico, comprovadas por declaração da entidade reguladora. Outro critério exigido é operação adequada à manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com os recursos.

O dinheiro necessário ao suporte técnico e financeiro da União, além do que será utilizado para distribuição e financiamentos, será oriundos do orçamento, de fundos públicos e privados, doações de entidades nacionais e internacionais, acordos de empréstimo com organismos financeiros internacionais e de fontes próprias de entidades financeiras nacionais. O apoio da União ficará condicionado à obediência de normas emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

TALENT MARCEL
EU VOU RESPEITANDO TODOS.
PORQUE TAMBÉM QUERO SER RESPEITADO.
E VC, COMO VC VAI?
CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel, CCR SPVias, Renovias, ViaRio, CCR MSVia, CCR ViaSul, CCR ViaCosteira, ViaQuatro, ViaMobilidade, CCR Metrô Bahia, CCR Barcas, VLT Carioca e BH Airport
CCR | UM BOM CAMINHO DEPENDE DE TODOS. VIVA SEU CAMINHO.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

TESOURO Dívida pública deverá fechar ano acima da meta de R$ 4,9 trilhões

www.atarde.com.br/economia

Armando Avena

ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena

armandoavena@grupoatarde.com.br

2020: o ano que não vai terminar

Os eventos podem redefinir o calendário gregoriano. Assim a queda do muro de Berlim fez o século XX terminar mais cedo, no dizer de Eric Hobsbawn, e o coronavírus vai fazer o ano de 2020 terminar mais tarde, em meados de 2021, quando, espera-se, a maior parte da população esteja vacinada.

Eventos assim mudam pessoas, mudam países. O Brasil, por exemplo, percebeu o quanto um presidente pode ser ruim para uma nação e como os políticos são capazes de colocar seus interesses mesquinhos acima de tudo, até da vacina.

Aliás, enquanto esperam 2021, os brasileiros deveriam estar avaliando o passado e refletindo sobre o futuro. Voltar os olhos para o passado será bom para ver o quanto de esperança esta nação colocou nas mãos dos políticos nos últimos 20 anos e o pouco que recebeu em troca. Esses anos registraram o mais deslavado processo de corrupção de que se tem notícia na história recente do país, e os políticos que diziam ser o "novo" usaram e abusaram da corrupção para se manter no poder. E dói ver muitos políticos e intelectuais justificando o descalabro: "Sempre foi assim no Brasil", como se o ter sido fosse a senha para o continuar sendo.

Mas 2020 mostrou também o quanto foi equivocada a eleição de um presidente completamente despreparado para o exercício do poder, o quanto foi equivocada a opção automática e impensada pelo "anti", que fez chegar ao poder um governo que não só convive com a corrupção no seio familiar, como jogou o país em uma aventura radical caracterizada por uma política externa irracional, que fez do Brasil um pária no mundo, por uma política de costumes retrógrada, que quer fazer o país voltar ao século XIX, e por uma política ambiental que está tirando o futuro dos nossos filhos.

E isso sem contar que o atual ocupante do Palácio do Planalto não se comove sequer com a morte de quase 200 mil brasileiros ("e daí?), tripudia com dor das famílias que estão perdendo seus entes queridos ("todos vão morrer um dia!") e faz da indispensável vacina um instrumento de sua política mesquinha. E, como se não bastasse, em dois anos, o governo mergulhou o país no populismo econômico. Sim, porque na gestão Paulo Guedes nada do que foi prometido foi entregue.

Brasil percebeu o quanto um presidente pode ser ruim para uma nação

Não se privatizou uma empresa sequer, o déficit fiscal e a dívida pública só fizeram aumentar, a inflação voltou com força, não se fez a reforma tributária ou administrativa e o ministro da Economia só pensa em aumentar impostos. Que nome dar, senão populismo econômico, a quem promete tudo e nada entrega? Afora o auxílio emergencial que, frente a pandemia, seria implantado por qualquer presidente, Bolsonaro tem muito pouco a apresentar na economia. E o pior é que o populismo não é só econômico, é acima de tudo político, pois o presidente que jurou não compactuar com os políticos está de mãos dadas com o Centrão, o grupo de parlamentares cujo lema é o "toma lá, da cá".

Brasileiros deveriam estar avaliando o passado e refletindo sobre o futuro

Por isso a população brasileira precisa estar atenta, pois em meados de 2021, mal 2020 tenha acabado após a disseminação da vacina, o país estará novamente envolto na polarização daqueles que tentarão fazer você, leitor, escolher novamente entre o ruim e o pior. Mas o povo brasileiro não vai esquecer a corrupção de antes, nem o descalabro de agora e, lembrando do passado, e das agruras por que passou em 2020, não vai cometer os mesmos erros no futuro.

Feliz Natal

Eu sei, Vinicius, "não há muito o que dizer, uma canção sobre um berço, um verso, talvez, de amor, uma prece por quem se vai".

Sim, para isso fomos feitos, mas, como me lembra Pessoa, "nos lares aconchegados, um sentimento conserva, os sentimentos passados" e é Natal. Por isso, parodiando Drummond, desejo a você... um Natal cheio de alegria e paz, um janeiro com vacina e um 2021 que pode ser igual a todos os outros anos, mas diferente de 2020.

E é com os versos dos poetas que essa coluna faz um pequeno recesso, prometendo estar de volta na segunda semana de janeiro e desejando a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de esperança, mas fiquem em casa e se protejam.

VAREJO Fecomércio-BA faz cálculo para comércio baiano em 2021

Feriados impedirão faturamento de R$ 619 mi

Rafael Martins/ Ag. A TARDE/ 03.05.2020

Venda de combustíveis está no grupo de maior perda

MARJORIE MOURA

A Fecomércio-BA calcula que no ano de 2021, o comércio varejista da Bahia deve deixar de faturar R$ 619 milhões nos 11 feriados (nacionais e estaduais) e 4 pontes ou o popular "dia enforcado, dia útil quando não se trabalha, intercalado entre um feriado e um fim de semana.

Tradicionalmente, é feita uma comparação de perdas em relação ao ano anterior. Mas 2020 foi um ano atípico em decorrência da pandemia do coronavírus, e os feriados praticamente não existiram por conta do isolamento social.

O grupo que deve ter a maior perda absoluta é o das Outras Atividades, composto por venda de combustíveis para veículos, artigos esportivos, lojas de chocolates, entre outros.

A expectativa para o próximo ano é de deixar de faturar R$ 210 milhões. Na sequência vem os supermercados com perda estimada de R$ 184 milhões.

As outras atividades prejudicadas são: farmácias e perfumarias (R$ 96 milhões), móveis e decoração (R$ 85 milhões) e vestuário e calçados (R$ 44 milhões).

"A perda de faturamento se dá principalmente pela redução da compra por impulso. Em dias normais, as pessoas passam no caminho do trabalho por supermercados, farmácias, entre outras lojas e que eventualmente até entram antes ou depois do expediente, ou durante o horário de almoço. Passam para comprar um lanche para tarde, um remédio", explica Guilherme Dietze, consultor econômico da Fecomércio-BA.

Meis viagens

Mas a avaliação da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), é que nos feriadões as famílias acabam viajando mais.

A associação afirma que, comparativamente, uma folga prolongada é capaz de gerar 20% a mais de ocupação do que o final de semana comum num hotel

.De acordo com o Ministério do Turismo, em 2019, os feriados prolongados resultaram em 13,9 milhões de viagens, que injetaram R$ 28,8 bilhões na economia brasileira. A data de 12 de outubro foi a mais movimentada em 2019, registrando 3,24 milhões de viagens domésticas e gerando receita de R$ 6,7 bilhões nos destinos visitados no país.

NOVEMBRO

Emprego formal tem melhor resultado

KARINE MELO
Agência Brasil, Brasília

Pelo 5º mês consecutivo, o número de contratações com carteira assinada superou o de demissões no Brasil. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem , o país criou 414.556 vagas de emprego em novembro. O número é o melhor da série histórica da pesquisa, iniciada em 1992.

Diante da sequência de dados positivos, o saldo acumulado em 2020 ficou positivo pela primeira vez e chegou a 227.025 postos de trabalho criados ao longo do ano. O desempenho no ano foi motivado especialmente pelo programa do governo que permitiu a suspensão de contratos de trabalho e a redução de salários e jornada, medida que, segundo especialistas, evitou um número maior de demissões.

Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o fato dos setores de comércio e serviços, os mais atingidos pela pandemia, com 179.261 e 179.077 postos respectivamente, terem sido destaques na geração de emprego, significa o Brasil apresenta uma "retomada em V da economia". "Como eu disse, o Brasil está surpreendendo o mundo. As reformas prosseguiram, em ritmo mais lento, mas seguem acontecendo, e a economia brasileira voltou em V, como poucos acreditavam", destacou.

DIGITAL

Recolhimento do FGTS via Pix é adiado

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Inicialmente previsto para entrar em vigor em janeiro, o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por meio do Pix foi adiado, informou ontem a Chefia da Divisão de Fiscalização do FGTS do Ministério da Economia. Segundo o órgão, a implementação do novo sistema FGTS Digital, que traria o recolhimento por meio do sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central não se concretizou.

O Ministério da Economia não informou uma nova data para que entre em vigor. Na última reunião plenária do Fórum Pix, o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello, fez a previsão para o recolhimento do FGTS via Pix a partir de janeiro.

Na ocasião, foi anunciado um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para o lançamento FGTS Digital. A nova plataforma pretende centralizar a apuração, a cobrança, o recolhimento e o lançamento das contribuições para o Fundo de Garantia.

Quando entrar em vigor, o novo sistema reduzirá custos para as empresas. Isso porque os empregadores deixarão de emitir cerca de 70 milhões de guias de recolhimento por ano e poderão acompanhar digitalmente o pagamento e a destinação das contribuições.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO (ADIAMENTO). PREGÃO ELETRÔNICO 015/2020. A Pmcg – Bahia, Através Do Funsaúde, Torna Publico Adiamento Para Adequação (Devolvendo O Prazo) Pregão Eletrônico N° 015/20 Para O Dia 31/12/20 Às 14:00h Objeto: Fornecimento De Medicamentos, Luvas E Máscaras, Para O Controle E Prevenção Do Corona Vírus (Covid19). Edital Site: Acessoinformacao.Com.Br/Ba/Capimgrosso; Certame: Bll. Org.Br. Licitacg@Gmail.Com. 22/12/20. Caroline Lima Da Fonseca. Pregoeira.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEC

GOVERNO DO ESTADO | BAHIA. AQUI É TRABALHO.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020 – BB Nº 849680 – SEC/APG/CGOTIC

O PREGOEIRO OFICIAL comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em solução de service desk (central de serviços), que a sessão de abertura fica suspensa, até ulterior deliberação, em razão de ajustes no Termo de Referência. Salvador – BA, 23/12/2020. Marcelo Simões da Silva – Pregoeiro Oficial.

SEC

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB
COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2020 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO / COORDENACAO CENTRAL DE LICITACAO.

Abertura: 12/01/2021 às 10:00h (horário de Brasília) - Objeto: Registro de Preços de Veículos de Uso em Serviço Administrativo - BB: 851299 - Família: 23.10. Site: www.licitacoes-e.com.br. O edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e/ou www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl.saeb@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 Fax: (71) 3115-3128 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira das 08h30 às 12h00 – 13h30 às 18h00 no endereço: 2ª Avenida, nº 200, Secretaria da Administração/ SAEB, Coordenação Central de Licitação, Sala 101. Centro Administrativo da Bahia – Salvador/Bahia - 23/12/2020. Carla Baião Dultra – Pregoeiro(a) Oficial.

SAEB

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
CNPJ N: 13.595.251/0001-08

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO - LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 001/20 - CONDER
Tipo: Técnica e Preço. Abertura: 08/03/2021, às 09h:30m. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL URBANO LAGOA DAS BATEIAS, NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA. O Edital estará à disposição dos interessados na COPEL, na Sede da CONDER, sito Av. Edgard Santos nº 936 - Narandiba - Salvador - BA ou poderá ser solicitado através do e-mail: copel@conder.ba.gov.br, a partir das 13h:30m do dia 30/12/2020. Salvador - BA, 23 de dezembro de 2020. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
CNPJ N: 13.927.819/0001-40

AVISO DE NOTIFICAÇÃO PE SRP Nº 018/2020

A COPEL torna público, o AVISO DE NOTIFICAÇÃO do PE SRP Nº 018/2020. Tipo: Menor Preço global. Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços e elaboração de produtos relativos à obtenção da cobertura aerofotogramétrica digital, elaboração da base cartográfica cadastral e atualização dos atributos cadastrais das unidades imobiliárias e de logradouros, implantação do sistema de informação geográfica e de medidas de regularização fundiária urbana – REURB neste Município, conforme Termo de Referência e Planilhas no Edital. Conforme determinação emanada da Procuradoria Geral do Município, NOTIFICA-SE os licitantes interessados para manifestação acerca da intenção de revogação do certame por parte da Secretaria Requisitante, no prazo de 05 dias úteis. O inteiro teor do Parecer Jurídico se encontra à disposição dos interessados via e-mail: copel2017@yahoo.com. Manoela Cristina Vieira do Nascimento – Pregoeira. Lauro de Freitas, 23 de dezembro de 2020

SOLD Leilões | Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 07 de janeiro de 2021, às 08h55min *.
2º LEILÃO: 14 de janeiro de 2021, às 16h30min *.
(*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 4º andar, Edifício Berrini One - Brooklin Paulista - CEP: 04571-010, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiver, que levará a Público Leilão de modo presencial e on-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário Banco Santander (Brasil) S/A – CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular de venda e compra, datado em 31/03/2016, firmado com o Fiduciante José Weliton Alves de Jesus, RG nº 09792625-69-SSP/BA e CPF nº 991.743.675-87, residente e domiciliado em Salvador/BA, em primeiro leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 401.454,84 (Quatrocentos e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos – atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela Apartamento de número 702, integrante da Torre "A" – Farol, Condomínio Itapuã Parque, localizado na Avenida Dorival Caymmi, 3411, Itapuã, Salvador/BA, com uma área privativa real de divisão não proporcional de 65,43m², uma área de uso comum real de divisão não proporcional de 10,35m², uma área de uso comum real de divisão proporcional de 37,22m², perfazendo uma área real total de 113,00m², com uma vaga de garagem de número 159, melhor descrito na matrícula nº 50.625 do 7º Cartório de Ofício de Registro de Imóveis de Salvador/BA. Cadastrado na Prefeitura sob o nº 728817-4. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o segundo leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R$ 238.352,87 (Duzentos e trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.sold.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, veja a integra deste edital no site: www.sold.com.br. Informações pelo tel. 11-3296-7555 (16592 – Dossiê).

K-23,24e26/12

Veículo: Correio
Data: 28/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio*

ISAC NÓBREGA/PR

Ministro da Economia tem uma lista extensa de projetos à espera de votação no Congresso

Guedes tem pouco tempo para apresentar resultados

MERCADO COBRA Cobrado por promessas não cumpridas ao longo dos primeiros dois anos de governo Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que não prometerá mais nada, mas começa 2021 com uma responsabilidade: a de convencer o Congresso a aprovar reformas estruturais antes de as eleições de 2022 contaminarem de vez o ambiente político.

O tempo não é exatamente um aliado. O governo terá um curto prazo, do início de fevereiro até o final de julho, para aprovar medidas e apresentar resultados. No limite, a ausência de avanços concretos até o fim do terceiro trimestre de 2021 pode esgotar a paciência e azedar de vez a relação dos investidores com o Brasil.

A lista é extensa para um tempo tão exíguo. A equipe econômica precisará primeiro desatar os nós do Orçamento de 2021, que ficou para ser votado a partir de fevereiro, após a eleição para as mesas do Congresso. A necessidade de cortar despesas com obras e custeio da máquina para compensar um reajuste maior do salário mínimo, na esteira da aceleração da inflação, promete testar não só a fidelidade da base governista recém-arregimentada por Bolsonaro, em troca de maior participação do Centrão no governo, mas também a capacidade da equipe econômica de defender o teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.

> A ausência de avanços na pauta liberal até até o fim do terceiro trimestre pode azedar a relação dos investidores com o Brasil

Há ainda as PECs emergencial e do pacto federativo. Completam a lista as reformas tributária e administrativa e as privatizações.

Lucas Aragão, sócio da consultoria política Arko Advice, tem nas mãos uma lista dos projetos com mais chances de aprovação no primeiro semestre, como a autonomia formal do Banco Central, a PEC emergencial e os novos marcos legais do gás e das ferrovias. Ele inclui também a votação da reforma administrativa para o final do primeiro semestre e início do segundo. Já a reforma tributária, ele avalia que ainda é cedo para discussão. "Depende de um consenso grande", diz.

Aragão, que acompanha o dia a dia das negociações políticas no Congresso, faz a ressalva de que as variáveis para a aprovação dos projetos podem mudar muito a depender do nível de articulação política do próximo presidente da Câmara e de polêmicas novas ou antigas que possam surgir.

O próprio ministro da Economia já admitiu que, se todos os ministros pressionarem juntos por mais gastos, a "represa" que é a Economia pode se romper. O mesmo vale para o Congresso, cuja pauta é definida pelos presidentes do Senado e da Câmara. Na equipe econômica, a preocupação maior é com as medidas de corte de gastos e a pressão política pela prorrogação dos estímulos dados na pandemia. Guedes prometeu na semana passada, sem detalhar, que vai socorrer os invisíveis à frente.

"O cenário pode abrir uma janela de oportunidade no primeiro semestre para avançar na PEC emergencial, importante para blindar o arcabouço fiscal em 2022, ano eleitoral", diz o economista-chefe da XP, Caio Megale, que prevê pressão fortes por gastos no ano que vem, principalmente no segundo semestre. Além disso, uma importante liderança governista reconhece que as reformas precisam ser votadas até o final de julho, antes do recesso do meio do ano, para evitar contaminação muito grande pelas discussões eleitorais de 2022.

Veículo: Correio
Data: 28/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio*

Preço dos alimentos deve cair a partir de abril, prevê especialista em inflação

TRÉGUA Vilões da inflação em 2020 e muito pressionados pelo dólar, os preços dos alimentos devem dar uma trégua para o bolso do brasileiro em 2021, especialmente a partir de abril. Nessa época o ano, é despejada no mercado a safra de grãos, que promete bater novo recorde. O alívio no gasto com a comida não deve ser pequeno. Os alimentos responderam por dois terços da inflação deste ano acumulada em 12 meses até novembro de 4,3%, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A folga dos alimentos, no entanto, poderá comportar o novo foco de pressões esperado para a inflação em 2021. Ele deve vir de dois grupos que neste ano ficaram bem comportados por causa da pandemia: os serviços e os preços administrados, cujos reajustes precisam ser autorizados pelo governo.

4,3%
é a taxa de aumento do custo de vida no Brasil nos últimos 12 meses. Os alimentos respondem por 2/3 deste crescimento

Com o isolamento social, a demanda por serviços despencou e impediu os aumentos. Já os preços administrados, que incluem tarifas de transporte, combustíveis, planos de saúde, medicamentos, por exemplo, ficaram estacionados boa parte do ano. Só a energia elétrica voltou com força este mês, com a bandeira tarifária vermelha que cobra uma taxa extra de R$ 6,243 a cada 100 kWh.

"Não há espaço para os alimentos continuarem subindo em 2021", prevê o economista Heron do Carmo, professor sênior da FEA/USP e especialista em inflação. A disparada dos alimentos neste ano ocorreu por conta da maxidesvalorização do câmbio combinada com a maior demanda nos mercados interno e externo. "Juntaram duas coisas que nem sempre ocorriam ao mesmo tempo". Para ele, a perspectiva é que essa escalada não continue porque os alimentos já estão num patamar muito alto e o câmbio começa a arrefecer.

Como a folga nos preços dos alimentos será muito grande, quase de três pontos porcentuais, observa Heron, ela poderá acomodar pressões vindas de outros grupos. Levando em conta as informações disponíveis até aqui, ele espera um IPCA em torno de 3% em 2021. O último Boletim Focus do Banco Central mostra que o mercado espera uma inflação em 3,37% para o ano que vem.

"O problema será a trajetória da inflação ao longo de 2021", pondera o economista. Como a disparada dos alimento ocorreu a partir de setembro, a inflação acumulada em 12 meses deve atingir o pico e beirar ou até passar do teto da meta que é 5,25% para 2021 em maio, mas depois deve cair, prevê.

Em 8 anos, China será a maior economia do mundo

VAI PASSAR A DOS EUA A economia da China deve ultrapassar a dos Estados Unidos e se tornar a maior economia do mundo em 2028 segundo relatório do CEBR (Centre for Economics and Business Research). Estimativa anterior do mesmo centro de estudos mostrava que essa mudança só iria acontecer em 2033.

De acordo com a consultoria britânica, a China teve uma "gestão hábil da pandemia" ao determinar o lockdown "precoce e estrito", o que possibilitou ao país uma recuperação mais rápida do que países ocidentais.

O PIB chinês deve crescer 2% em 2020, enquanto outras grandes economias devem registrar retração. Entre 2021 e 2025, a previsão do CEBR é a de que a economia da potência asiática avance 5,7%. Já de 2026 a 2030, deve desacelerar para 4,5%.

O CEBR diz que a participação da China no PIB global subiu de 3,6% em 2000 para 17,8% em 2020.

PORTO DE SANTOS VAI BATER RECORDE

CARGAS Nos últimos anos, o Porto de Santos vem batendo sucessivos recordes na movimentação de cargas. A tendência que vai continuar me 2020, mesmo com a pandemia tendo afetado a economia global. A expectativa é que o terminal registre neste ano o maior volume de sua história, segundo reportagem da TV Globo. De janeiro a novembro, o porto movimentou mais de 130 milhões de toneladas, crescimento de quase 9%, puxado pela soja e pelo açúcar.

FALTA DE PAPELÃO PREJUDICA EXPORTAÇÕES

FRUTAS A falta de embalagens tem provocado perdas de negócios para produtores de frutas do polo formado pelas regiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). As informações são do programa Globo Rural e do site G1. A reportagem cita o caso do exportador Eusébio Neves, que vê, em sua fazenda, as mangas se perdendo no pé ou no armazenamento há quase um mês. Nesse período, ele deixou de vender 240 toneladas da fruta para outros países.

Feira de Santana vive pior fase da pandemia

Covid-19
Média de casos por semana saltou para 1.139; eram 809 em julho deste ano

Fernanda Santana
REPORTAGEM
fernanda.santana@redebahia.com.br

Depois dos plantões no Hospital de Campanha de Feira de Santana, o diretor médico da unidade, Francisco Mota, percorre 4 quilômetros até chegar em casa. Deixa para trás um hospital que trabalha quase sempre no limite, mas encontra, no percurso, uma revoada de gente em bares e restaurantes. "Estamos ocupados praticamente o tempo inteiro", conta o médico sobre a situação vivida pela cidade. Nas últimas três semanas, é considerada pelos profissionais de saúde locais a mais grave desde o início da pandemia do coronavírus.

Em dezembro, os hospitais públicos e privados de Feira - segunda maior cidade da Bahia - trabalham com ocupação entre 85% e 100%. Nunca abaixo disso. Já foram 3.417 casos, segundo a secretaria municipal de Saúde, o que dá uma média de 1.139 casos semanais. No boletim diário da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), constam 3.354 casos em dezembro, pois ainda há testes à espera de resultado no Laboratório Central de Saúde Pública.

Feira registrou o primeiro caso de coronavírus do Norte e Nordeste, no dia 8 de março. Em julho, quando se acreditava que Feira vivia o pico da pandemia, eram 809 notificações semanais, em média.

Feira de Santana tem, hoje, 63 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). São 18 no Hospital de Campanha, onde trabalha Francisco, 40 no Clériston Andrade, e cinco no Hospital Estadual da Criança. Deles, 86% estão ocupados. Em Salvador, a ocupação de leitos de UTI estava em 78%. Em toda Bahia, a ocupação média era de 77%.

Em julho, os leitos do Hospital de Campanha foram ampliados de 10 para 18. Como o fluxo de pacientes caiu, os leitos extras foram desativados. No final de novembro, depois das eleições municipais, Francisco recebeu a ordem de reativá-los. Os pacientes, notava-se, voltavam em maior volume, como em julho, com sintomas de infecção pelo novo vírus.

A espera para conseguir atendimento pode chegar até 12 horas nas unidades de saúde de Feira, e os médicos, sem escolha, precisam, em alguns casos, decidir quais pacientes entram e saem da UTI. A decisão não depende exclusivamente da necessidade, como deveria ser, mas da disponibilidade. "Não é um fenômeno de Feira de Santana, claro. Mas a situação é de trabalhar no limite. Está fora do controle", frisa o diretor do Hospital de Campanha de Feira. "E não vamos conseguir abrir novos leitos de UTI de uma hora para outra aqui", explica. Para isso, seriam necessários entre 15 e 20 dias para expansão de estrutura e contratação de pessoal.

Desde o início do mês, especialistas alertam sobre uma segunda onda da pandemia de covid-19 no Brasil. No dia 22 de dezembro, o país registrou 963 mortes por covid, o número mais alto desde 17 de setembro, quando 779 pessoas morreram vítimas do coronavírus. A tendência se repete nos estados e cidades brasileiros. Hoje, o comitê científico do Consórcio Nordeste tem voltado a atenção, no que diz respeito ao interior, a Feira de Santana, Brumado, Itaberaba, Itabuna, Jequié e Vitória da Conquista.

A preocupação direcionada a Feira de Santana é potencializada pela localização da cidade e a falta de UTIs para atender a demanda, que só cresce. "O que acontece é que por mais que estejamos mostrando os fatos, a responsabilidade individual não é uma realidade. Não temos leitos disponíveis. Quem adoecer, não vai ter leito", conta Melissa Falcão, infectologista que coordena o Comitê Gestor Municipal de Controle ao Coronavírus em Feira.

Mesmo a rede privada enfrenta desafios. Há pacientes que esperam, em leitos na emergência, de dois a três dias, por uma vaga na UTI.

No horizonte, não há nenhuma previsão de abertura de novos leitos na cidade. O que se tem é um temor quanto as consequências das festas natalinas e de Réveillon. Caso o crescimento permaneça o mesmo, calculou para o CORREIO Miguel Nicolelis, do comitê científico do Consórcio Nordeste, em um mês os casos podem saltar de 22.437 mil para 35 mil no município.

> **A responsabilidade individual não é uma realidade. Não temos leitos disponíveis. Quem adoecer não vai ter leito**
> Melissa Falcão
> Infectologista do Comitê Gestor da cidade

> **Eu tenho que passar tranquilidade, mas a palavra que me define é angustiado**
> Francisco Mota
> Diretor médico do Hospital de Campanha de Feira de Santana

> **Não vejo erro. Ao invés de fecharmos tudo, flexibilizamos. Abrir e fechar é mais eficaz, porque tem os problemas econômicos** Colbert Martins
> Prefeito de Feira

TIAGO CALDAS/ ARQUIVO CORREIO

Movimento no comércio de Feira durante a pandemia em julho; lojas chegaram a fechar em março e julho

Abre e fecha de lojas pode ter influência

O médico e neurocientista Miguel Nicolelis, um dos coordenadores do comitê científico do Consórcio Nordeste, diz que o aumento na curva em Feira de Santana começou no dia 5 de novembro. Ele enxerga erros e reflexos das próprias características de Feira. O primeiro "erro", nas palavras de Nicolelis, foi "resultado de políticas que não foram sincronizadas". O segundo foi a oscilação entre fechamentos e aberturas do comércio e dos bares.

O comércio do município chegou a ficar fechado em março e julho, mas reabriu logo depois. Aglomerações em botecos se tornaram cada vez mais comuns.

Dezembro também é mês de viagens e reuniões entre familiares que moram na capital e vão para o interior. Tempo de pegar a estrada para o reencontro e também de comprar presentes. Feira é tanto o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste quanto um forte polo comercial. O prefeito de Feira, Colbert Martins (MDB), que também é médico e professor de Epidemiologia da Universidade Estadual do município (Uefs), afirmou que ter flexibilizado a abertura do comércio foi uma medida acertada. No dia 24, ele anunciou novas restrições (abaixo). Ele defende que vê uma situação "mais grave, pior não sei", ao contrapor número de casos mais elevados com quantidade de óbitos. Até ontem, a cidade registrava 387 mortes e 22.450 casos da doença.

MEDIDA DA PREFEITURA

Aumento do número de exames, mesmo em assintomáticos

Fechamento de bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência às 21h

Maior fiscalização

Comércio estendido até 22h, para evitar aglomerações

Proibição de bebidas alcoólicas em espaços públicos

Proibição de shows e apresentações musicais e de transmissão de jogos de futebol

Restrição de quatro pessoas em uma mesma mesa

Utilização de 50% da área total de um espaço

Estabelecimentos são obrigados a manter os protocolos sanitários, como disponibilizar álcool a 70%, sabão e papel toalha

Veículo: Correio
Data: 25/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio*

Governo inicia projetos para privatizações nos transportes

DESESTATIZAÇÃO Resolução do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (CPPI), publicada no Diário Oficial de ontem, recomenda a qualificação no âmbito do PPI e a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) de empreendimentos públicos federais dos setores de transporte rodoviário, portuário e aeroportuário.

Entre eles, o CPPI recomendou a qualificação no âmbito do PPI e inclusão no PND da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e os Portos Organizados de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, bem como os serviços públicos portuários a estes relacionados, para fins de estudos de desestatização.

No setor rodoviário, o CPPI opinou favoravelmente para a qualificação no âmbito do PPI dos empreendimentos como trechos da BR-414, BR-101, BR-116, BR-465, BR-493, BR-040 e BR-495.

O conselho também recomenda a qualificação e inclusão no PND da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ficará responsável por promover e acompanhar os procedimentos licitatórios do processo de desestatização e o Ministério da Infraestrutura responsável pela condução e pela aprovação dos estudos, projetos, levantamentos ou investigações que subsidiarão a modelagem das medidas de desestatização.

Para o setor portuário, o CPPI está recomendando a qualificação no âmbito do PPI terminais nos portos de Pelotas/RS, Vila do Conde/PA, Maceió/AL, Suape/PE e Santos/SP.

E no setor aeroportuário, o conselho recomendou a qualificação no âmbito do PPI e inclusão no PND dos aeroportos Santos Dumont e Jacarepaguá, no Rio, de Uberlândia (MG), Montes Claros (MG), Jacarepaguá, em Uberaba (MG), em Belém (PA), em Macapá (AP), em Santarém (PA), em Marabá (PA), em Parauapebas (PA), em Altamira (PA), Congonhas e Campo de Marte - em São Paulo, em Campo Grande (MS), em Corumbá (MS) e em Ponta Porã (MS).

Além, desses o conselho recomendou a inclusão de uma série de aeroportos no interior do Amazonas.

Segundo a resolução, os "estudos necessários poderão considerar a integração e interação com outros modos de transporte com vistas a identificar efeitos potenciais das externalidades para concessão dos empreendimentos, conjunta ou separadamente".

Bancos só voltam a abrir na próxima segunda-feira

FERIADO Após funcionarem somente até às 11h ontem, os bancos só voltam a abrir na próxima segunda-feira, dia 28.

De acordo com a Febraban, na segunda, e nos dias 29 e 30 de dezembro, a abertura dos bancos ocorrerá no horário normal (que vem sendo seguido durante a pandemia de covid-19).

Nos dias 25 e 31 de dezembro, além de 1º de janeiro, as agências bancárias permanecerão fechadas para atendimento. Apenas os caixas eletrônicos continuarão funcionando nesses dias.

A partir de 4 de janeiro, o atendimento será retomado normalmente.

Carnês e contas de consumo (como água, energia e telefone) vencidos nos feriados poderão ser pagos sem acréscimo no dia útil seguinte. De acordo com a Febraban, normalmente, os tributos já estão com as datas ajustadas ao calendário de feriados, sejam federais, estaduais ou municipais.

MG: PRAZO PARA TRANSFERÊNCIA DE AEROPORTO É ADIADO

PAMPULHA O Ministério da Infraestrutura ampliou o prazo para que ocorra a transferência do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, da União para o Estado de Minas Gerais. Em junho, o governo tinha revogado a atribuição da Infraero de administrar o aeroporto e estabelecido o prazo de até 31 de dezembro deste ano para que a transferência ao Estado ocorresse. Ontem, o ministério informou que Infraero seguirá responsável pela exploração do aeroporto até 1º de junho de 2021.

CAFÉ

400 MIL

Reais é o novo limite de crédito por produtor de café (de R$ 3 mil a R$ 8 mil por hectare) da linha para recuperação de cafezais danificados no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). O limite foi elevado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Veículo: Correio	
Data: 25/12/2020	

Correio
O QUE A BAHIA QUER SABER

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O risco privado na alta da Selic

A concessão de crédito cumpriu o seu papel este ano, porque evitou que as empresas ficassem sem acesso a recursos no pior momento da pandemia. Para se ter uma ideia, em novembro, o saldo dos empréstimos às pessoas jurídicas aumentou 22,1%, como mostra o gráfico. O problema é que esse número também representa um enorme risco, alerta o economista Daniel Pegorini, CEO da Valora Investimentos.

Com a crise fiscal ainda não resolvida e a inflação subindo na taxa em 12 meses, o mercado aposta em aumento da Selic no ano que vem, e isso significa que o custo dinheiro ficará mais alto para a rolagem das dívidas.

— Hoje a Selic está em 2%, mas se ela chega ao final de 2021 em 4%, você dobra a taxa num prazo relativamente curto e encarece o custo dos empréstimos. Muita dívida foi contratada na pandemia, o que era natural, mas isso pode ser um forte inibidor ao crescimento da economia nos próximos anos — afirmou.

A taxa média de juros no crédito livre caiu de 30% para 22% este ano, mesmo com todos os riscos que envolvem períodos recessivos. Se voltar a subir no ano que vem, a desalavancagem — redução de dívidas — das empresas será mais lenta, retardando a retomada.

O mercado está preocupado não só com a dívida do governo, que subiu bastante para combater a crise. Há também o risco para o setor privado, e por isso existe a forte pressão sobre o governo e o Congresso para a aprovação de reformas que evitem que o Banco Central precise subir demais os juros. É uma corrida contra o tempo, mas em Brasília esse senso de urgência parece que ainda não chegou.

PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO

Diretores de escolas particulares temem mais dois efeitos da pandemia neste final de ano: a taxa de rematrícula está baixa, em torno de 60%, quando o normal era já ter 100% neste período do mês. Outro motivo de preocupação é que tem havido menos migração de alunos entre escolas, o que pode agravar a desestruturação do setor. "Há colégios que recebem alunos quando se encerra um ciclo de ensino e começa outro. Isso está menor com a pandemia, e eles podem carregar por anos essa baixa densidade de estudantes. Vai ter muita escola quebrando em 2021", alertou o presidente de um grande grupo.

O mercado aposta em aumento da Selic no ano que vem, e isso significa que o custo dinheiro ficará mais alto para a rolagem das dívidas.

EMPREGO E DESEMPREGO EM ALTA

A criação de vagas com emprego formal bateu recorde em novembro e superou pelo quarto mês seguido a melhor projeção feita pelos analistas, com 414 mil postos criados no mês. Como houve mudança de metodologia do Caged, uma das explicações para isso pode ser a dificuldade de os economistas entenderem como é calculada a nova série.

Mas também chama atenção que desde maio os desligamentos estejam abaixo do mesmo período do ano anterior. O programa BEM, que permite acordos entre empresas e empregados com redução de salários e jornada, é apontado como uma das causas para a preservação de vagas. Como ontem o IBGE também divulgou desemprego recorde, ainda é cedo para dizer que os dados do emprego formal representam um forte aquecimento do PIB, como diz a equipe econômica.

TRAPALHADA DO ATRASO

O segundo adiamento dos resultados da Coronavac é um desserviço do governo de São Paulo à campanha de vacinação. Ontem, a poucas horas da coletiva, veio a notícia de que o laboratório chinês Sinovac havia pedido sigilo para consolidar as informações com outros testes realizados na Turquia e Indonésia.

A possibilidade desse tipo de pedido já constaria em contrato, mas não havia sido informada pela secretaria de saúde. Com o novo atraso, o risco é crescer o número de brasileiros que desconfiam da eficácia da vacina produzida pelo Instituto Butantan.

POR ALVARO GRIBEL (ALVARO.GRIBEL@OGLOBO.COM.BR). MIRIAM LEITÃO ESTÁ DE FÉRIAS.

Veículo: Correio
Data: 24/12/2020

Correio
O QUE A BAHIA QUER SABER

LANÇADA NOVA VERSÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

SALVADOR A prefeitura de Salvador lançou ontem uma nova versão do portal Transparência Salvador com o objetivo de consolidar a transparência das contas públicas. Segundo o município, a nova versão otimiza e amplia o acesso à informação. Ela pode ser acessada no site da prefeitura.

O portal foi desenvolvido em conjunto pela Controladoria Geral do Município (CGM) e a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). O portal passou a contar com o VLibras, que permite a tradução automática do Português para Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), com ferramentas de alto contraste (opção que altera o fundo das páginas para a cor preta e das letras para branco ou amarelo) e com mecanismos de diminuição e ampliação das fontes, estes últimos destinados a pessoas com médio ou grande déficit visual.

Os dados foram disponibilizados em formato aberto, ou seja, podem ser acessados por qualquer pessoa livremente e permite downloads de relatórios. O interessado poderá personalizar as consultas de acordo com as suas necessidades de informação.

CONTEÚDO PATROCINADO

Prêmio CBPM de Mineração fecha ano em que setor cresceu 50% na Bahia

FOTO: PATRICK SILVA/CBPM

Diretor da Mineração Caraíba Manoel Valério (esq.) recebe os prêmios CBPM de empresa e personalidade do ano

CONTEÚDO SOB MEDIDA

A entrega do Prêmio CBPM de Mineração 2020 para a Mineração Caraíba e o de Personalidade do Ano para o diretor, Manoel Valério, no último dia 18 de dezembro, marcou também o encerramento de um ano muito positivo para a mineração baiana. O setor cresceu mais de 50% em relação ao ano anterior, consolidou a quarta posição da Bahia na lista de produção mineral comercializada e ultrapassou a marca de R$ 10 milhões doados em ações contra o coronavírus, segundo o Sindicato das Mineradoras Baianas (Sindimiba).

Criado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) no ano passado, o prêmio visa reconhecer as ações de destaque das mineradoras baianas. Em 2020, foram inseridas duas novidades: a categoria Personalidade da Mineração e uma consulta popular, que ficou disponível durante todo o mês de novembro. Outro destaque desta edição foi a participação do artista plástico Bel Borba, que esculpiu os troféus.

A Mineração Caraíba e seu diretor foram os mais indicados em consulta que ficou aberta durante o mês de novembro no site da CBPM. 50% das mais de 500 colaborações escolheram a Caraíba como empresa do ano. Valério ficou com 47% dos votos para personalidade. Outras empresas que se destacaram na consulta foram Atlantic Nickel, JMC Yamana Gold e Largo Resources. Na categoria de personalidade, foram bastante citados o vice-presidente da Yamana, Sandro Magalhães, da Atlantic Nickel, o CEO, Paulo Castelari e o diretor financeiro, Milsom Mundim, e o CEO da Largo Resources, Paulo Misk.

A Caraíba passou por uma impressionante recuperação econômica nos últimos quatro anos. Quem vê a empresa que movimentou mais de R$ 1 bilhão em 2020, mantém mais de 3200 empregos, investiu em pesquisa e pretende expandir em 10% a produção para o próximo ano não imagina que há apenas quatro anos ela teve sua principal mina alagada, entrou em recuperação judicial e quase fechou as portas.

"Depois de quase um ano sem produzir ao longo de 2016, conseguimos voltar às nossas atividades no ano de 2017. De lá pra cá a nossa história tem sido de superação, de sucesso. Nós produzimos no primeiro ano de retomada 20 mil toneladas de cobre e vamos fechar 2020 com quase 43 mil toneladas. Temos muito orgulho deste crescimento e do que a empresa representa para a região, nossos funcionários e todos que atuam de forma direta e indireta com a Mineração Caraíba", disse Eduardo de Come, diretor financeiro, ao agradecer pelo prêmio de Mineradora do Ano em nome da empresa.

> **Depois de quase um ano sem produzir ao longo de 2016, conseguimos voltar às nossas atividades no ano de 2017. De lá pra cá a nossa história tem sido de superação, de sucesso**
> Eduardo de Come, Diretor financeiro da Mineração Caraíba

> **Não é todo o dia que vemos uma recuperação vertiginosa como foi a da Caraíba. Uma empresa de importância indiscutível para a Bahia, que emprega mais de 3 mil pessoas e coloca o nosso estado com destaque na produção de cobre nacional**
> Antonio Carlos Tramm, Presidente da CBPM

Desempenho expressivo

Manoel Valério, que recebeu os prêmios no auditório da CBPM, em Salvador, se disse privilegiado por atravessar as dificuldades recentes junto com a empresa, elencou ações importantes, como a recuperação do maquinário que ficou submerso e a retirada da água que inundou a mina da empresa, e deu destaque ao trabalho com as comunidades. "Nós trabalhamos forte com as pessoas das mais de 80 comunidades do Vale do Curaçá. Essa relação começou há 12 anos e teve grande apoio da UFBA e do INEMA. O resultado disso é que temos uma evolução nos projetos socioambientais, que vem crescendo nos últimos 12 anos. A gente não deixa recuar", disse Valério.

O diretor também ressaltou o trabalho de prevenção ao coronavírus. "Tivemos a menor incidência de coronavírus entre mineradoras no país. Adotamos um protocolo muito rígido, seguido de maneira fantástica. Trabalhamos forte com as pessoas, com os municípios, conscientizando de que estávamos todos no mesmo barco. Eu telefonava toda semana para os prefeitos envolvidos, trocávamos ideias. As mesmas medidas que adotamos na mineração eles adotavam nas cidades. Senão não adiantava", afirmou.

Para o presidente da CBPM, Antonio Carlos Tramm, a premiação é a consagração de um processo difícil e delicado, com o qual poucas empresas conseguiriam lidar. "Não é todo o dia que vemos uma recuperação vertiginosa como foi a da Caraíba. Uma empresa de importância indiscutível para a Bahia, que emprega mais de 3000 pessoas e coloca o nosso estado com destaque na produção de cobre nacional. Queremos que essa história de superação seja mais conhecida e tida como exemplo de perseverança e enfrentamento das dificuldades", diz.

Também participaram do Prêmio, representando o secretário João Leão, o chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado, Luiz Gugé, o presidente do Sindimiba, Paulo Misk, e a editora da revista In the Mine, Têbis Oliveira, que fez a apresentação do evento.

Mineração baiana cresce 50% em 2020

O setor mineral baiano vai fechar 2020 com aumento de 50% em relação ao ano anterior. Pela primeira vez foi superada a marca de R$ 5 bilhões comercializados. A Bahia também consolida a posição de quarto maior produtor mineral do país, conquistada no ano passado.

Segundo Tramm, a perspectiva para os próximos anos é que o estado ultrapasse Goiás e assuma a terceira posição. "Só o minério de ferro da região de Caetité, que depende apenas da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) para ser produzido e exportado, já supera os R$ 700 milhões de diferença entre os dois estados", diz o presidente da CBPM.

A expectativa do setor mineral é de que os trilhos tragam também novos postos de trabalho. Estima-se que 30 mil novos empregos serão gerados ao longo dos 1500 km da ferrovia, que vai de Ilhéus a Barreiras.

Esse conteúdo tem o oferecimento da Mineração Caraíba e o apoio institucional da CBPM.

O ESTÚDIO CORREIO PRODUZ CONTEÚDO SOB MEDIDA PARA MARCAS, EM DIFERENTES PLATAFORMAS

Veículo: Correio
Data: 24/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio*

Novembro tem saldo positivo na criação de empregos

POSTOS DE TRABALHO A Bahia gerou 13.881 postos de trabalho com carteira assinada em novembro de 2020, resultado decorre da diferença entre 53.506 admissões e 39.625 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados ontem e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

No Brasil, os números também foram positivos. O mercado de trabalho formal brasileiro registrou em novembro a abertura de 414.556 vagas. Segundo o Ministério da Economia, esse é o melhor resultado para todos os meses desde o início da série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Foi o quinto mês consecutivo de saldo positivo.

Com o resultado, o saldo líquido do acumulado em 2020 se inverte e fica positivo, com 227.025 vagas. O resultado de novembro decorreu de 1.532.189 admissões e de 1.117.633 demissões. No acumulado do ano, foram 13.840.653 vagas abertas, e 13.613.628 desligamentos.

A abertura líquida de 414.556 vagas de trabalho com carteira assinada em novembro foi impulsionada pelos desempenhos dos setores de serviços, comércio e indústria.

Na Bahia, a maioria dos setores gerou postos no mês: Comércio (+8.529 postos), Alojamento e alimentação (+2.298 postos), Informação, comunicação e outras atividades (2.200 postos), Construção (+1.047 postos), Transporte, armazenagem e correio (+973 postos), Outros serviços (+443 postos) e Indústria geral (+47 postos). Dois segmentos apresentaram saldo negativo: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-1.393 postos) e Administração pública (-263 postos).

"Este é um resultado animador, pois ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19, representa o maior saldo em novembro da última década", afirma o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

No acumulado de janeiro a novembro de 2020, ainda em função da influência do coronavírus, o saldo na Bahia é negativo de 4.798 postos de trabalho.

> **A Bahia vem apresentando saldos positivos de geração de emprego com carteira assinada nos últimos quatro meses**
> Walter Pinheiro
> Secretário estadual de planejamento

Petrobras conclui venda da Liquigás por R$ 4 bilhões

GÁS LIQUEFEITO A Petrobras informou ontem que foi finalizada a venda da totalidade da sua participação na Liquigás Distribuidora S.A. (Liquigás) para o consórcio formado pela Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás. "Após o cumprimento das condições precedentes, a operação foi concluída com o pagamento de R$ 4 bilhões para a Petrobras", informou a estatal.

A Liquigás é subsidiária integral da Petrobras e atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil. A venda da Liquigás recebeu no mês passado o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A operação, porém, foi aprovada com restrições.

A Copagaz será a nova controladora da Liquigás, em conjunto com a Itaúsa — empresa de investimentos de acionistas do Itaú Unibanco.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R$ 5,1943	R$ 5,1948
Dólar Turismo	R$ 5,1610	R$ 5,3530
Euro turismo	R$ 6,2890	R$ 6,5370

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	117.806,85	+1%

POUPANÇA

24/12/2020	0,7849%

SALÁRIO MÍNIMO

R$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,89%	2,09%	4,31%
INPC/IBGE	0,95%	3,08%	5,16%
IGP-M/FGV	3,28%	21,04%	24,52%

BOLSA EM RECUPERAÇÃO

Influência O Índice Bovespa seguiu a influência positiva do mercado internacional e terminou o pregão de ontem em alta de 1,00%, aos 117.806,85 pontos, elevando os ganhos de dezembro para 8,19%. O dólar teve o quarto dia seguido de valorização ante o real, em alta de 0,73%.

Veículo: Correio
Data: 24/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O risco privado na alta da Selic

A concessão de crédito cumpriu o seu papel este ano, porque evitou que as empresas ficassem sem acesso a recursos no pior momento da pandemia. Para se ter uma ideia, em novembro, o saldo dos empréstimos às pessoas jurídicas aumentou 22,1%, como mostra o gráfico. O problema é que esse número também representa um enorme risco, alerta o economista Daniel Pegorini, CEO da Valora Investimentos.

Com a crise fiscal ainda não resolvida e a inflação subindo na taxa em 12 meses, o mercado aposta em aumento da Selic no ano que vem, e isso significa que o custo dinheiro ficará mais alto para a rolagem das dívidas.

— Hoje a Selic está em 2%, mas se ela chega ao final de 2021 em 4%, você dobra a taxa num prazo relativamente curto e encarece o custo dos empréstimos. Muita dívida foi contratada na pandemia, o que era natural, mas isso pode ser um forte inibidor ao crescimento da economia nos próximos anos — afirmou.

A taxa média de juros no crédito livre caiu de 30% para 22% este ano, mesmo com todos os riscos que envolvem períodos recessivos. Se voltar a subir no ano que vem, a desalavancagem — redução de dívidas — das empresas será mais lenta, retardando a retomada.

O mercado está preocupado não só com a dívida do governo, que subiu bastante para combater a crise. Há também o risco para o setor privado, e por isso existe a forte pressão sobre o governo e o Congresso para a aprovação de reformas que evitem que o Banco Central precise subir demais os juros. É uma corrida contra o tempo, mas em Brasília esse senso de urgência parece que ainda não chegou.

PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO

Diretores de escolas particulares temem mais dois efeitos da pandemia neste final de ano: a taxa de rematrícula está baixa, em torno de 60%, quando o normal era já ter 100% neste período do mês. Outro motivo de preocupação é que tem havido menos migração de alunos entre escolas, o que pode agravar a desestruturação do setor. "Há colégios que recebem alunos quando se encerra um ciclo de ensino e começa outro. Isso está menor com a pandemia, e eles podem carregar por anos essa baixa densidade de estudantes. Vai ter muita escola quebrando em 2021", alertou o presidente de um grande grupo.

> **O mercado aposta em aumento da Selic no ano que vem, e isso significa que o custo dinheiro ficará mais alto para a rolagem das dívidas.**

EMPREGO E DESEMPREGO EM ALTA

A criação de vagas com emprego formal bateu recorde em novembro e superou pelo quarto mês seguido a melhor projeção feita pelos analistas, com 414 mil postos criados no mês. Como houve mudança de metodologia do Caged, uma das explicações para isso pode ser a dificuldade de os economistas entenderem como é calculada a nova série.

Mas também chama atenção que desde maio os desligamentos estejam abaixo do mesmo período do ano anterior. O programa BEM, que permite acordos entre empresas e empregados com redução de salários e jornada, é apontado como uma das causas para a preservação de vagas. Como ontem o IBGE também divulgou desemprego recorde, ainda é cedo para dizer que os dados do emprego formal representam um forte aquecimento do PIB, como diz a equipe econômica.

TRAPALHADA DO ATRASO

O segundo adiamento dos resultados da Coronavac é um desserviço do governo de São Paulo à campanha de vacinação. Ontem, a poucas horas da coletiva, veio a notícia de que o laboratório chinês Sinovac havia pedido sigilo para consolidar as informações com outros testes realizados na Turquia e Indonésia.

A possibilidade desse tipo de pedido já constaria em contrato, mas não havia sido informada pela secretaria de saúde. Com o novo atraso, o risco é crescer o número de brasileiros que desconfiam da eficácia da vacina produzida pelo Instituto Butantan.

POR ALVARO GRIBEL (ALVARO.GRIBEL@OGLOBO.COM.BR). MIRIAM LEITÃO ESTÁ DE FÉRIAS.

Veículo: Correio
Data: 24/12/2020

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio*

ECONOMIA

Programa de acordos de trabalho pode ser ampliado

PRORROGAÇÃO O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, afirmou ontem que o Ministério da Economia estuda estender o programa para que empresas reduzam os salários dos empregados ou suspendam os contratos por causa dos efeitos da pandemia do coronavírus.

O programa foi anunciado em abril como medida para evitar um aumento ainda maior do desemprego diante da pandemia, que provocou restrições no funcionamento ou mesmo o fechamento de parte do comércio e da indústria.

Por acordo individual ou coletivo, o empregador ficou autorizado neste ano a suspender contratos ou reduzir a jornada dos empregados 25%, 50% ou 70%.

9,8

Milhões de trabalhadores já participaram do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda

Trabalhadores afetados pela medida têm direito a uma estabilidade provisória no emprego pelo período equivalente ao da redução do corte de salarial. Se a empresa decidir demiti-lo sem cumprir a carência, precisa pagar uma indenização maior.

Como contrapartida, o governo banca um benefício para quem teve o salário reduzido ou o contrato suspenso até o limite do seguro-desemprego (R$ 1.813).

Até o momento R$ 31,3 bilhões já foram pagos a 9,8 milhões de trabalhadores. O custo total do programa era estimado em R$ 51,6 bilhões.

Bianco negou que os valores de restos a pagar (recursos transferidos de um ano para o outro) do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), o nome oficial do benefício, signifiquem prorrogação do benefício, mas afirmou que o Ministério da Economia está estudando se o BEm terá uma sobrevida.

"Temos restos a pagar, mas não significa que será prorrogado. Prorrogação do programa passará por crivo do Ministério da Economia e do presidente Jair Bolsonaro", disse Bianco.

Diretor de programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Luís Felipe Batista de Oliveira destacou que a quantidade de acordos por mês vem caindo. Em abril, foram 5,9 milhões, contra 228,6 mil em dezembro, até o dia 18.

Para 2021, não está prevista a prorrogação do decreto de calamidade pública em função da pandemia. No entanto, em caso de agravamento da crise sanitária, a equipe econômica não descarta a possibilidade de o decreto ser estendido para 2021.

Petrobras vai vender campos terrestres de petróleo na Bahia

POLO A Petrobras assinou ontem o contrato de venda de sua participação em 12 campos terrestres de petróleo, chamados de Polo Remanso, na Bahia. Os ativos foram vendidos para a Petrorecôncavo pelo valor de US$ 30 milhões. Deste total, a Petrobrás recebeu US$ 4 milhões ontem, outros US$ 21 milhões serão pagos no fechamento da transação e US$ 5 milhões um ano após o fechamento.

O Polo Remanso compreende os campos terrestres de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Fazenda Belém, Gomo, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria. A produção média de janeiro a novembro foi de cerca de 3,9 mil barris de óleo por dia (bpd) e 75 mil m^3/dia de gás natural. A estatal anunciou também o início da fase não-vinculante para venda da sua participação no Polo Bahia Terra, que tem 28 concessões de campos de produção terrestres.

RODOLFO SABOIA TOMA POSSE NA ANP

DIRETOR-GERAL O almirante Rodolfo Saboia tomou posse ontem como diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Seu mandato terá duração de quatro anos, terminando em dezembro de 2024. Aprovado em outubro pelo plenário do Senado Federal, Saboia ocupará a vaga deixada por Décio Oddone, que renunciou ao cargo em março deste ano. O comando da ANP estava interinamente com Raphael Moura.

DÍVIDA PÚBLICA CRESCE 3,22% EM NOVEMBRO

AUMENTO O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) cresceu 3,22% em novembro e fechou o mês em R$ 4,788 trilhões. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 23, pelo Tesouro Nacional. Em outubro, o estoque estava em R$ 4,638 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 3,79% em novembro e fechou o mês em R$ 4,553 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 6,77% menor no mês, somando R$ 234,57 bilhões ao fim de novembro.

TIAGO CALDAS

Marilene diz que o mercado do mês subiu de R$ 600 para R$ 900, mesmo desistindo de alguns produtos. 'Estou devendo e peguei emprestado com meu genro'

Baiano cria dívida para poder comer

Pesquisa Gastos com despesas cotidianas vira 3º maior motivo de endividamento

Marina Hortélio
REPORTAGEM
marina.hortelio@redebahia.com.br

O mercado de mês que custava cerca de R$ 600 antes da pandemia, agora sai por R$ 900 e ainda é preciso deixar alguns produtos para trás. Essa é a consequência do aumento do preço dos alimentos na carteira da empregada doméstica Marilene Ramos, 50 anos, que trabalha e mora em Salvador. Com mais gastos para se manter e o dinheiro apertado, o resultado foi uma série de dívidas.

O problema é nacional, como aponta pesquisa da Serasa em parceria com a Blend New Research. O estudo mostra que durante a pandemia as despesas do dia a dia, como a compra de comida, cresceram e passaram a figurar como o terceiro maior motivo de endividamento do consumidor, identificado por 11% dos entrevistados. Em primeiro e em segundo estão desemprego, 40%, e descontrole financeiro, 14%. 73% declararam que a crise impactou a vida financeira.

"Meu gasto é mais com comida mesmo, para minha família de 4 pessoas. Já estou devendo R$ 447 e ainda peguei dinheiro emprestado com meu genro", conta Marilene.

Desde 2018, desemprego e desorganização financeira estão no topo das razões para o endividamento. A mudança atual é o impacto das despesas básicas na geração de dívidas, que, em 2018, representavam só 5% dos motivos para endividamento.

O economista e educador financeiro Edval Landulfo descreveu dois cenários para explicar a mudança. De um lado, famílias perderam renda, mesmo recebendo o auxílio emergencial do governo. "Quando passam a receber menos, se inicia um processo de definir o que priorizar. O auxílio é usado para alimentação e as dívidas ficam para a frente", observa.

Por outro lado, existem as pessoas que não possuíam renda e também passaram a receber o auxílio e isso pressionou o mercado, que não estava preparado para receber tantos novos consumidores em tão pouco tempo. A isso, completa o economista, se soma a desvalorização do real frente ao dólar, que impulsiona as exportações e encarece o valor dos alimentos internamente.

CUSTO

O fato é que o consumidor tem sentido o encarecimento dos alimentos no bolso. A presidente do Movimento de Donas de Casa e Consumidores da Bahia, Selma Magnavita, calcula que, em média, houve um aumento de mais de 22% nas despesas domésticas. "Os aumentos no preço dos alimentos, energia e telefonia foram bastante significativos e vejo muitas pessoas tendo que atrasar pagamentos", relata. A aposentada Itaitara Magalhães, 70, diz que alguns produtos estão com valores "assombrosos". "Eu percebo que acabo levando só 2/3 dos que coloco no carrinho".

Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do Brasil, em Salvador e Região Metropolitana, a alimentação em domicílio registrou a maior alta no acumulado de janeiro a novembro deste ano entre todos os itens que compõem o cálculo do custo de vida, atingindo 17,42%. Em segundo lugar está o acesso à internet, 12,18%, seguido do gás de cozinha, 10,58%, energia elétrica residencial, 5,13%, e plano de telefonia fixa, 4,12%.

COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

ALIMENTOS QUE MAIS SUBIRAM NESTE ANO EM SALVADOR

- **Óleo de Soja** 98,08%
- **Tomate** 87,62%
- **Arroz** 71,3%
- **Batata inglesa** 59,29%
- **Cenoura** 56,71%

Fonte: IPCA/IBGE

Serasa: 51% das pessoas voltam a se endividar

A pesquisa da Serasa também identificou que 51% voltam a se endividar depois de quitar seus débitos. Os motivos do reendividamento seguem a mesma ordem do endividamento. Para essas pessoas, o novo endividamento acontece por causa do desemprego (54% dos entrevistados), falta de controle (24%) e compra de mantimentos e gastos do dia a dia (18%).

O economista Edval Landulfo explica que o reendividamento acontece porque as pessoas não têm planejamento financeiro. Para ele, é comum o trabalhador utilizar rendas extras (13º e férias, por exemplo) para quitar as dívidas, ter crédito e, assim, criar novos débitos. "A pessoa prefere pagar uma dívida para ter acesso ao crédito para comprar algum produto financiado. Com isso, a renda sempre está comprometida e não se consegue pagar a parcela, o que gera outra dívida".

De acordo com a Serasa, 90% das pessoas fazem algum tipo de controle de gastos. O estudo explica que a renda baixa ou limitada não condiz com o volume de gastos dos lares do Brasil.

3.994
pessoas foram ouvidas para a pesquisa da Serasa e da Blend New Research entre os dias 2 e 29 de outubro

95%
é o nível de confiança da pesquisa

2%
é a margem de erro

Procon-Ba denuncia abusos a três ministérios

No último mês de outubro, o Procon-Ba recebeu denúncias da alta abusiva no preço dos alimentos. Como o órgão local preside a Associação Brasileira de Procons, a denúncia foi comunicada aos ministérios da Economia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e Justiça e Segurança Pública foram questionados.

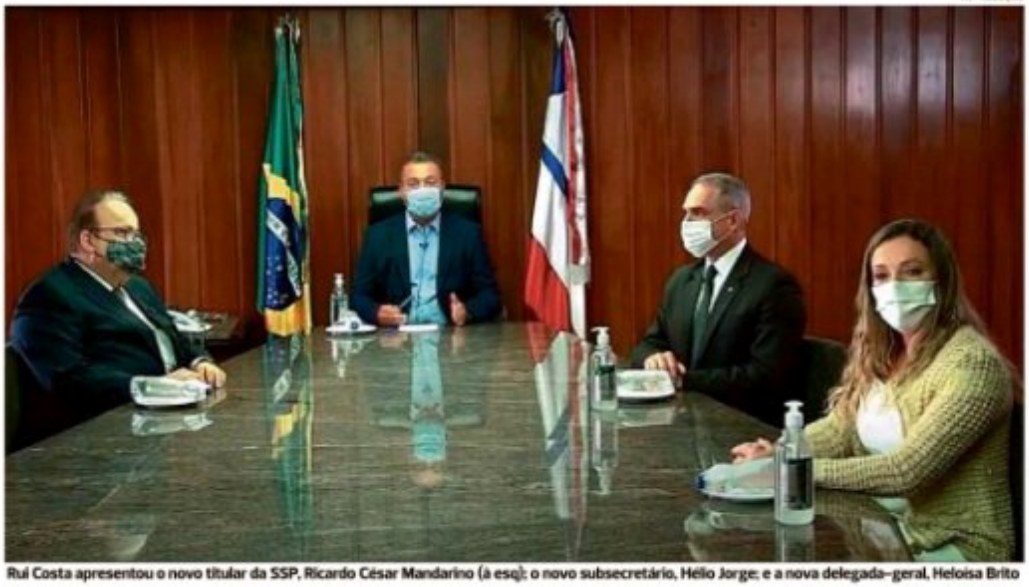
Segundo Filipe Vieira, superintendente do Procon-Ba, o Mapa respondeu que existe um momento de alta nas exportações dos alimentos, mas não há risco de desabastecimento. A pasta da Economia apontou que o interesse do exportador é causado pela alta do dólar. Já a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, se comprometeu a acompanhar a alta. A Associação Brasileira de Supermercados também se comprometeu a só repassar ao consumidor apenas eventuais aumentos dos produtores e da indústria.

A expectativa do superintendente é a de que as medidas deem resultado prático, controlando ou reduzindo os preços, entre o final de dezembro e início de janeiro do ano que vem.

"Existe diferença entre preço absurdo e abusivo. Para ser abusivo, o preço deve ter sofrido reajuste além dos índices oficiais ou sem um justa causa
Filipe Vieira
superintendente do Procon-Ba

Gil Santos
REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

REPRODUÇÃO



Rui Costa apresentou o novo titular da SSP, Ricardo César Mandarino (à esq); o novo subsecretário, Hélio Jorge; e a nova delegada-geral, Heloisa Brito

Conheça os novos nomes da Segurança

Após exoneração de Maurício Barbosa, juiz aposentado assume a Secretaria de Segurança Pública

O juiz federal aposentado Ricardo César Mandarino será o novo secretário de Segurança Pública da Bahia, conforme havia antecipado a coluna Satélite, do CORREIO. Ele assume o lugar de Maurício Teles Barbosa, exonerado do cargo há nove dias após suspeitas de envolvimento no esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça do estado (TJ), alvo de investigação pela Operação Faroeste.

A troca de comando na pasta foi divulgada ontem pelo governador Rui Costa (PT), em uma live transmitida pelas redes sociais. Dois outros nomes foram anunciados: o novo subsecretário da pasta, o delegado Hélio Jorge, e a nova delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito. Essa será a primeira vez que uma mulher assumirá esse cargo. Os três tomam posse na próxima segunda-feira (28).

Mandarino é baiano e começou a carreira como delegado da Polícia Civil. O ex-magistrado, atuante na área criminal, é formado em Direito pela Universidade Católica de Salvador e já trabalhou nos estados de Sergipe e Pernambuco.

Depois de atuar como delegado, ele foi procurador estadual da Fazenda até prestar concurso e ser aprovado para juiz federal. Mandarino também foi membro do Conselho Nacional do Ministério Público. "Eu vou fazer o possível para trazer toda essa experiência para cá, para a gente trabalhar para que essa polícia continue sendo boa, cada vez melhor, eficiente, humanista. Essa é a nossa proposta", afirmou.

O governador aproveitou a apresentação para informar que um processo de licitação está em andamento para contratar um novo sistema de comunicação e de monitoramento por câmeras. A proposta é levar o sistema de vigilância que já está em funcionamento em Salvador para 160 cidades da Bahia, no próximo ano, além da instalação de câmeras em viaturas e nas fardas dos policiais. Nenhum prazo foi divulgado para as novas medidas.

Rui Costa assinalou que o novo secretário poderá, junto com toda a equipe, "continuar buscando as metas de redução de violência". A equipe terá um desafio, já que a SSP enfrenta números alarmantes - embora falte uma semana para o fim do ano, os dados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) revelam salto de 27,4% no total de assassinatos em Salvador nos primeiros 21 dias de dezembro, no comparativo com o mesmo período de 2019: 79 contra 62, conforme revelou a coluna Satélite de anteontem.

O número de assassinatos na capital em 2020 já é 16,9% maior que o do ano passado, como aponta o balanço da Polícia Civil obtido com exclusividade pela coluna.

O novo subsecretário, Hélio Jorge, tem cerca de 30 anos no funcionalismo público e já foi delegado-geral da Polícia Civil. Ele assume o cargo que antes era ocupado por Ary Pereira de Oliveira. Este já tinha sinalizado a interlocutores próximos que ficaria no cargo somente até que o governador definisse o sucessor definitivo de Barbosa.

Hélio Jorge disse ontem que construiu carreira dentro da instituição, começando como delegado plantonista, passando depois a delegado titular, coordenador, diretor de departamento, superintendente de inteligência e, então, delegado-geral da Polícia Civil, cargo que ele exerceu entre 2011 e 2015.

Hélio Jorge afirmou que nos últimos cinco anos se dividiu entre Rio de Janeiro e Brasília, onde aprimorou os conhecimentos profissionais. "Sou delegado da Polícia Civil com 25 anos de carreira, tendo outros cinco anos de experiência na área de defesa, somados aí 30 anos de serviços público", informou.

INEDITISMO

O governador Rui Costa destacou o fato de Heloísa Brito ser a primeira mulher a ocupar o comando da Polícia Civil baiana. "Inovamos no dia de hoje nomeando a primeira chefe da Polícia Civil, uma mulher. Confesso que ao escolher [Heloísa] nem tinha essa informação, mas soube que é a primeira mulher que chefiará a Polícia Civil da Bahia. Heloísa é delegada especial de longa experiência e formação e, com certeza, essa nova equipe vai, nos próximos dias, sentar para detalhar o planejamento e eventuais substituições que serão feitas nas equipes", disse Rui.

Heloísa foi delegada plantonista, delegada titular, diretora de departamento, corregedora chefe, delegada adjunta e, atualmente, exercia o cargo de diretora da Academia de Polícia da Bahia. Ela contou que aceitou o desafio pensando no melhor para a polícia e para a população e falou em lutar pela valorização dos profissionais. "Para mim é uma honra enorme ser a primeira mulher escolhida para essa função. A Polícia Civil é formada por homens e mulheres honrados e que se dedicam a essa nobre missão que é fazer polícia. Eu sou delegada há 25 anos e, assim como Dr. Hélio, já passei por várias funções dentro da instituição", disse ela.

A exoneração de Maurício Barbosa e da sua chefe de gabinete Gabriela Caldas Rosa de Macedo foi um dos desdobramentos da Operação Faroeste que investiga um esquema de venda de sentenças por juízes e desembargadores do TJ-BA.

Como mostrou a coluna Satélite, do CORREIO, indícios coletados pelo Ministério Público Federal (MPF) para essa nova fase da operação ligam diretamente Maurício Barbosa a alvos que integram o topo do esquema de venda de sentenças no TJ. A delegada Gabriela Macedo está sendo investigada por vazar informações sobre operações sigilosas, avisando antecipadamente alvos sensíveis.

"Vou fazer o possível para que essa polícia continue sendo uma polícia cada vez melhor, eficiente, e humanista
Ricardo César Mandarino
Secretário de Segurança Pública da Bahia

"Para mim é um orgulho muito grande. Sou delegado da Polícia Civil há 25 anos, tendo outros cinco anos de experiência na área de defesa Hélio Jorge
Novo subsecretário da SSP

"Sou a primeira mulher escolhida para essa função. Uma honra. A Polícia Civil é formada por homens e mulheres honrados
Heloísa Brito
Nova delegada-geral da Polícia Civil

Tribuna

Empregos

Walter Pinheiro

A Bahia gerou 13.881 postos de trabalho com carteira assinada em novembro de 2020, resultado decorre da diferença entre 53.506 admissões e 39.625 desligamentos. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, divulgados nesta quarta-feira (23) e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

Evolução

"Este é um resultado animador, pois ainda em um contexto sanitário mundial atípico, da pandemia do Covid-19, representa o maior saldo em novembro da última década. Vale destacar que a Bahia vem apresentando saldos positivos de geração de emprego com carteira assinada nos últimos quatro meses", destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro. No acumulado de janeiro a novembro de 2020, ainda em função da influência do coronavírus, o saldo é negativo de 4.798 postos. A maioria dos setores gerou postos no mês de novembro de 2020.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 28/12/2020	Página: 06

Tribuna

Guedes corre para aprovar novas medidas

Ministro é cobrado por promessas não cumpridas nos dois últimos anos

ESTADÃO CONTEÚDO

Cobrado por promessas não cumpridas ao longo dos primeiros dois anos de governo Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que não prometerá mais nada, mas começa 2021 com uma responsabilidade: a de convencer o Congresso a aprovar reformas estruturais antes de as eleições de 2022 contaminarem de vez o ambiente político.

O tempo não é exatamente um aliado com que o ministro possa contar. O governo terá um curto prazo, do início de fevereiro até o final de julho, para aprovar medidas e apresentar resultados. No limite, a ausência de avanços concretos até o fim do terceiro trimestre de 2021 pode esgotar a paciência e azedar de vez a relação dos investidores com o Brasil.

A lista é extensa para um tempo tão exíguo. A equipe econômica precisará primeiro desatar os nós do Orçamento de 2021, que ficou para ser votado a partir de fevereiro, após a eleição para as mesas do Congresso. A necessidade de cortar despesas com obras e custeio da máquina para compensar um reajuste maior do salário mínimo, na esteira da aceleração da inflação, promete testar não só a fidelidade da base governista recém-arregimentada por Bolsonaro, em troca de maior participação do Centrão no governo, mas também a capacidade da equipe econômica de defender o teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Há ainda as PECs emergencial e do pacto federativo, também adiadas numa tentativa de estancar o processo de intensa desidratação das propostas, que ficariam resumidas a uma parcela dos gatilhos de contenção de despesas e sem as promessas de desindexação de gastos (revogação de reajustes obrigatórios de determinadas despesas) e desvinculação (retirada dos "carimbos" sobre certos recursos do Orçamento).

O MINISTRO Paulo Guedes tem pouco tempo para aprovar novas medidas e mostrar resultados

Completam a lista as reformas tributária (simplificação na cobrança de impostos e unificação dos tributos) e administrativa (reestruturação do RH do Estado, com mudanças na forma como servidores são contratados, promovidos e demitidos) e as privatizações (venda de estatais) - as últimas foram um dos principais combustíveis para a frustração confessa de Guedes com o andamento de sua agenda liberal. "Esperava avançar com mais ímpeto? Sim", admitiu em entrevista coletiva para um balanço de fim de ano.

Chances - Lucas Aragão, sócio da consultoria política Arko Advice, tem nas mãos uma lista dos projetos com mais chances de aprovação no primeiro semestre, como a autonomia formal do Banco Central, a PEC emergencial e os novos marcos legais do gás e das ferrovias. Ele inclui também a votação da reforma administrativa para o final do primeiro semestre e início do segundo. Já a reforma tributária, ele avalia que ainda é cedo para discussão. "Depende de um consenso grande", diz.

Aragão, que acompanha o dia a dia das negociações políticas no Congresso, faz a ressalva de que as variáveis para a aprovação dos projetos podem mudar muito a depender do nível de articulação política do próximo presidente da Câmara e de polêmicas novas ou antigas que possam surgir.

O próprio ministro da Economia já admitiu que, se todos os ministros pressionarem juntos por mais gastos, a "represa" que é a Economia pode se romper. O mesmo vale para o Congresso, cuja pauta é definida pelos presidentes do Senado e da Câmara. Na equipe econômica, a preocupação maior é com as medidas de corte de gastos e a pressão política pela prorrogação dos estímulos dados na pandemia. Guedes prometeu na semana passada, sem detalhar, que vai socorrer os invisíveis à frente.

"O cenário pode abrir uma janela de oportunidade no primeiro semestre do ano que vem para avançar na PEC emergencial, importante para blindar o arcabouço fiscal em 2022, ano eleitoral", diz o economista-chefe da XP, Caio Megale, que prevê pressão fortes por gastos no ano que vem, principalmente no segundo semestre.

Contaminação - Além disso, uma importante liderança governista reconhece que as reformas precisam ser votadas até o final de julho, antes do recesso do meio do ano, para evitar contaminação muito grande pelas discussões eleitorais de 2022.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 28/12/2020	Página: 07

Tribuna

Coluna
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI

SOCORRO

O Tesouro Nacional pagou, neste ano, mais de R$ 7 bilhões em dívidas atrasadas de estados. Conforme o último Relatório de Garantias Honradas pela União, no acumulado dos 12 meses, cinco estados foram responsáveis por 92,1% do valor pago pelo Tesouro: Rio de Janeiro (R$ 3,31 bilhões, ou 42,8% do total), Minas Gerais (R$ 2,62 bilhões, ou 33,9% do total), Goiás (R$ 553,18 milhões, ou 7,2% do total), Pernambuco (R$ 354,85 milhões, ou 4,6% do total) e Maranhão (R$ 280,16 milhões, ou 3,6% do total).

Pandemia

Devido à crise fiscal provocada pela pandemia, 14 estados tiveram as dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro. O valor dos débitos honrados – de R$ 7,79 bilhões – representa um aumento de 8,97% quando comparado ao mesmo período de 2019 (R$ 7,15 bilhões).

Calote

As garantias são executadas pelo Tesouro quando um estado ou município fica inadimplente em operações de crédito. O governo cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença.

laram apoio ao bloco. O roteiro começará por estados do Norte e Nordeste.

Emissários

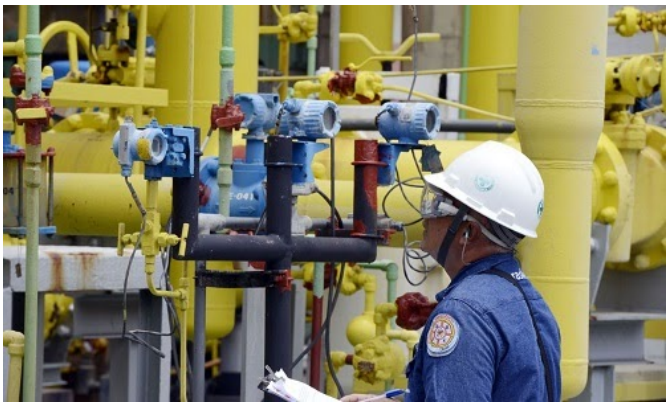
Procurados por emissários do MDB e do DEM, senadores do PSDB não descartam possíveis apoios, mas mantêm, por ora, a intenção de lançar candidatura própria. Por enquanto, há dois pré-candidatos: do MDB, a ser definido em janeiro, e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), apoiado pelo grupo do presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Bloco

As negociações com os tucanos passam pelo

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA ATINGE MAIOR PATAMAR DESDE 2010



admin 28 Dezembro, 2020

A confiança da indústria voltou a subir em dezembro e atingiu o maior patamar desde maio de 2010, segundo dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta segunda-feira (28). O Índice de Confiança da Indústria (ICI) avançou 1,8 ponto em dezembro, para 114,9 pontos. Em maio de 2010, o índice marcou 116,1 pontos.

“O Índice de Confiança da Indústria de Transformação encerra o ano com um desempenho surpreendente e muito expressivo”, afirmou a Renata de Mello Franco, economista do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV (Ibre/FGV). “No entanto, o resultado do mês confirma a tendência de desaceleração das taxas de crescimento dos indicadores tanto de momento atual quanto das perspectivas futuras”, acrescentou a economista.

De acordo com o levantamento, 12 dos 19 segmentos industriais pesquisados registraram aumento da confiança na leitura de dezembro, e 17 se encontram em nível acima de fevereiro desse ano.

Neste mês, houve melhora das avaliações dos empresários em relação à situação corrente e das expectativas mais otimistas para os próximos três e seis meses. O Índice de Situação Atual (ISA) e Índice de Expectativas (IE) avançaram 1,7 ponto, para 119,9 pontos e 109,6 pontos, respectivamente. O ISA atingiu o maior valor da série histórica e o IE alcançou o maior patamar desde 2011. (G1)

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/12/20	

MAIS BRASILEIROS ESPERAM ALTA DA INFLAÇÃO, DIZ DATAFOLHA

admin 28 Dezembro, 2020

A expectativa de aumento da inflação atingiu em dezembro o maior patamar registrado no governo Jair Bolsonaro (sem partido) pelas pesquisas do Datafolha. Segundo o levantamento, 72% dos entrevistados afirmam que a inflação vai aumentar. Em agosto deste ano, eram 67%. Naquele mês, a inflação em 12 meses medida pelo IPCA estava em 2,44%. Em novembro, chegou a 4,31%.

Em dezembro do ano passado, pouco mais da metade dos entrevistados (52%) fazia essa avaliação, apesar da disparada nos preços naquele mês, principalmente, por causa do aumento no custo das carnes. Na pesquisa de abril do ano passado, eram 45% os que previam alta da inflação nos meses seguintes. A parcela dos que esperam ver uma queda da inflação recuou de 17% em dezembro do ano passado para 11% em agosto deste ano e para 10% na pesquisa mais recente. Os demais entrevistados dizem que a inflação ficará como está.

O Datafolha ouviu 2.016 pessoas por telefone entre os dias 8 e 10 deste mês. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. A percepção dos brasileiros está em linha com as projeções de mercado para os índices de preços durante o primeiro semestre de 2021. Também reflete um momento em que o custo de alimentos e insumos à produção está em alta, por causa de fatores como falta de produtos, aumento de exportações e repasse cambial.

A expectativa dos economistas consultados pelo Banco Central é que o IPCA, índice de preços ao consumidor que serve como meta de inflação, deva passar dos atuais 4,31% (registrados em novembro) em 12 meses para algo próximo de 6% até maio de 2021. Depois, espera-se um recuo ao longo do segundo semestre do próximo ano, para 3,34%. O Banco Central prevê inflação de 3,40% no final de 2021. O número está abaixo do centro da meta de 3,75%.

Outro indicador de inflação, o IGP-M, composto por preços no atacado, ao consumidor e da construção, está em patamar bem mais alto: subiu quase 25% nos últimos 12 meses. Como mostrou reportagem da Folha, os preços de insumos que servem de base para a cadeia produtiva brasileira registram a maior alta desde o início do Plano Real, de quase 70%, segundo dados do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) até outubro.

Alimentos acumulam alta no IPA (índice de preços no atacado da FGV) de 25%, sendo que metade desse aumento já bateu no IPC (índice de preços ao consumidor da FGV). O arroz, produto cuja alta provocou até reação por parte do governo, subiu quase 120% no atacado e 62% no varejo, o que mostra o risco de continuidade desses repasses. A concentração da inflação em alimentos também faz com que o índice de preços seja sentido de maneira diferente pela população.

Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), para famílias com renda domiciliar mensal menor que R$ 1.650,50, a inflação acumulada em 12 meses está em 5,80%. Entre as famílias com ganho maior que R$ 16.509,66, o indicador está em 2,69%. Para o Banco Central, o choque inflacionário atual é temporário, mas o índice de preços poderá subir mais em caso de uma falta de confiança na sustentabilidade da dívida pública que resulte em desvalorização adicional do real, com impacto nos preços. Nesse caso, o IPCA subiria 6,4% em 2021, acima do limite de 5,25%.

Também foi analisada a situação de prolongamento da pandemia, em que as pessoas ficariam mais tempo em distanciamento social, o que contribuiria para reduzir a inflação a 2,4%. A recuperação da economia e seus impactos sobre as projeções de inflação para os próximos anos devem levar o BC a elevar os juros no próximo ano ou no seguinte, de acordo com as projeções de mercado.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 24/12/20	

GOVERNO FEDERAL SANCIONA REMANEJAMENTO DE R$ 3,3 BILHÕES

admin 24 Dezembro, 2020

Um remanejamento de recursos do Orçamento de 2020 evitará que o Brasil fique inadimplente com organismos internacionais. O presidente Jair Bolsonaro sancionou hoje (24) projeto de lei com crédito suplementar, que realoca recursos.

Os recursos virão de dotações orçamentárias canceladas, sem impacto para outros programas do governo. Por envolver remanejamento de verbas, o crédito suplementar não tem impacto no cumprimento do teto federal de gastos.

Caso o governo brasileiro não pagasse a dívida até o fim do ano, o país correria o risco de perder direito de voto nas Nações Unidas em 2021. O Brasil tinha de pagar pelo menos US$ 113,5 milhões de uma dívida de US$ 390 milhões com a ONU para não ser afetado.

Além da ONU, o remanejamento cobrirá dívidas com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e cerca de 30 organismos internacionais. O crédito suplementar também beneficia órgãos nacionais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 26/12/2020	Caderno: Notícias

Sábado, 26 de Dezembro de 2020 - 16:40

Com a pandemia do novo coronavírus, quase metade dos trabalhadores pararam

por Diego Garcia e Beatriz Montesanti | Folhapress

O mercado de trabalho do Brasil chegou ao fundo do poço em 2020. Com a pandemia, que interrompeu o comércio, paralisou a produção industrial e brecou o setor de serviços, o país viu um fenômeno inédito: quase metade da população em idade de trabalhar literalmente parou.

Pela primeira vez, o número de brasileiros inativos, ou seja, sem emprego e sem buscar algum, ultrapassou a marca de 40%. O maior índice foi nos trimestres encerrados em julho e agosto, quando o indicador chegou a 45,3% --a média histórica é de 38,9%.

Os dados são de um estudo feito pelo professor sênior da FEA/USP e coordenador do Projeto Salariômetro, da Fipe, Hélio Zylberstajn. Ele utilizou dados de todas as pesquisas Pnad Contínua, do IBGE, para chegar aos parâmetros.

Somando-se a esse contingente os brasileiros desempregados (aqueles em busca de trabalho, segundo o critério do IBGE), a quantidade de pessoas sem ocupação chegou a 53,2%, um recorde.

Entre eles está Claudenice Sousa, 48. Desempregada desde o início da pandemia, quando a escola em que fazia faxina fechou as portas, ela não conseguiu se cadastrar para receber a caixa de alimentos distribuída a 1.000 famílias pela associação de moradores da Brasilândia, zona norte de São Paulo.

"Estou só fazendo bicos, mas é pouco. Recebo R$ 50 por cada dia de limpeza", diz. Seu filho, que trabalhava em um lava-jato, também foi demitido. Nos últimos meses, sobrevivem graças a auxílios como esse.

Apesar da perspectiva de retorno às aulas no ano que vem, a empresa de limpeza terceirizada para a qual Claudenice trabalhava não deu sinais de voltar a contratar, e com o aumento do número de casos de Covid-19 na cidade, ela prevê um 2021 incerto.

A história se repete entre as pessoas que se aglomeraram na manhã de segunda (21) em frente a um galpão da Brasilândia, esperando receber arroz, feijão, óleo, macarrão e um frango --adicional de Natal à entrega das cestas.

"A pandemia acabou com geral", diz o pedreiro Ivan Lopes, 53, que também viu os serviços pararem nos últimos meses e tem vivido de pequenos bicos. Com cinco filhos pequenos em casa, os alimentos da cesta duram uma semana. "Estou esperando essa vacina para ver se clareia, porque estamos meio no escuro."

Também desempregada, Valdirene Souza dos Santos, 47, segurou as pontas nos últimos meses com o auxílio emergencial, e agora se preocupa em conseguir um emprego. "Já estou correndo atrás, não dá para ficar esperando." Segundo ela, a cesta básica dura um mês em sua casa, onde vive com três netas e quatro filhas. Apenas uma está trabalhando.

Segundo Zylberstajn, da USP, quando a pandemia chegou ao Brasil, entre março e abril, o mercado de trabalho sofreu um enorme baque, sobretudo os trabalhadores informais que, dadas as medidas restritivas de circulação, ficaram impedidos de desempenhar suas atividades.

"Imagina um vendedor nos cruzamentos em semáforo, ou quem vende bolo, sanduíche, na porta do metrô? As ruas ficaram desertas. O transporte público ficou às moscas. O pessoal não tinha o que fazer, ficou sem ocupação."

Com o passar do tempo, os formais foram também atingidos, mas com intensidade menor. Isso porque uma medida provisória permitiu que empresas suspendessem contratos ou reduzissem a jornada e o salário de funcionários, que receberam um complemento de renda do governo.

"Isso manteve essas pessoas fora dessa categoria não ocupadas. E não foi pouca gente. Essa quantidade de pessoas cujo emprego foi preservado deve beirar os 12 milhões", disse o professor.

A taxa de não ocupação, que considera os brasileiros fora da força de trabalho mais os desocupados, demonstra como o mercado do trabalho chegou ao fundo do poço.

Em dezembro de 2019, o indicador estava em 44,9%. Na época, os brasileiros desocupados eram 6,8% do total de pessoas em idade para trabalhar, enquanto os inativos --que estavam desempregados e não buscavam emprego-- somavam 38,1%. Os dois indicadores subiram a 8% e 44,9%, respectivamente, no trimestre encerrado em setembro.

De acordo com Rodolpho Tobler, economista do FGV-Ibre, os números do mercado de trabalho em 2020 mostram que a pandemia afetou diretamente os trabalhadores, que ficaram sem emprego e sem possibilidade de procurar uma nova vaga.

Porém, com a flexibilização das medidas restritivas nos últimos meses, uma melhora já pode ser observada. "Vemos as pessoas voltando a procurar emprego. A expectativa é que nos próximos meses tenha alguma melhora, com as pessoas conseguindo ocupação, voltando a trabalhar e buscar emprego", diz.

A edição mais recente da Pnad Covid (pesquisa criada pelo IBGE para calcular os efeitos da pandemia no mercado de trabalho), referente a novembro, mostrou de fato uma queda no número de pessoas em isolamento social rigoroso. Em novembro, o número alcançou o menor patamar da série histórica (23,5 milhões). Em outubro, eram 26,2 milhões nessa situação. Em julho, eram 49,2 milhões.

Por outro lado, aumentou a quantidade de brasileiros que dizem não adotar restrições para conter o avanço da Covid-19. Pela primeira vez, esse contingente ultrapassou a marca de 10 milhões de pessoas. Em julho, esse grupo era de 4,1 milhões de pessoas.

Tobler destaca que ainda existiam, em novembro, 13,6 milhões de brasileiros desempregados que não procuraram trabalho por conta da pandemia, mas que gostariam de estar trabalhando. Para o pesquisador, isso significa que, sem uma vacinação efetiva na população que acabe com a transmissão da Covid-19, é difícil imaginar uma recuperação rápida da economia.

"Não conseguimos imaginar recuperação em curto prazo. O ano de 2021 ainda é incerto, não sabemos sobre vacina, e sem cenário claro de que vai voltar ao que era antes não conseguimos medir os efeitos", apontou. Ele acredita que a retomada ao patamar pré-crise só venha ao longo de 2022, sem saber precisar se no começo ou fim do ano.

Segundo Zylberstajn, a tendência é que 2021 traga uma mudança maior no cenário do emprego no país, com um número maior de brasileiros entrando para as estatísticas dos desocupados. Isso porque a metodologia do IBGE só considera na taxa de desocupação aqueles que estão em busca de emprego.

Com o fim do auxílio emergencial e redução do distanciamento social, os números vão mudando, com mais brasileiros na rua em busca de ocupação ou efetivamente empregados.

"A gente vai ter uma mudança na força de trabalho, que são os ocupados e desocupados. Vai aumentar muito a quantidade de desocupados, que são uma parte dos não ocupados. Eles vão voltar ao mercado de trabalho, com a economia reafirmando, mas não vai ter ocupação para todo mundo", disse Zylberstajn.

Segundo ele, essas pessoas vão passar para uma outra realidade. Continuarão na mesma categoria dos não ocupados, mas em vez de fora da força de trabalho, vão estar na força de trabalho e procurando trabalho. "Justamente por isso é importante ter a noção geral dos não ocupados. A quantidade deles não vai mudar, só vai aumentar."

Outra previsão é a do crescimento no número de brasileiros ocupados. "É meio contraditório. Vai ter mais gente ocupada e mais gente desocupada porque as pessoas vão procurar ocupação e nem todas vão encontrar."

Veículo: Bocão News	
Data: 27/12/20	

Apesar de PIB, desemprego e dívida superam emergentes

27 de Dezembro de 2020 às 08:20 Por: Marcelo Casal Jr./Agência Brasil Por: Folhapress

COMPARTILHE:

O Brasil apresentou retração econômica menos forte do que pares emergentes durante a pandemia do novo coronavírus em 2020, principalmente por criar medidas como o auxílio emergencial para mais de 60 milhões de pessoas.

No entanto, o país aumentou de forma expressiva seu já elevado endividamento e deixou de tomar medidas permanentes como reformas para a revisão do Orçamento público enquanto vê problemas sociais como o desemprego avançarem.

Na comparação entre 14 países (sendo 7 emergentes e 7 desenvolvidos), o Brasil figura na quinta melhor posição quando o critério é previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) em 2020. Fica atrás apenas de China, Rússia, Estados Unidos e Japão.

Os dados são do FMI (Fundo Monetário Internacional) e foram compilados pela FGV (Fundação Getulio Vargas) a pedido da Folha.

A posição no ranking de 2020 foi alcançada após uma emissão significativa de dívida para bancar as medidas anticrise, o que gerou o segundo maior pacote de estímulos fiscais da América Latina (11,1% do PIB), de acordo com o Banco Mundial.

Rafael Muñoz Moreno, economista-sênior do Banco Mundial e colunista da Folha, afirma que as medidas brasileiras foram fortes e abrangentes.

"A resposta contracíclica do Brasil foi bem grande. Foi um pacotão com várias características, incorporando transferências sociais, auxílio a empresas e ajuda para manter empregos", disse.

Outro ponto considerado positivo foi a real execução das medidas. Cerca de 40 dias após a confirmação do primeiro caso, o auxílio emergencial começou a ser creditado nas contas da população.

"Não são todos os países que conseguiram implementar [as medidas anunciadas], e estamos falando de milhões de brasileiros recebendo dinheiro em suas contas", diz.

Ele considera fundamental para a velocidade da implementação a existência de uma rede prévia de proteção social formada ao longo dos governos anteriores.

"O Brasil já tinha sistemas para isso. O fato de já ter o Cadastro Único [de recebedores de programas sociais], o fato de já ter um Bolsa Família, tudo isso fez com que o Brasil tivesse uma resposta mais rápida", diz.

Por outro lado, as medidas custaram R$ 620 bilhões e farão a dívida bruta do Brasil saltar de 75% para 91% do PIB. Em valores brutos, o valor já passa de R$ 4,7 trilhões.

Nos últimos meses, o Tesouro Nacional tem enfrentado juros mais caros e prazos de vencimento mais curtos diante de fatores como a maior percepção de risco dos investidores no longo prazo.

O significativo aumento da dívida não será exclusividade do Brasil. Países como México, Chile, Colômbia e Peru verão aumentos de mais de 10 pontos percentuais de suas obrigações em relação ao PIB.

A grande diferença entre o Brasil e seus pares na região, afirma o relatório do Banco Mundial, é que o crescimento da dívida do país parte já de uma base muito alta, apenas com a Argentina tendo um nível parecido.

Por isso, Muñoz diz que o país deve entrar no segundo tempo do jogo e encarar mudanças estruturais para buscar o reequilíbrio das contas e crescer.

"Entramos em um momento em que temos que verbalizar as reformas, porque a urgência delas aumentou. Elas são mais necessárias que nunca", afirma.

Um dos principais objetivos é acelerar o crescimento para gerar postos de trabalho. A previsão dos dados do FMI colhidos pela FGV é que o desemprego no Brasil fique acima de 14% em 2021, o segundo maior entre todas as 15 economias analisadas (só não em situação pior que a África do Sul).

Pela metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desocupação já chegou a um recorde de 14,2% em novembro.

Marcel Balassiano, pesquisador da área de economia aplicada do FGV/IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), afirma que o país se comportou mal durante a pandemia.

Ele lembra de fatos como as trocas de ministros da Saúde em plena crise provocada pelo novo coronavírus e a escalada nas infecções, que acabaram obrigando os gastos orçamentários.

A própria espera pela vacinação enquanto países desenvolvidos já imunizam suas populações arrisca a necessidade de mais medidas extraordinárias e atrasa a retomada do país, diz.

Apesar disso, Balassiano afirma que, mesmo sem a pandemia, a situação do Brasil não seria tão animadora, já que nos últimos dez anos a atividade cresceu 0,2% ao ano em média. "O coronavírus não é a raiz dos nossos problemas, ele os reforçou", afirma.

Para ele, acelerar o crescimento é ainda mais necessário depois da Covid-19 porque o país entrou na pandemia sem ter se recuperado totalmente das crises de 2015 e 2016.

"Precisamos recuperar as perdas dessa década. Por isso as reformas são tão importantes", diz. "‹Entre as listadas pelos especialistas, estão as reformas administrativa, tributária e outras que estimulem a competitividade.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, defende que o governo melhore a eficiência de gastos, amplie a produtividade e aprimore políticas de capacitação profissional.

A Organização afirmou em relatório neste mês que um programa de reformas ambicioso para melhorar a regulamentação e a concorrência, reduzir as barreiras ao comércio exterior e reforçar as instituições e a governança econômica impulsionaria o crescimento do PIB per capita em 0,9 ponto percentual ao ano durante 15 anos.

Mais de 100 cidades baianas não devem conseguir fechar contas em 2020

Clique aqui para abrir a imagem

Cento e duas cidades baianas não vão ou não sabem se vão conseguir fechar as contas em 2020. O levantamento foi feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A principal justificativa é a crise financeira gerada pela pandemia da Covid-19.

A pesquisa foi entre os dias 16 de novembro e 11 de dezembro com 275 cidades baianas. Os mais de 100 municípios que enfrentam problemas financeiros correspondem a 37% das localidades entrevistadas.

O consultor da área de estudos técnicos da CNM, Eduardo Stranz, explica como os impactos da Covid-19 afetou nos orçamentos das prefeituras.

'Os gastos da pandemia são a principal justificativa. Foi um ano muito difícil, um ano em que a **arrecadação** dos municípios caiu muito e as despesas aumentaram, em virtude dessa situação da pandemia. Em um último ano de encerramento de mandato, tanto a **lei de responsabilidade fiscal**, quanto a lei eleitoral, traz uma série de critérios e amarras para o encerramento para o próximo gestor', disse.

Eduardo detalha ainda a pesquisa e fala sobre as complicações geradas pelas dívidas deixadas de uma gestão para a outra.

'Não pode deixar nenhuma conta descoberta, não pode deixar restos a pagar sem recursos em caixa. Então, na pesquisa que realizamos, cerca de 40% dos gestores baianos disseram que, ou vão deixar alguma coisa descoberta, ou estão esperando algum recurso que entre até o final do ano para deixar contas equilibradas. É um processo complicado, vai acarretar problemas jurídicos tanto para o gestor quanto algumas penalidades para o município também', avaliou.

Sobre os procedimentos após contas rejeitadas, o consultor do CNM explica que os prefeitos podem sofrer processos.

'O prefeito é o ordenador de despesa, então as contas serão julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e será verificado que ficou descoberto, então possivelmente essas contas serão rejeitadas. Sendo rejeitadas, o tribunal emite um parecer que vai e depois volta à Câmara de Vereadores do município, que faz o julgamento dessas contas. Se for considerada realmente como desequilibradas, os gestores vão sofrer um processo por improbidade administrativa'.

Além do processo, há penalidade também de perda de direitos políticos e, em casos de desvios de verba comprovados, os prefeitos terão que devolver os recursos ao município.

'Podem ter oito anos de seus direitos políticos cassados e tendo as implicações econômicas, caso haja algum dolo, caso seja verificado algum tipo de desvio, ele vai ter que devolver os recursos ao erário público e é um processo bem drástico, a punição quando acontece isso. E com relação ao município, existe tipo um SPC da **gestão pública**, e aí o município fica apontado nele e fica impedido de receber transferências voluntárias tanto do estado, quando da União', explicou.

Fonte: G1

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Gestão Pública | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação,Lei de Responsabilidade Fiscal

PAINEL S.A.

Filipe Oliveira (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Trilhos

A construtora espanhola Acciona espera assegurar acordos para levantar R$ 8 bilhões em financiamento para as obras da linha 6-laranja do metrô de SP até o final de janeiro. A companhia vem realizando reuniões virtuais com bancos nacionais e estrangeiros, incluindo o BNDES. Segundo André de Angelo, presidente da empresa no Brasil, o momento é de otimismo em relação à retomada da economia do país e há espaço para buscar novas parcerias com o setor público.

CALENDÁRIO Angelo afirma que o cronograma do projeto, que ligará a Brasilândia à estação São Joaquim, terá ações simultâneas nas 15 estações. Em outubro, quando as obras foram retomadas, a equipe era de 250 profissionais. Em março de 2021, serão 3.000, e, em março de 2024, 9.000. A entrega é prometida para o ano seguinte.

CATRACA O projeto, que ficou paralisado quando o governo de SP rompeu contrato com o consórcio Move São Paulo em 2018, é o maior da história da Acciona e abre caminho para a participação em novas concessões, diz o executivo. "A infraestrutura será a protagonista no processo da recuperação econômica do Brasil no cenário pós Covid-19."

BILHETE Para Angelo, projetos no Congresso podem destravar investimentos no país, entre eles a BR do Mar e a Lei do Gás. Segundo ele, o novo Marco do Saneamento, que aguarda votação de vetos da Presidência, abre oportunidades de negócios para a empresa, em áreas como implantação de redes, tratamento de água e dessalinização.

SOSSEGO A startup de educação Descomplica, que em 2020 lançou cursos de graduação e pós-graduação online, prevê a oferta de espaços físicos para receber alunos. Marco Fisbhen, fundador da empresa, diz que a ideia é atender estudantes que vão querer local silencioso, com boa internet e convivência com colegas quando a pandemia arrefecer.

APETITE A empresa matriculou em 2020 cerca de mil alunos em cursos de graduação e 30 mil em pós-graduação, segmento em que a meta é dobrar o volume em 2021. Fisbhen afirma que a startup tem caixa para investir, mas está aberta a discutir possíveis injeções de capital com fundos.

TIJOLO Em ano de fortes vendas para o mercado de reformas e construção, a rede de franquias de origem franco-suíça Disensa, do setor, ampliou em 30% o número de unidades e chegou a 160 em cinco estados. O faturamento médio das lojas subiu 63% em 2020, segundo a companhia.

COR DA PELE A quantidade de negros recrutados em programas de trainees e estágios cresceu 118% e passou a representar 39% do total em 2020, segundo levantamento da Cia de Talentos em seleções realizadas para 69 empresas. Em 2019, 21% dos escolhidos eram do grupo.

CRACHÁ A maior parte das vagas (54%) foi preenchida por mulheres. Neste ano, foram escolhidos nove profissionais transexuais e 16 que se identificam como não-binários. Por outro lado, a contratação de pessoas com deficiência ficou abaixo do esperado, com 54 seleções dentre 7.200 recrutados em 2020, segundo Sofia Esteves, presidente do conselho da Cia de Talentos.

FUTURO Para a executiva, avanços em diversidade refletem fatores como a busca das empresas por comunicação mais inclusiva, que mostra aos diferentes grupos que a participação deles é esperada, e a capacitação dos gestores para eliminar viéses inconscientes que prejudicavam a diversidade.

CANETA O movimento de empresas e instituições Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial recebeu quatro novos signatários que se somam aos 73 membros. Aderiram ao projeto a farmacêutica Abbvie, a consultoria Ernest & Young, a agência WMcCann e a Saint-Gobain, especializada em construção civil.

ACESSO As companhias que participam do movimento adotam compromissos como a promoção de oportunidades iguais e elaboração de ações educativas sobre o assunto.

BAGAGEM A prioridade para a maioria dos viajantes (77%) na hora de escolher onde se hospedar no ano que vem será a segurança com a higiene, segundo levantamento global da Accor, dona dos hotéis Ibis e Mercure, com 10 mil participantes.

INCENTIVO A Vale comprou cota de R$ 200 mil para se tornar a maior mantenedora da ABSTartups, associação que representa as novas empresas de tecnologia e recebe patrocínio de outras 31 companhias.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Dezembro, em % ao mês

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência dezembro*

Autônomo, empregador e facultativo			
Valor mín.	R$ 1.045	20%	R$ 209
Valor máx.	R$ 6.101,06	20%	R$ 1.220,21
MEI (Microempreendedor)			
Valor mín.	R$ R$ 1.045	5%	R$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.045	7,5%
De R$ 1.045,01 a R$ 2.089,60	9%
De R$ 2.089,61 a R$ 3.134,40	12%
De R$ 3.134,41 a R$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de dezembro vence em 20/01 para empresas; para pessoas físicas, vence em 15/01.

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R$	Máximo em R$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

* O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7/01. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário

BC entrega números inéditos puxados por medidas artificiais criadas na pandemia

Sob o custo de baixa atividade e de provável efeito rebote, autoridade monetária alcança em 2020 os resultados que sempre perseguiu

Larissa Garcia

BRASÍLIA No ano em que a pandemia devastou economias e mudou a dinâmica de consumo pelo mundo, o Banco Central brasileiro entregou o que sempre perseguiu: inflação na meta, taxa de juros no menor patamar da história, mercado de crédito em crescimento e inadimplência no menor nível.

Seria o cenário perfeito, não fossem os efeitos disso daqui para a frente. Parte dos números extraordinários da autoridade monetária foi fruto da baixa atividade econômica e de medidas emergenciais de combate à pandemia.

"O governo intuiu que uma taxa de juros baixa iria estimular investimentos dos empresários em suas próprias empresas na medida em que eles não teriam opções melhores para empregar seu capital. Além disso, o grande temor no começo deste ano era com a deflação", afirma o economista Paulo Feldmann, professor da USP.

Ao começar 2021 sem o decreto de calamidade que permitiu que o governo gastasse além do teto, o BC terá de lidar com provável efeito rebote na economia.

Na mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), o BC decidiu manter os juros (Selic) a 2% ao ano, no menor nível da história.

Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerado o índice oficial, encerrou novembro em 4,31% em 12 meses deve fechar o ano perto disso, dentro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4%, mas com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

Os números foram alcançados sob o custo de uma atividade econômica extremamente deprimida pela pandemia. Antes da crise, em fevereiro, o BC havia indicado que a taxa ficaria em 4,25% ao ano nas reuniões seguintes, depois de cinco reduções seguidas.

Com a deterioração do cenário econômico e com a necessidade de estímulo monetário (juros mais baixos para incentivar o consumo), foi retomado o ciclo de queda da Selic.

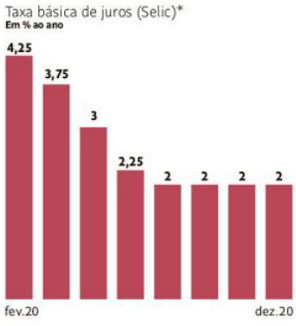
A crise também teve efeito deflacionário, especialmente nos meses mais agudos — em abril e maio, o IPCA foi negativo. A necessidade de distanciamento social fez as pessoas consumir menos, o que derrubou o índice. Isso também permitiu o corte de juros.

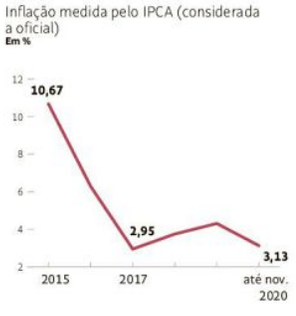
Nos últimos meses, no entanto, a inflação voltou a subir, pressionada por alimentos e combustíveis. Segundo o BC, o auxílio emergencial, aliado ao aumento do consumo de comida dentro de casa, gerou parte dessa pressão.

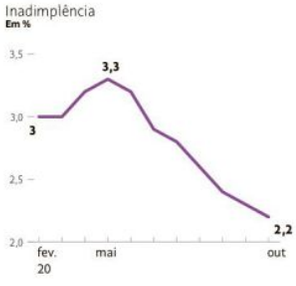
Na avaliação da autarquia, o choque é temporário e deve desacelerar no próximo ano.

"O que vemos hoje no Brasil são dados de países ricos, da zona do euro, mas em um país empobrecido. É preciso pensar em soluções para aumentar a taxa de crescimento da atividade. A discussão de juros reais negativos, por exemplo, já vemos há muito tempo em economias desenvolvidas", afirma Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Investimentos.

BC entrega números inéditos puxados por medidas artificiais







*A taxa é definida a cada 45 dias, por isso não há Copom em todos os meses do ano
Fontes: Banco Central e IBGE

Ele concorda que a inflação dos últimos meses é temporária. "A inflação estrutural no Brasil está mais baixa. A partir do início do ano não teremos aceleração de alimentos, com o fim do auxílio, e teremos menor pressão do câmbio", diz.

Para ele, o cenário traçado para 2021 não será tão ruim. "Temos um ambiente externo favorável às economias emergentes e é possível que tenhamos fluxo de investimentos."

Feldmann, da USP, discorda de que os preços vão desacelerar. "O maior problema do país hoje é a inflação. Alguns índices, como os da FGV, em que alimentos têm maior peso, tiveram alta perto de 20%. É isso que pesa no bolso", opina.

O mercado vem aumentando as estimativas tanto para a inflação quanto para a Selic de 2021, que agora estão em 3,37% e 3% ao ano, respectivamente, segundo o boletim Focus do BC. Há um mês, as previsões eram de 3,22% (inflação) e 2,75% ao ano (Selic).

A autoridade monetária anunciou, na reunião do Copom do dia 9, que deve abandonar em breve o compromisso de não subir juros, instrumento adicional de política monetária chamado "forward guidance" —prescrição futura.

Além disso, embora o câmbio tenha dado trégua no último mês, a previsão do mercado é que o dólar ainda fique acima dos R$ 5 em 2021. Segundo a mais recente previsão da autoridade monetária, a atividade econômica deve crescer 3,8%, mas ainda não voltará aos níveis anteriores à crise.

Na avaliação de José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre e ex-diretor do BC, o repique de contaminações pode atrasar a recuperação da economia. "Essa é a principal geração de incertezas hoje, é paralisante. Com isso, o mercado de trabalho é muito afetado."

O economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, não descarta recessão no primeiro trimestre do próximo ano.

"A percepção é que a virada do ano vai ser ruim por causa do fim dos estímulos. Podemos ter contração no primeiro trimestre, depende do cenário de pandemia, que inclui vacinação. O viés de atividade é para baixo", diz.

O BC projeta que o mercado de crédito fechará 2020 com crescimento acima de 15%, puxado pelas linhas emergenciais do governo para micro e pequenas empresas, como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), e estima crescimento de 7,8% para o próximo ano.

"Com baixa atividade, é difícil ver o mercado de crédito se expandindo", afirma Senna.

O auxílio emergencial e o adiamento das parcelas de empréstimos contraídos antes da pandemia, concedido pelos maiores bancos, evitaram os calotes, e a inadimplência chegou ao seu menor nível, com 2,4% em novembro.

O BC, porém, estima que esse índice possa chegar a 4% no próximo trimestre. O pico, em maio de 2017, foi de 4,04%. Com o fim do auxílio e o retorno das parcelas, além da desaceleração no mercado de trabalho, os consumidores podem ter dificuldades para honrar seus compromissos.

A autoridade monetária também terá que traçar planos para lidar com o rombo nas contas públicas e com a dívida, que cresceu muito em decorrência dos gastos com a pandemia. Embora a autarquia não seja responsável pela política fiscal do país, o desequilíbrio traz danos econômicos e afeta a política monetária.

Para Senna, o maior desafio será o quadro fiscal.

"Considero importante a manutenção do teto de gastos, mas isso não é tudo. O problema é que essa é a única âncora fiscal. Qualquer passo em falso é fatal, como sinais concretos de que as reformas não serão feitas."

O Quinze

Fadiga com o partido do governo foi exacerbada pela atitude do então presidente da Câmara, cujas pautas-bomba levaram a piora da nota da dívida pública e a forte queda do investimento

Ilustração Luciano Veronezi

OPINIÃO

Joaquim Levy
Diretor de estratégia econômica e relações com mercados no Banco Safra. Foi ministro da Fazenda em 2015

O ano de 2015 foi de seca brava. No Nordeste, onde a seca 2012-17 foi talvez a mais longa da história, não se viram moradores comendo calangos como nos anos 1980 graças à infraestrutura de transferências de renda desenvolvida nos anos 2000. O Sudeste viveu a falta de água na capital paulista.

Naquele ano, o Brasil também enfrentou um ambiente externo hostil, com piora dos termos de troca das exportações, inclusive do petróleo, e súbita apreciação do dólar, apertando as condições financeiras da economia. Nesse ambiente adverso, foi preciso enfrentar ainda as consequências de meia década de excesso de despesas públicas, inclusive pelo inchamento dos bancos estatais.

Às condições físicas e macroeconômicas desafiadoras juntou-se o impacto do uso político da Petrobras nos anos anteriores, que se traduziu na extrema cautela dos seus auditores externos. Quando cheguei ao ministério, a questão que mais ouvia era se a Petrobras, não tendo seu balanço publicado, teria o vencimento de sua dívida acelerado, forçando a Fazenda a honrar o pagamento de centenas de bilhões de reais.

Com muito esforço, um novo conselho de administração trouxe credibilidade à empresa, reforçada com a chegada de novo diretor financeiro. Tenho muita gratidão pelos especialistas que arriscaram sua reputação para salvar a maior empresa brasileira e, com isso, a solvência do Tesouro, ainda persistindo nessa faina nos anos seguintes.

A necessidade de reorientar a economia brasileira depois dos anos de largueza culminados em 2014 surpreendeu grande parte da população. Para ela, outro Brasil, maravilhoso, havia sido apresentado na campanha eleitoral. A realidade nessas circunstâncias é mais amarga.

Apesar disso, a área econômica conseguiu apoio no Congresso para reverter parcialmente as desonerações da folha de pagamento —mecanismo custoso e ineficiente para tentar preservar empregos— e reformar o seguro-desemprego, as pensões do INSS e mesmo o abono salarial, que passou a ser proporcional aos meses em que o beneficiário trabalhou ao longo do ano.

Nosso trabalho deu-se em múltiplas frentes. Trouxemos realismo às tarifas do setor elétrico, e com o Ministério de Minas e Energia obtivemos perto de R$ 20 bilhões em concessões de usinas.

Na Fazenda, limpamos e reformamos o Carf, conselho onde os contribuintes defendem suas ações, enquanto um grupo de notáveis juristas desenhava um arcabouço do que viria a ser o PPI, o qual, nos três anos seguintes, deu grande impulso à infraestrutura.

E pela parceria com a ministra do Meio Ambiente pudemos participar na elaboração de metas e contribuições ambiciosas para o Acordo de Paris.

Mas não fizemos tudo que era preciso, especialmente do lado da oferta, por causa da deterioração do ambiente político. A fadiga com o partido do governo e seus equívocos foi exacerbada pela atitude do então presidente da Câmara de Deputados, cuja sequência de pautas-bomba levou à piora da nota da dívida pública e a forte queda do investimento, com prolongado impacto no emprego.

Conseguimos, contudo, mudanças tributárias de caráter progressivo, e lançaram-se as bases para a reforma previdenciária.

Além da tributação diferenciada dos ganhos de capital em grandes transações, foi votada uma lei exemplar de regularização do patrimônio no exterior. Com alíquota de 30%, ela valeu como um imposto sobre grandes fortunas, onde essas estavam... Essa lei trouxe enorme receita e alívio aos governos estaduais em 2016 e liberou recursos que um dia voltarão ao Brasil.

Restaurou-se ainda o equilíbrio nos bancos públicos, cujo capital estava desfalcado em mais de R$ 50 bilhões em atrasos do governo no pagamento de subsídios ao crédito, notadamente no PSI, de sombria memória. Os juros desse programa, assim como a TJLP, foram logo ajustados, e o programa, encerrado no quarto trimestre.

Em suma, nessa marcha conseguimos sair de uma situação insustentável, para outra, ainda não confortável, mas com oportunidades a serem construídas.

Meu sentimento é que o Brasil é um país de gradualismo —às vezes excessivo, como até o fim da escravidão. Mas onde, especialmente no período democrático, os avanços cumulativos são respeitados, enquanto os equívocos são corrigidos.

Olhando para a frente, será importante acelerar o processo de transformação para competirmos no mundo, mas sem fragilizar as linhas de continuidade que dão segurança ao progresso.

Artigo é o segundo de série com ex-ministros da Fazenda da década

SÃO PAULO A Folha publica nesta segunda-feira (28) o segundo artigo dos ex-ministros que comandaram a pasta da Fazenda na década 2011-2020.

A série teve início neste domingo (27), com artigo de Guido Mantega, que ocupou a pasta de 2006 a 2014. Agora é Joaquim Levy quem escreve.

Joaquim Vieira Ferreira Levy assumiu o Ministério da Fazenda em janeiro de 2015, no início do segundo governo Dilma Rousseff (PT).

Nascido no Rio de Janeiro em 1961, doutor em economia pela Universidade de Chicago e graduado em engenharia naval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Levy ocupou cargos no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em janeiro de 2003, se tornou secretário do Tesouro Nacional na gestão Antonio Palocci. Deixou o cargo quando Guido Mantega assumiu o ministério.

Sua gestão como ministro foi marcada por desentendimentos com a presidente, com lideranças no Congresso e com o então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Apresentou um ambicioso pacote de ajuste fiscal e reformas econômicas. Conseguiu aprovar duas medidas provisórias que alteraram regras de benefícios previdenciários e do seguro-desemprego.

Em sua despedida, após ficar menos de 12 meses no cargo, afirmou que boa parte da queda do PIB naquele ano decorria de processos políticos (início do processo de impeachment) que tiveram importante impacto na economia, criando incerteza que levaram à retração da atividade.

Também afirmou que seria injustiça achar que o país enfrentava uma recessão pelo fato de o governo ter implementado, em alguma medida, um programa de ajuste fiscal.

Nos próximos dias serão publicados artigos dos ministros da Fazenda que se seguiram a Levy: Nelson Barbosa (2015-2016), Henrique Meirelles (2016-2018) e Eduardo Guardia (2018).

Em 2019, a Fazenda seria incorporada ao Ministério da Economia.

SOLICITAÇÃO DE CONTATO

O Serviço Social do Comércio - Sesc, CNPJ: 03.667.884/0040-37, solicita que eventuais representantes e/ou sucessores de **Octávio da Silva**, em artes **"Talismã"**, entrem em contato no prazo de 30 (trinta) dias com o **Centro de Produção Audiovisual - CPA**, por meio do e-mail: **selosesc@sescsp.org.br**, para tratar de assunto relacionado aos direitos autorais do compositor. Na impossibilidade de contato, o Serviço Social do Comércio - Sesc comunica que procederá a inclusão das obras musicais **"Negros maravilhosos - Mutuo Mundo Kitoko"**, **"Há um nome gravado na história: 13 de Maio"**, **"A espera"** e **"A hora da Ave Maria"** de autoria do compositor no álbum provisoriamente intitulado **Talismã - Negro Maravilhosol**, respeitando os "Direitos Reservados" do autor, uma vez que, apesar de realizar diversas diligências (como contatos com editoras, pesquisas em livros e internet, entre outros), não conseguiu localizar o contato de eventuais representantes e/ou sucessores do compositor Talismã, já falecido.

Confederação Brasileira de Ginástica

CIRCULAR PRESIDENTES
CP N° 011/2020 - DATA: 23/12/2020
ASSUNTO: Assembleia Geral Eletiva – Conselho Fiscal - 2021 Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ELETIVA – PRESIDÊNCIA CBG 2021

A Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica - CBG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias (arts. 21 e 24 do Estatuto da Entidade), vem, por meio deste:

I - CONVOCAR as Federações Filiadas, os membros da Comissão de Atletas e os representantes das entidades de prática desportiva, que estão em pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Eletiva aos cargos da Presidência (Presidente e Vice- Presidente), a ser realizada no dia **30 de janeiro de 2021**, inicialmente às 19h, em primeira convocação, e às 19h30min em segunda convocação, no **Quality Hotel Aracaju**, Salão de Convenções Criatividade, situado à Avenida Deputado Gouveia, Nº 100 – Bairro Coroa do Meio, Aracaju/SE, com a seguinte ordem do dia:

1. Eleição para Presidente e Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Ginástica para o Quadriênio 2021/2024.
2. Posse dos eleitos.

II – INFORMAR os componentes da Assembleia com direito a voto:

FEDERAÇÕES FILIADAS (peso 06):

1. FEDERAÇÃO ALAGOANA DE GINÁSTICA
2. FEDERAÇÃO AMAZONENSE DE GINÁSTICA
3. FEDERAÇÃO BAHIANA DE GINÁSTICA
4. FEDERAÇÃO BRASILIENSE DE GINÁSTICA
5. FEDERAÇÃO CEARENSE DAS GINÁSTICAS
6. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE SANTA CATARINA
7. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO PIAUÍ
8. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
9. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DO MATO GROSSO DO SUL
10. FEDERAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO DE GINÁSTICA
11. FEDERAÇÃO GOIANA DE GINÁSTICA
12. FEDERAÇÃO MARANHENSE DE GINÁSTICA
13. FEDERAÇÃO MINEIRA DE GINÁSTICA
14. FEDERAÇÃO NORTE-RIO-GRANDENSE DE GINÁSTICA
15. FEDERAÇÃO PARAENSE DE GINÁSTICA
16. FEDERAÇÃO PARAIBANA DE GINÁSTICA
17. FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA
18. FEDERAÇÃO PAULISTA DE GINÁSTICA
19. FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE GINÁSTICA
20. FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA, RÍTMICA, TRAMPOLIM, AERÓBICA E ACROBÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL
21. FEDERAÇÃO RONDONIENSE DE GINÁSTICA
22. FEDERAÇÃO RORAIMENSE DE GINÁSTICA
23. FEDERAÇÃO SERGIPANA DE GINÁSTICA
24. FEDERAÇÃO TOCANTINENSE DE GINÁSTICA

COMISSÃO DE ATLETAS (peso 06):

1. NATÁLIA AZEVEDO GAUDIO
2. CARLOS RAMIREZ DE AZEVEDO SILVA PALA
3. AVORESSIA NOGUEIRA TOLENTINO
4. ARTHUR NABARRETE ZANETTI
5. BEATRIZ PALMA APROBATO
6. DANIELE MATIAS HYPÓLITO
7. FRANCISCO CARLOS BARRETTO JÚNIOR
8. JULIANA PIZANI
9. MARCELO GUIMARÃES ARCUCHE MARTINS
10. LUCAS SANTIAGO DE MELO BARBOSA
11. LORRANE DOS SANTOS OLIVEIRA
12. BÁRBARA DE KÁSSIA GODOY DOMINGOS
13. RAYAN VICTOR DE CASTRO DUTRA

ENTIDADES DE PRÁTICA DESPORTIVA (peso 01):

1. ESPORTE CLUBE PINHEIROS (ECPSP)
2. CENTRO DE EXCELÊNCIA DE GINÁSTICA (CEGINPR)
3. ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA RÍTMICA (CLUBE AGIRUPR)
4. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM MG
5. MINAS TÊNIS CLUBE (MTCMG)
6. GRÊMIO NÁUTICO UNIÃO (GNURS)
7. ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL SANTA MARIA (SERCSP)
8. INSTITUTO DE TRAMPOLIM MG

III – INFORMAR as chapas inscritas até a data limite ao pleito eleitoral:

1. **CHAPA 1 - MAIS CONQUISTAS** (Presidente: Maria Luciane Cacho Resende; Vice- Presidente: Maria de Fátima da Cunha Farias Albuquerque).
2. **CHAPA 2 – VALORES AGREGADOS** (Presidente: Bruno Chateaubriand Diniz Weissmann; Vice-Presidente: Alessandra Balbi da Silva).

IV – INFORMAR a composição da Comissão Eleitoral que atuará na conformidade do Regulamento Eleitoral, aprovado em Assembleia Extraordinária, atendendo pelo contato através de correio eletrônico comissaoeleitoral@cbginastica.com.br

1. Fernando Silva Júnior (Comitê de Ética e Integridade CBG);
2. Natália Azevedo Gaudio (Comissão de Atletas CBG);
3. Katya Mourthé (Entidades Filiadas).

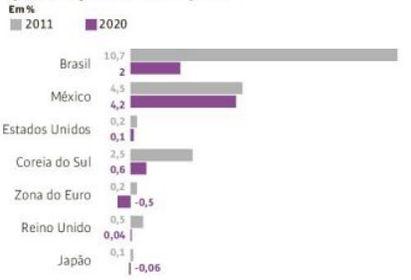
Aracaju, 23 de dezembro de 2020.
Saudações Ginásticas,
Maria Luciane Cacho Resende Presidente

mercado

A década dos juros baixos

Taxa básica de juros termina a década na mínima histórica

Queda dos juros em outros países



*A partir de 2021, os dados são projeções dos economistas consultados na pesquisa Focus
Fontes: Banco Central, Ipea, IBGE, OCDE e Federal Reserve

Brasil pode seguir país desenvolvido e ter nova década de juros baixos

Mercado espera que taxa Selic volte a subir em 2021 ou no ano seguinte e chegue a 6% em 2023

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Brasil registrou queda inédita na taxa básica de juros ao longo da década de 2011 a 2020, com uma taxa Selic que passou de 10,75% para 2% ao ano neste período. Apesar da expectativa de que ela volte a subir, passada a pandemia, o país pode fechar a próxima década com uma taxa média inferior à verificada nos dez anos que se encerram daqui a poucos dias.

O Banco Central calcula que a taxa de juro real de equilíbrio no país, aquela que permitiria um crescimento não inflacionário, seja de 3% ao ano. Considerando a meta de inflação dos próximos três anos, isso equivale a uma taxa básica em torno de 6,5% ao ano.

Na década 2001-2010, a taxa média praticada pelo BC foi de 15,6% ao ano. No período 2011-2020, recuou para 9,3% ao ano, patamar ainda elevado para os padrões internacionais e influenciado pelas taxas acima de 10% em boa parte do período 2011-2016.

Em relação aos juros bancários, a taxa média passou de 42% no final de 2000 para 35% em 2010 e 27% em 2020.

A queda dos juros nos últimos anos não foi um fenômeno apenas brasileiro. Pelo contrário, foi uma tendência mundial que demorou a se materializar por aqui.

Países emergentes já praticavam taxas abaixo de 5% em 2011. Na época, economias desenvolvidas já tinham juro próximo de zero, no contexto de incertezas trazidas pelas crises de 2008 nos EUA e da Europa no começo da década.

No mundo desenvolvido, a expectativa é que os juros continuem abaixo da inflação (juro real negativo) pelos próximos anos, uma vez que as taxas baixas não têm sido suficientes para estimular essas economias e trazer riscos inflacionários.

A redução dos juros no mundo desenvolvido é um fenômeno verificado desde a década de 1980 e é alvo de estudo de economistas como Larry Summers, ex-secretário de Tesouro dos Estados Unidos, que falava na "estagnação secular", e Ben Bernanke, ex-presidente do banco central dos EUA, o Federal Reserve.

O trabalho sobre o tema desenvolvido pelo ex-diretor do BC brasileiro Carlos Viana de Carvalho e pela diretora do BC Fernanda Nechio também é citado como referência.

Em resumo, esses estudos tratam de uma queda estrutural da taxa de juros ligada a uma situação de excesso de poupança em relação às necessidades de investimentos.

O envelhecimento da população, por exemplo, faz com que as pessoas poupem mais para sustentar seus gastos por um período mais longo, principalmente após a aposentadoria.

A piora na distribuição de renda nos países desenvolvidos também acaba por concentrar recursos nas camadas de renda mais alta, que tendem a consumir menos e poupar mais, proporcionalmente, em relação aos mais pobres.

Além disso, a evolução tecnológica e o direcionamento de parcela cada vez maior da renda para serviços fazem com que os investimentos sejam menos intensivos em capital.

"Temos razões para acreditar que, ao longo dos próximos anos, vá se manter essa situação de juros estruturalmente baixos. Há um horizonte de três, quatro ou cinco anos em que não há expectativa de alta nos EUA", afirma o diretor do Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall.

"No caso da Europa, que não conseguiu sair daquele juro negativo de antes da crise e onde a inflação está flertando com zero, menos ainda."

Ele lembra que o Federal Reserve, o banco central dos EUA, já indicou que não deve subir os juros antes de 2023, período em que a taxa ficaria próxima de zero. E que alguns economistas avaliam que essa situação possa perdurar até a metade da década.

No Brasil, a estimativa de mercado é que a Selic volte a subir no próximo ano ou em 2022 e chegue a 6% em 2023. "Se a gente for na linha de mais consolidação fiscal e reformas estruturais, esse juro [no Brasil] pode ser mais baixo", afirma Kawall.

André Loes, sócio e economista da Kairós Capital e ex-presidente do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), afirma que com a inflação perto da meta o país pode ter uma Selic entre 5% e 7% ao ano, baixa para padrões brasileiros.

Loes cita quatro fatores que foram determinantes para a queda dos juros no Brasil, mesmo antes da pandemia, além do ambiente externo favorável.

Segundo ele, houve um amadurecimento do regime de metas de inflação após mais de 20 anos, que ajudou a colocar as expectativas próximas às metas. Ele cita ainda a forte recessão de 2015 e 2016, que fez com que os preços de serviços finalmente cedessem, e um ajuste fiscal gradual a partir daquele ano.

"No nosso caso, o grande risco em relação à dificuldade de manter os juros em níveis mais baixos que os do passado tem a ver com o fiscal, se a gente tiver uma ruptura de regime fiscal e uma sensação de que a trajetória de sustentabilidade de dívida pública está ameaçada", afirma Loes.

> "No nosso caso, o grande risco em relação à dificuldade de manter os juros em níveis mais baixos que os do passado tem a ver com o fiscal, se a gente tiver uma ruptura de regime fiscal e uma sensação de que a trajetória de sustentabilidade de dívida pública está ameaçada
>
> **André Loes**
> Economista da Kairós Capital e ex-presidente do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)

Sobre o forte movimento de migração de investimentos da poupança e fundos que acompanham variação da taxa básica nos últimos anos, ele avalia que ainda há espaço para essa realocação de recursos — para títulos privados ou renda variável—, mesmo com uma Selic em torno de 6% ao ano.

"A gente ainda não chegou nem na metade desse processo de realocação, em um Brasil com taxas de juros permanentemente mais baixa do que a gente se acostumou durante décadas", afirma Loes.

Paulo Gala, CEO e economista da Fator Administração de Recursos, afirma que os dois fatores que explicam a queda dos juros no Brasil para o nível atual são o desemprego elevado, que fez a inflação despencar, e o nível de reservas que ajudou a evitar uma desvalorização maior do real.

Gala avalia que a taxa básica deve subir para zerar o juro real, que atualmente está negativo, mas afirma ver um nível para a Selic inferior ao consenso de mercado.

Para ele, depois de o Brasil ter juros reais negativos durante a crise gerada pela pandemia, os próximos anos devem ser marcados por um período de juro real zero, considerando inflação na meta, nível ainda elevado de ociosidade da economia e uma política fiscal restritiva.

"Vamos dizer que a inflação convirja para 3,5%, e a Selic chegue a 3,5% daqui um ano e meio. Acima disso eu acho que é muito difícil. Não consigo enxergar o juro real positivo no Brasil dada essa situação calamitosa que a gente vive", afirma Gala.

Apesar de PIB, desemprego e dívida superam emergentes

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Brasil apresentou retração econômica menos forte do que pares emergentes durante a pandemia do novo coronavírus em 2020, principalmente por criar medidas como o auxílio emergencial para mais de 60 milhões de pessoas.

No entanto, o país aumentou de forma expressiva seu já elevado endividamento e deixou de tomar medidas permanentes como reformas para a revisão do Orçamento público enquanto vê problemas sociais como o desemprego avançarem.

Na comparação entre 14 países (sendo 7 emergentes e 7 desenvolvidos), o Brasil figura na quinta melhor posição quando o critério é previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) em 2020. Fica atrás apenas de China, Rússia, Estados Unidos e Japão.

Os dados são do FMI (Fundo Monetário Internacional) e foram compilados pela FGV (Fundação Getulio Vargas) a pedido da **Folha**.

A posição no ranking de 2020 foi alcançada após uma emissão significativa de dívida para bancar as medidas anticrise, o que gerou o segundo maior pacote de estímulos fiscais da América Latina (11,1% do PIB), de acordo com o Banco Mundial.

Rafael Muñoz Moreno, economista-sênior do Banco Mundial e colunista da **Folha**, afirma que as medidas brasileiras foram fortes e abrangentes.

"A resposta contracíclica do Brasil foi bem grande. Foi um pacotão com várias características, incorporando transferências sociais, auxílio a empresas e ajuda para manter empregos", disse.

Outro ponto considerado positivo foi a real execução das medidas. Cerca de 40 dias após a confirmação do primeiro caso, o auxílio emergencial começou a ser creditado nas contas da população.

"Não são todos os países que conseguiram implementar [as medidas anunciadas], e estamos falando de milhões de brasileiros recebendo dinheiro em suas contas", diz.

Ele considera fundamental para a velocidade da implementação a existência de uma rede prévia de proteção social formada ao longo dos governos anteriores.

"O Brasil já tinha sistemas para isso. O fato de já ter o Cadastro Único [de recebedores de programas sociais], o fato de já ter um Bolsa Família, tudo isso fez com que o Brasil tivesse uma resposta mais rápida", diz.

Por outro lado, as medidas custaram R$ 620 bilhões e farão a dívida bruta do Brasil saltar de 75% para 91% do PIB. Em valores brutos, o valor já passa de R$ 4,7 trilhões.

Nos últimos meses, o Tesouro Nacional tem enfrentado juros mais caros e prazos de vencimento mais curtos diante de fatores como a maior percepção de risco dos investidores no longo prazo.

O significativo aumento da dívida não será exclusividade do Brasil. Países como México, Chile, Colômbia e Peru verão aumentos de mais de 10 pontos percentuais de suas obrigações em relação ao PIB.

A grande diferença entre o Brasil e seus pares na região, afirma o relatório do Banco Mundial, é que o crescimento da dívida do país parte já de uma base muito alta, apenas com a Argentina tendo um nível parecido.

Por isso, Muñoz diz que o país deve entrar no segundo tempo do jogo e encarar mudanças estruturais para buscar o reequilíbrio das contas e crescer.

"Entramos em um momento em que temos que verbalizar as reformas, porque a urgência delas aumentou. Elas são mais necessárias que nunca", afirma.

Um dos principais objetivos é acelerar o crescimento para gerar postos de trabalho. A previsão dos dados do FMI colhidos pela FGV é que o desemprego no Brasil fique acima de 14% em 2021, o segundo maior entre todas as 15 economias analisadas (só não em situação pior que a África do Sul).

Pela metodologia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desocupação já chegou a um recorde de 14,2% em novembro.

Marcel Balassiano, pesquisador da área de economia aplicada do FGV/IBRE (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), afirma que o país se comportou mal durante a pandemia.

Ele lembra de fatos como as trocas de ministros da Saúde em plena crise provocada pelo novo coronavírus e a escalada nas infecções, que acabaram obrigando os gastos orçamentários.

A própria espera pela vacinação enquanto países desenvolvidos já imunizam suas populações arrisca a necessidade de mais medidas extraordinárias e atrasa a retomada do país, diz.

Apesar disso, Balassiano afirma que, mesmo sem a pandemia, a situação do Brasil não seria tão animadora, já que nos últimos dez anos a atividade cresceu 0,2% ao ano em média. "O coronavírus não é a raiz dos nossos problemas, ele os reforçou", afirma.

> "Entramos em um momento em que temos que verbalizar as reformas, porque a urgência delas aumentou. Elas são mais necessárias que nunca
>
> **Rafael Munhoz**
> Economista-sênior do Banco Mundial

Para ele, acelerar o crescimento é ainda mais necessário depois da Covid-19 porque o país entrou na pandemia sem ter se recuperado totalmente das crises de 2015 e 2016.

"Precisamos recuperar as perdas dessa década. Por isso as reformas são tão importantes", diz. Entre as listadas pelos especialistas, estão as reformas administrativa, tributária e outras que estimulem a competitividade.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, defende que o governo melhore a eficiência de gastos, amplie a produtividade e aprimore políticas de capacitação profissional.

A Organização afirmou em relatório neste mês que um programa de reformas ambicioso para melhorar a regulamentação e a concorrência, reduzir as barreiras ao comércio exterior e reforçar as instituições e a governança econômica impulsionaria o crescimento do PIB per capita em 0,9 ponto percentual ao ano durante 15 anos.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista remota à imprensa Edu Andrade - 18.dez.20/Divulgação/ME

Guedes cria narrativas para tentar construir apoio e aprovar medidas

Ministro afirma ter inventado selo de 'Congresso reformista' e repete argumentos para direcionar opiniões e suavizar críticas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Na tentativa de construir apoio para levar à aprovação de propostas —às vezes amargas— defendidas pela equipe econômica, o ministro Paulo Guedes (Economia) desenvolveu o hábito de criar narrativas, com discursos que são repetidos meses a fio, até que consiga atingir seu objetivo.

Além das já conhecidas metáforas usadas para ilustrar a economia do país, o ministro elabora argumentos e frases de efeito que visam direcionar opiniões, suavizar críticas a respeito de propostas ou agradar parlamentares.

Recentemente, por exemplo, Guedes confidenciou a auxiliares que não acreditava que o Congresso era reformista. Segundo relatos, logo no início do governo, ele teve a ideia de criar essa espécie de selo para qualificar os deputados e senadores, apesar de achar que o Parlamento não tinha nada de reformista.

Segundo interlocutores, Guedes conversou em 2019 com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e defendeu que os parlamentares avençassem com as pautas econômicas mesmo se não houvesse apoio explícito de Jair Bolsonaro (sem partido). Ele sugeriu que o deputado argumentasse que o Congresso é reformista e que apoiaria as medidas mesmo que o presidente não quisesse.

Maia usou algumas vezes a expressão, que também foi vocalizada sucessivamente até os dias atuais por Guedes.

Após insistente repetição, o ministro afirmou a um auxiliar que acredita que a ideia acabou colando.

Nos últimos meses, no entanto, a agenda de reformas travou no Congresso. Após forte expansão de gastos para mitigar os efeitos da pandemia, a equipe econômica tenta retomar a pauta de medidas estruturantes e de ajuste fiscal.

O saldo recente do Legislativo, porém, tem a aprovação apenas de medidas menos polêmicas, como marcos legais para atrair investimentos. Propostas consideradas mais importantes pelo governo, como o pacto federativo e as reformas tributária e administrativa, não avançaram.

Ainda assim, Guedes acredita na efetividade do método da repetição. A avaliação é que ele deve ser usado como forma de influenciar opiniões, seja dos parlamentares ou da sociedade.

Uma estratégia que considera bem-sucedida foi dizer que o socorro financeiro dado pelo governo federal aos estados neste ano não poderia ser "transformado em aumento permanente de salários". Guedes justificava que não seria justo "distribuir medalhas antes da guerra".

O ministro insistiu no argumento em apresentações, reuniões no Palácio do Planalto e conversas com parlamentares, até que conseguiu inserir na proposta uma cláusula para congelar a remuneração de servidores públicos até o fim de 2021.

Apesar do argumento relacionado à pandemia, travar os gastos do governo com salários de servidores já estava nos planos do ministro desde o início do governo. Segundo relatos, ele tentou implementar a ideia em outras situações, mas só encontrou a oportunidade concreta quando surgiu o projeto de auxílio a estados.

A batalha da narrativa ganhou outras frases que ainda não atingiram o objetivo e, portanto, seguem no processo de repetição.

Para convencer o Congresso a retirar amarras do Orçamento e desvincular benefícios, Guedes afirma que é preciso devolver o protagonismo à classe política.

"Vocês têm que assumir esse protagonismo, não têm que vir lá de baixo para pedir dinheiro para o ministro, vocês têm que controlar os orçamentos públicos", disse a parlamentares durante audiência no Senado em março de 2019.

O argumento é repetido pelo ministro ainda hoje, mas as propostas do governo que retirariam parcialmente as amarras do Orçamento seguem travadas no Congresso.

Em outro pilar da pauta econômica, Guedes tenta tornar mais palatável a ideia de criar um imposto sobre transações financeiras aos moldes da extinta CPMF.

Primeiro, ele cunhou a expressão "microimposto digital". Depois, apelidou de "digitax" o tributo que deseja criar para bancar uma ampla desoneração da folha de salários.

+ BOLSONARO DIZ QUE VETARÁ VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS

O presidente Jair Bolsonaro disse que vetará o projeto de lei que facilita a venda de terras para estrangeiros, aprovado no Senado. O texto será analisado pela Câmara. "Eu já me decidi caso o PL (projeto de lei) seja aprovado no Congresso. E você, qual a sua opinião?", escreveu o presidente em redes sociais na sexta-feira (25). Ele já havia abordado na noite de Natal. "Qual país você acha que vai começar a comprar terra aqui se esse projeto for aprovado na Câmara?", disse. "E se você revender para estrangeiros, ele nunca mais vai revender para ninguém", disse. "Se a Câmara aprovar tem o veto meu. Aí o Congresso vai derrubar ou não o veto." O presidente disse que estrangeiros teriam acesso a riquezas no subsolo. "Ele vai comprar terras e municípios que ele sabe de uma forma ou de outra o que tem no subsolo", afirmou. "Não podemos permitir que o Brasil seja comprado", completou.

Na tentativa de criar um ambiente favorável à medida, o ministro tem afirmado que não haverá aumento de imposto, e sim uma substituição de tributos existentes hoje. Ele orientou que Bolsonaro também use esse argumento. Originalmente, o presidente é contra a proposta.

Sobre a medida, Guedes afirma que o novo imposto é "menos pior" que os atuais encargos trabalhistas. Ele também repete desde o início do governo que os impostos sobre salários são uma "arma de destruição de empregos".

Na área social, uma das frases usadas pelo ministro ao longo do ano acabou adaptada porque o governo fracassou em criar um programa para substituir o Bolsa Família.

Durante a vigência do auxílio emergencial, Guedes passou a dizer que seria criado um novo programa social, batizado de Renda Brasil, que seria mais amplo, para viabilizar um "pouso suave" um "local de aterrissagem" do auxílio pago a informais.

"Podemos juntar 27 programas sociais, dar uma calibragem adicional para que seja um pouso suave, um local de aterrissagem do auxílio emergencial", declarou Guedes em setembro.

Após divergências entre Bolsonaro e a equipe econômica sobre a forma de financiamento do novo programa, o Renda Brasil acabou engavetado. A vigência do auxílio emergencial acaba neste mês e será retomado o Bolsa Família, que tem valor mais baixo e número menor de beneficiários.

Com o revés, o discurso de Guedes foi ajustado. Agora, ele diz que o pouso suave, na verdade, foi a redução da parcela do auxílio emergencial e a volta, em 2021, ao Bolsa Família e a outros programas assistenciais já existentes.

"Chega ao fim em 31 de dezembro o auxílio emergencial, fizemos uma aterrisagem gradual. Saímos de R$ 600 iniciais, renovados por mais três meses, depois descemos para R$ 300 e agora no final do ano, a economia voltando em 'V', os empregos sendo adaptados... E quero deixar um aviso: Embora a concessão [do auxílio] termine em 31 de dezembro, há ainda um mês e meio a dois meses de cobertura", disse em audiência no Congresso no dia 11 dezembro.

PAINEL S.A. | **Filipe Oliveira** (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Carlos Marinelli

Atenção à saúde entrou em outro patamar no cotidiano das pessoas

SÃO PAULO Alguns dos novos mercados para a área de saúde em 2020, como a realização de testes de Covid-19, devem encolher depois da vacina, mas o setor conquistou outros espaços na rotina das pessoas, segundo Carlos Marinelli, presidente do Fleury.

Ele prevê adaptações, para além da telemedicina, às mudanças no comportamento do consumidor após a pandemia.

*

A pandemia mexeu muito com o negócio de vocês. Como foi lidar com todas essas mudanças? Foi um evento que não estava na agenda de ninguém. Pensamos em como responder rápido. Vimos que o cliente não ia poder sair de casa. Então reforçamos o atendimento móvel. E quando ele fosse na unidade, a ideia da experiência diferenciada ficaria limitada porque no começo era muito desconfortável. Ele ia querer entrar e sair da unidade rápido.

Então, como eu fatio a experiência na unidade de atendimento fazendo com que ele entrasse e saísse o mais rápido possível, mas com todo o acolhimento? Por isso investimos na digitalização da experiência. Além disso, tem os produtos. Drive-thru, PCR, sorologia para Covid, não eram coisas que a gente fazia antes.

Teve o momento inicial, teve corrida para reforçar caixa da companhia porque a gente não sabia o que ia acontecer. Mas hoje vemos recuperação, números indo bem, demanda ainda forte nesses últimos meses. Para qualificar a nossa retomada, ela foi em V.

Vocês tiveram um bom resultado também pela demanda reprimida. Estão esperando que dure até quando? Tem demanda reprimida, sem dúvida. Vamos pensar que Covid-19 é uma doença nova, mas ela veio se somar às outras em um ambiente em que é muito duvidoso se estamos mais saudáveis ou menos.

Tem questões de estresse das pessoas em casa, de trabalho, de economia, pressão que todo mundo tem. Tem essas outras doenças acontecendo. Elas precisam de cuidado. Em alguns casos elas vieram mais agudas, em estágio posterior de descoberta de diagnóstico. Então existe a demanda reprimida e a natural.

Acreditamos que isso vai se equalizar ali para a frente. O tema da saúde está muito forte. A atenção à saúde entrou em outro patamar no dia a dia das pessoas. Antigamente, você ia em uma unidade, se a pessoa que ia tirar o sangue não estivesse de máscara, seria estranho? Hoje, e mesmo depois da vacina, tem coisas que não vão desaparecer. É como o cinto de segurança. Depois que se começou a usar, é um absurdo ficar sem.

Vários mercados se abriram para vocês. O de teste, por exemplo, não existia. Como vai ser no pós vacina? Esse se fecha. Mas o que vai ficar? Na saída deste momento, a questão da vacina é importante, mas é [o momento após] todo mundo vacinado. Esse tempo que estamos vivendo agora, em que estamos esperando a vacina, teve flexibilização, mas a vacina não chegou, ainda tem um desafio logístico.

Vamos conviver com a situação que estamos vivendo por um bom tempo. No mínimo, primeiro semestre de 2021. Talvez até o ano todo. O mercado de teste não vai desaparecer. Ele vai diminuir. Quando se tem uma vacina com 90% de eficácia, mesmo tomando a vacina, se a pessoa tiver com aquela condição, tem que diagnosticar rápido.

Então, PCR, sorologia, vão continuar existindo, mas em quantidade muito inferior. E tem todo o resto dos outros testes que continuaremos fazendo, sempre numa transformação de modelo mental, que é a questão da prevenção e não mais de combate a doença.

Mudou o comportamento das pessoas. Além disso tem uma mudança de como nos relacionamos com a saúde, como a telemedicina. Outra coisa que acredito que vamos usar mais é a noção de que tudo o que a gente precisa de serviço de saúde é ambulatorial.

Na verdade, eu posso ter serviços em ambientes em que entro e saio muito rápido, posso acessar digitalmente, que podem vir à minha casa. O hospital vai continuar lá e crescer cada vez mais em complexidade, mas posso cuidar da saúde em outro ambiente.

E aquele serviço de consultoria para empresas que estavam retomando as atividades? Isso continua? Acho que sim. As empresas viam a questão saúde como o plano de saúde. Só que passamos para um outro momento que inclui elementos como medição de temperatura, em que a empresa passa a ser proativa. Isso parte até para ser algo dentro do S do ESG [sigla em inglês para práticas ambientais, sociais e de governança].

Vocês chegaram a reduzir investimentos em 2020. Como vai ser em 2021? A redução do investimento em 2020 foi conectada com os meses de vale do segundo trimestre. Naquele momento, como não tinha uma perspectiva clara para a frente, segura o caixa. Sem saber exatamente o que vai acontecer, não se fazem determinados investimentos.

Mas a partir do momento que começou a retomar, voltamos aos investimentos normais, tanto de tecnologia, equipamentos, instalação. O investimento voltou aos patamares normais. Como houve um praticamente um trimestre inteiro em que se segurou bastante o investimento, no total do ano vai ficar menor.

Para 2021, pretendemos investir mais ainda, pelo que não se investiu em 2020, e porque temos outras naturezas de investimentos que são adicionais ao plano estratégico que estão conectadas com tudo o que falamos de plataforma, digitalização, novos elos na cadeia de saúde, etc.

Carlos Marinelli

Formado em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e mestre pela mesma instituição. Atuou em empresas como Unilever, Promon e Grupo Pão de Açúcar. Ingressou no grupo Fleury em 2005 e tornou-se presidente da empresa em 2014

Criação de vagas formais é recorde e país repõe postos cortados na crise

Novembro é o primeiro mês com saldo positivo desde o início da pandemia do coronavírus

Thiago Resende e Paulo Muzzolon

BRASÍLIA E MARINGÁ As empresas contrataram em novembro um número recorde de trabalhadores com carteira assinada, repondo parte das vagas eliminadas durante a pandemia e fechando o acumulado do ano até então com saldo positivo, o que não ocorria desde o início da crise do coronavírus.

No auge da pandemia, foram eliminadas principalmente as vagas de baixa qualificação e, portanto, salários mais baixos, e em setores como comércio e serviços, duramente afetados pelas medidas de distanciamento social.

Agora, são justamente essas categorias as que mais geraram vagas, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que considera as vagas formais do país, divulgados pelo Ministério da Economia nesta quarta-feira (23). Ao todo, foram 414.556 novos postos formais criados em novembro, o maior saldo da série histórica.

Com a reposição em setores de baixa qualificação, o salário médio de contratação caiu para a menor média do ano: R$ 1.684,35. Especialistas afirmam que isso é normal devido ao tipo de vaga que está sendo reposta.

Profissionais mais qualificados —cuja grande parte pôde fazer home office para manter o distanciamento social— e com salários maiores foram mais preservados na pandemia.

Com a retomada da geração de postos de trabalho no segundo semestre, no acumulado de janeiro a novembro, o saldo passou a ser positivo, com o abertura de 227.025 vagas em ano de crise da Covid-19.

Mas, no mesmo período do ano passado, foram gerados 948.344 novos empregos com carteira assinada.

Em 2020, o mercado de trabalho brasileiro apresenta, desde julho, uma recuperação após o fechamento de vagas no começo da crise do coronavírus —1,2 milhão de vagas desapareceram nos seis primeiros meses deste ano.

Novembro foi o quinto mês consecutivo de saldo positivo.

"Nós realmente estamos na retomada em V, como eu disse antes. O Brasil está surpreendendo o mundo. As reformas prosseguiram, em ritmo um pouco mais lento, mas elas seguem acontecendo", afirmou o ministro Paulo Guedes (Economia), nesta quarta.

O resultado foi puxado pelo setor de serviços, com a abertura de 179.261 vagas, e comércio, que gerou 179.077 novos postos de trabalho no mês.

Guedes comemorou que esses dois setores, mais afetados pelas medidas de restrição durante a pandemia, foram os responsáveis pelo saldo recorde de novembro.

As cinco regiões do país registraram saldo positivo em novembro. A geração de vagas acompanha um período de queda no distanciamento social e relaxamento de medidas restritivas por parte de prefeituras e estados.

Neste ano, o pior mês registrado pelo Caged foi abril, logo no início da pandemia.

Em janeiro, foram gerados 114 mil empregos formais. Influenciado pela crise, o mercado de trabalho variou no ano: fevereiro (com saldo positivo de 225 mil), março (-271 mil), abril (-948 mil), maio (-366 mil), junho (-26 mil), julho (geração de 137 mil), agosto (com saldo positivo de 242 mil), setembro (criação de 314 mil) e outubro (com abertura de quase 389 mil).

Na semana passada, o ministro estimou que, até o fim do ano, a perda de empregos formais será zerada.

> Realmente estamos na retomada em V. O Brasil está surpreendendo o mundo. As reformas prosseguiram, em ritmo um pouco mais lento, mas elas seguem acontecendo
>
> **Paulo Guedes**
> Ministro da Economia

Tradicionalmente, o segundo semestre concentra a maior parte de contratações de temporários nas fábricas para produzir as demandas das festas de fim de ano. Mas, em dezembro, o resultado costuma ser negativo devido à dispensa desses trabalhadores.

Há alguns meses, especialistas avaliavam que o país poderia voltar a níveis anteriores à crise apenas no fim de 2021, com base no cenário da pandemia do novo coronavírus até então. Essa análise vem mudando, em parte por causa do programa de manutenção de emprego lançado pelo governo federal, que permitiu suspensão de contrato de trabalho e corte de jornada e salários.

"Agora as notícias são positivas. O programa teve sucesso", afirmou Cosmo Donato, economista da LCA Consultores.

Segundo ele, pode estar havendo um retorno gradual em direção ao nível de emprego formal pré-crise, embora ainda exista risco para os próximos meses.

"O risco não é mais a pandemia [como se via há alguns meses], mas se a economia terá força para se recuperar ou se vier uma segunda onda severa de Covid-19", diz.

Outro problema seria a chance de o emprego formal voltar a cair no começo de 2021 após o fim do programa para evitar demissões em massa em 2020.

Para Donato, porém, esse risco caiu à medida que diminuiu, nos últimos meses, o número de empresas que adotaram o programa.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse que o governo começou a analisar a possibilidade de prorrogar o programa, que atendeu a 9,8 milhões de trabalhadores. "Temos restrições orçamentárias. Por ora, faremos estudos e levaremos a Guedes", informou Bianco.

Para Renan Pieri, professor de economia da FGV-EAESP, apesar de o governo ressaltar o resultado recorde do Caged, o número "talvez não seja comemorável, porque o primeiro semestre foi uma tragédia no mercado de trabalho".

Pieri avalia que o saldo de novembro reflete o represamento de algumas contratações durante o ano e uma expectativa, naquele mês, mais positiva em relação à pandemia, que agora volta a registrar uma forte alta de casos e mortes por Covid-19. "É muito cedo para afirmar que há uma recuperação sustentável do emprego", disse.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, chegou a arriscar que, em dezembro, por causa da demanda reprimida por contratações, o Caged poderia registrar abertura de vagas formais, ao contrário do que normalmente acontece no último mês do ano.

Mas Pieri tem dúvidas sobre o comportamento do mercado de trabalho em dezembro, especialmente por causa das medidas de restrição para evitar a alta de contaminação por Covid-19 adotadas, por exemplo, no estado de São Paulo.

O Ministério da Economia mudou a metodologia do Caged em 2020. Neste ano, as empresas passaram a usar o sistema do eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas).

As empresas passaram a obrigatoriamente informar contratos temporários. Antes, era possível transmitir essas informações, mas de maneira voluntária.

Em novembro, o saldo de empregos temporários foi de 37,1 mil. Isso representa 9% do resultado total do Caged no mês. Mesmo descontando a parcela referente aos trabalhadores temporários, o dado de novembro deste ano (377,4 mil) é o melhor da história para o mês. Em novembro do ano passado, por exemplo, foram abertas 99,2 mil vagas.

"Isso [obrigatoriedade de contabilizar contratos temporários] não deturpa a série histórica nem a base de dados de maneira geral. Os temporários são admitidos e demitidos geralmente dentro do mesmo ano", afirmou o secretário do Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo.

"Os dados do Caged refletem o comportamento do mercado formal de trabalho. No setor informal, o IBGE apresentou também nesta quarta uma tendência oposta: o desemprego bateu novo recorde em novembro, atingindo 14 milhões de brasileiros.

No setor formal, os dados do Caged, apresentados pelo Ministério da Economia, mostram que, em novembro, o país teve 1,532 milhão de contratações formais e 1,117 milhão desligamentos. Isso resultou no saldo positivo de 414,5 mil novas vagas com carteira assinada no mês.

Novembro é o quinto mês consecutivo de criação de vagas

Balanço do programa de manutenção do emprego

Quantidade de trabalhadores	Quantidade de empresas	Valor previsto de despesa
9.838.151	1.464.274	R$ 34,2 bilhões

Fonte: Ministério da Economia

Governo avalia prorrogar programa que permite suspensão de contratos

BRASÍLIA O Ministério da Economia avalia prorrogar o programa lançado para permitir, durante a pandemia da Covid-19, suspensão temporária de contrato de trabalho e corte de jornada —e de salário— com uma compensação paga pelo governo federal ao trabalhador.

A medida, que visa evitar demissões em massa diante da crise econômica do coronavírus, foi criada em 1º de abril. O prazo para se encerrar é 31 de dezembro.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse nesta quarta (23), que o prolongamento do programa para 2021 está em estudo pela pasta.

"A prorrogação do programa ainda passará pelo crivo, análise do ministro [da Economia, Paulo Guedes], e uma última análise pelo presidente da República [Jair Bolsonaro]. Nós daremos todos subsídios técnicos e estamos avaliando de maneira criteriosa se ainda há necessidade, se os setores ainda estão usando o benefício emergencial e se precisaríamos de uma prorrogação", afirmou Bianco.

Foram reservados para esse programa R$ 51,2 bilhões a serem gastos neste ano. Até o momento, a previsão é que devam ser usados R$ 34,2 bilhões do total previsto.

Segundo dados do Ministério da Economia, os acordos de suspensão de contrato ou corte de jornada foram firmados com 9,8 milhões de trabalhadores neste ano.

Por acordo individual ou coletivo, o empregador ficou autorizado a suspender contratos ou reduzir a jornada dos empregados em 25%, 50% ou 70%.

Trabalhadores afetados pela medida têm direito a uma estabilidade provisória no emprego pelo período equivalente ao da redução do corte de salarial. Se a empresa decidir demiti-lo sem cumprir a carência, precisa pagar uma indenização maior.

O governo paga aos trabalhadores com redução de jornada e salário uma proporção do valor do seguro-desemprego. A compensação é de 25%, 50% ou 70% do seguro-desemprego, que varia de R$ 1.045 a R$ 1.813,03.

No caso da suspensão de contrato, o empregado recebe valor integral do seguro-desemprego.

Apesar dos estudos para prorrogar a medida, Bianco reconheceu que há uma restrição orçamentária —mesmo com sobra de verba no programa.

Para 2021, não está prevista a prorrogação do decreto de calamidade pública em função da pandemia. Isso significa que o governo volta a ter que cumprir normas fiscais e a conviver com maior restrição de despesas.

No entanto, em caso de uma segunda onda de Covid-19 ou agravamento da crise sanitária, a equipe econômica não descarta a possibilidade de o decreto ser estendido para 2021 e o governo voltar a adotar medidas emergenciais, como o programa de manutenção do emprego. **(TR)**

Desemprego bate nova máxima e atinge 14 milhões

RIO DE JANEIRO O desemprego bateu novo recorde e atingiu 14 milhões de pessoas em novembro, segundo dados divulgados pelo IBGE nesta quarta (23).

A taxa de desocupação chegou a 14,2%, o maior da série histórica da Pnad Covid, pesquisa do IBGE iniciada em maio para mensurar os efeitos da pandemia no país.

Desde maio, aumentou em 4 milhões o número de desempregados (cerca de 40%).

Embora a taxa registrada em novembro seja recorde, houve estabilidade na comparação com outubro (14,1%).

Os dados da Pnad Covid não podem ser comparados à Pnad Contínua, por uma diferença de metodologias.

Especialistas já alertavam que o número de desocupados poderia aumentar, na medida em que o auxílio emergencial pago pelo governo fosse chegando ao fim e o distanciamento social diminuísse.

A pesquisa aponta também queda no número de pessoas em isolamento social rigoroso. Em novembro, o número alcançou o menor patamar da série histórica (23,5 milhões). Em outubro, eram 26,2 milhões. Em julho, 49,2 milhões.

Por outro lado, aumentou a quantidade de brasileiros que dizem não adotar restrições para conter o avanço da Covid-19. Pela primeira vez, esse contingente ultrapassou a marca de 10 milhões de pessoas, chegando a 10,2 milhões. Em julho, eram 4,1 milhões.

Com o relaxamento das medidas restritivas até novembro, a população ocupada também subiu e, pela primeira vez, registrou alta na comparação com maio em números absolutos (de 84,7 milhões em novembro frente 84,4 milhões no início da pandemia).

Com a expansão do número de ocupados e desocupados, a força de trabalho cresceu 4,4% na comparação com maio.

Pela metodologia do IBGE, só é considerado desempregado quem estava em busca de emprego na semana de referência da pesquisa. Assim, quem não procura ocupação não é considerado no índice de desocupação. A Pnad também calcula trabalhos formais e informais. **Diego Garcia**

Cai o isolamento social no Brasil, diz IBGE

Situação dos brasileiros, em milhares

Fonte: IBGE

PAINEL S.A. | **Filipe Oliveira** (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Wellington Vitorino
Empresas ainda precisam se preparar para receber a diversidade

SÃO PAULO Wellington Vitorino, fundador do Instituto Four, entidade que apoia a formação de jovens com perfil de liderança, assistiu o movimento das companhias em busca de maior diversidade neste ano como um desdobramento da morte de George Floyd, mas ressalva que já viu tendências semelhantes em outros momentos históricos, como a eleição de Obama nos Estados Unidos.

Ele próprio, jovem de 25 anos, negro e ex-bolsista, alerta que empresas precisam preparar o ambiente interno antes de receber a diversidade.

*

O debate sobre a diversidade nas empresas ganhou força neste ano. Era esperado? Essa questão estava muito atrasada no Brasil. Veio com força em função dos acontecimentos deste ano, sendo a morte de George Floyd um marco que, sem dúvida, abriu os olhos das pessoas sobre a sociedade que estamos construindo e paradigmas carregados por gerações.

Existem abismos sociais e raciais nas empresas. Subindo no organograma se vê menos diversidade racial e social. Essa configuração é instaurada desde a escola, onde as pessoas não convivem com realidades diferentes. Isso se reproduz na faculdade e no trabalho, principalmente onde as rendas são altas.

Hoje as pessoas estão mais a vontade para defender as cotas? Pessoas bem letradas, mas que são ignorantes em alguns temas, reproduzem algo que falaram para elas no passado, e elas nunca buscaram entender o processo. As cotas entram nesse caminho.

As pessoas ao longo do tempo foram tendo mais informação. Depois, saíram pesquisas comprovando que caiu por terra o argumento de que quem entra na faculdade por cota não termina e diminui a média. Os cotistas tendem a ter média superior, porque são uma amostra dos melhores entre os das escolas públicas.

No fim do dia, tira espaço do cara que é medíocre, aquele que é na média, e que antes, sem a cota, conseguiria entrar. Mas os melhores das escolas privadas continuam entrando.

Como você vê as iniciativas para inclusão de profissionais negros nas empresas? Tem um ponto, que é o quanto é internamente trabalhado para que essas pessoas sejam incluídas. Eu trabalho com diversidade, selecionando gente. Temos o Pró Líder, com quase 9.500 inscritos, 50 selecionados, talentos que não perdem para nenhum trainee nas empresas. O problema é às vezes achar que é só criar um programa.

Conheço uma pessoa que bateu na porta da avenida Faria Lima [que concentra grandes empresas e o setor financeiro em São Paulo] inteira apresentando alternativas a isso. Ninguém respondia. Agora, não tem nem agenda para reunião.

Essa procura é por causa do George Floyd? Tem o efeito pré e pós George Floyd. E teve inúmeras coisas puxando. Conheço gente que lá atrás, quando o Obama se tornou presidente, falava que esse movimento ia virar. E não aconteceu.

Você acha que esse movimento agora está consolidado? Não está. O que vai fazer consolidar são as novas gerações nas empresas, que têm o espírito de questionar por que não estamos dando acesso a outras pessoas. É a moça que entra como trainee em uma empresa gigantesca, mas não vê uma vice-presidente mulher. O que ela faz? Vai para outra companhia. Mas a empresa gastou com salário, viagens, e agora a pessoa vai embora? O investimento não se paga.

Conforme essa nova geração crescer, o nível de consciência da liderança será ajustado. Hoje, boa parte das lideranças nas empresas vem de outras gerações. Para eles é tudo novo. Tem gente que está aberta e entende que estamos atrasados, com preconceitos que não fazem sentido. E tem outras em que é mais difícil desconstruir os viéses inconscientes.

Qual é o meu grande receio? No início dos anos 2000, teve um boom do que chamamos de responsabilidade social. Como estão essas áreas agora nas empresas? Por que muitas são pouco desenvolvidas? Estamos falando de 20 anos.

Quando falamos de responsabilidade social, não necessariamente afeta cada um ali dentro. A ideia é sempre de dentro para fora, de que as empresas têm que ajudar a comunidade. Mas quando se fala de diversidade, também são pessoas que trabalham dentro das empresas.

E sobre importância da inclusão nas empresas? Imagine chegar em uma empresa e a inclusão não foi bem feita. E as pessoas falarem: 'aquele é o grupo de trainees dos negros que entraram'. É super importante fazer uma integração eficiente. Senão, vamos ver que negros só falam com negros, e quem estava na empresa antes vai falar entre si.

Tudo depende do nível de consciência das lideranças e do esforço. Vai desde a maneira de organizar uma festa. Tem que pensar que o cara pode não ter nem roupa para ir na festa. É como na faculdade.

Eu fui bolsista e a grande dificuldade do bolsista não é nota. Às vezes, R$ 250 que alguém paga num jantar, para ele é dinheiro do metrô no mês. É ter apoio financeiro.

Às vezes, tínhamos que fazer vaquinha para um cara não faltar porque ele não tinha grana para almoçar quando a aula era o dia todo. E tem a questão psicológica. É ouvir no elevador a conversa sobre a bolsa da Chanel, o feriado em Paris. Aí tem a festa da turma na cobertura no Leblon. Mas e o sicrano que mora longe? Se é que convidam ele.

O mercado de trabalho é um espelho do que acontece no ambiente educacional.

Wellington Vitorino, 25
Graduado em administração de empresas pelo Ibmec do RJ. Aos 21 anos, fundou o programa ProLíder, que deu início ao Instituto Four, entidade sem fins lucrativos atualmente mantida pela Fundação Lemann

Guedes se apropria de verba que salvaria bares e restaurantes, diz setor

Paulo Solmucci, que preside associação da área, afirma que governo faz superávit com dinheiro de programa de preservação do emprego

Sheyla Santos

BRASÍLIA A situação de bares e restaurantes brasileiros é de desespero, cenário ao qual o governo federal é insensível, diz Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, associação brasileira que representa o setor.

Ele critica o ministro Paulo Guedes (Economia), que em sua visão está se apropriando de recursos que poderiam salvar o setor para, em vez disso, reduzir o rombo nas contas públicas. Procurado, o Ministério da Economia não respondeu às críticas.

Solmucci também questiona as restrições impostas ao setor por governos estaduais e municípios nas últimas semanas, como a proibição de venda de bebidas alcoólicas em Belo Horizonte (MG) e a restrição à venda do item após as 20h no estado de São Paulo.

As medidas geraram uma guerra na Justiça entre entidades, que recorrem das determinações, e os governos locais. Na quinta (17), o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, emitiu parecer favorável à decisão do estado de São Paulo.

Solmucci falou com a **Folha** na semana passada, antes da decisão de Fux.

*

Por que a Abrasel entrou na Justiça contra a proibição de venda de bebidas alcoólicas? Sempre buscamos o diálogo. Quando o diálogo leva para o que a gente não consegue associar com a dita ciência e com o nosso setor, a gente busca a Justiça. Entramos [com ações] no estado de São Paulo e na cidade de Belo Horizonte. Imagina o que é viver em um ambiente onde 15 dias antes da eleição o [governador de SP, João] Doria fala que não vai fazer nada. No dia seguinte à eleição, ele tomou a iniciativa e falou em isolamento por 30 dias. Onze dias depois ele tomou uma iniciativa completamente diferente, reduzindo por duas horas [o horário de funcionamento de bares e restaurantes].

Em Belo Horizonte, o prefeito durante a campanha deixa correr tudo normal. Termina a campanha, faz uma coletiva falando que não vai fazer nada e pede observação aos protocolos na frente da Abrasel.

São dois governantes que falam publicamente uma coisa e fazem outra, e ainda fazem da noite para o dia sem conversar com ninguém. Ignoram o prazo que a gente tem para pagar salários, 13º, até mesmo as compras.

Quando você vai fazer mudança em uma indústria bem representada, como a agricultura, você dá um tempo para se adaptar. No nosso setor é da noite para o dia. Parece que estão respondendo a interesses mais políticos do que à ciência.

Em quantas cidades vocês já entraram com processos? Pretendem acionar outras? Devemos tentar entrar com umas dez ações. Gostaríamos de não entrar com mais nenhuma. Na nossa visão, o único fato que justifica o repique de casos de Covid-19 em todo o país é a campanha eleitoral. Tivemos 513 mil candidaturas no Brasil que movimentaram dezenas de pessoas contratadas. Vimos uma irresponsabilidade nas campanhas, que está hoje sendo creditada ao nosso setor.

O sr. considera a medida do governo paulista arbitrária? Cada cidade, cada governador tomou medidas diferentes para as mesmas circunstâncias. Praticamente no mesmo dia em que o governador do Rio entendeu que os shoppings devem funcionar 24 horas para reduzir a aglomeração, o governador de São Paulo entendeu que deveria reduzir o funcionamento de 12 para 10 horas.

Temos cidades onde a gente pode abrir até 1h, meia-noite, 23h, 22h e temos uma cidade como Belo Horizonte que entendeu que dá para ter um bar sem álcool. Como um cidadão fica em um bar sem tomar uma bebida alcoólica? Na verdade, ele fechou bares, só que não teve a coragem de falar que fechou.

O setor voltou e está hoje com uma média de 60% do faturamento. No Brasil, estamos com 53% das empresas com prejuízo. Em São Paulo, o prejuízo das empresas é de 66%. E aí você ainda coloca restrições adicionais, como retirar o álcool. Se tirar o álcool de um bar, o movimento cai de 80% a 90%. Estamos com movimento de 5% a 10% hoje. No restaurante, o movimento cai de 40% a 50%.

A Abrasel tem respaldo de profissionais de saúde para criticar essa decisão? Temos. A Abrasel fez um webinar no início da pandemia com o governador do Rio Grande do Sul, o à época diretor de campanha do hospital de campanha de Belo Horizonte, o então ministro do Turismo e outras autoridades. O diretor técnico do hospital falou claramente que não via razão nas restrições. É mais fácil politicamente para o governante fechar do que correr o risco de abrir, só que nós temos que pagar salários.

Quando as pessoas olham para o setor pensam nas grandes redes, mas 80% do setor fatura menos de R$ 20 mil por mês. Temos 200 mil [bares e restaurantes] com faturamento menor que R$ 10 mil por mês. A renda desse cara é de R$ 1.600 ou um pouco mais.

Especialistas dizem que uma pessoa alcoolizada tem menos atenção aos protocolos. Acho possível. Isso acontece em baladas informais, bailes funks, na periferia. Na região central essa regra é muito bem fiscalizada. Quem respeita os protocolos, fecha. Com esse fechamento, você leva o jovem para ambientes que não estão sob a área da vigilância. Você pune os responsáveis, os que observam a lei, os que estão preocupados com a sua marca, e não resolve o problema.

Qual a sua posição quanto às mesas nas calçadas? A concessão deve ser feita em função da viabilidade. Na pandemia, isso tudo muda. Se um ambiente fechado é mais perigoso do que um ambiente aberto, é uma escolha que a sociedade tem que fazer. Não tem um lugar no mundo onde não se incentivou o uso de mesas do lado de fora, à exceção do estado de São Paulo.

O setor foi chamado pelos governos para discutir os protocolos? Em São Paulo, a gente teve muito diálogo no início em torno da construção de protocolos tanto com o governo do estado como a prefeitura. A Abrasel apresentou em 5 de março uma referência de protocolos para o país inteiro baseada na experiência da Europa. Alertamos ao presidente da República no dia 16 de março sobre o colapso do salário. Estamos acompanhando o tema desde janeiro.

A partir daí, a gente passou a viver um monte de experiências. Essas decisões começaram a complicar o setor, não foram os protocolos.

O governo apresentou quais medidas para auxiliar o setor na pandemia? Não houve um auxílio específico para bares e restaurantes no Brasil, diferentemente do que aconteceu na Europa. A decisão do governo [federal], em um primeiro momento, foi de acudir a todos. O ministro Paulo Guedes me disse que em um segundo momento haveria um apoio específico, que nunca chegou. O acerto nosso foi a medida provisória 936, que permitiu a redução de jornada com o governo pagando uma parte e suspensão do contrato. Só que essa redução tem como limite 31 de dezembro.

O governo tinha R$ 51 bilhões para isso. Gastou R$ 35 bilhões e está poupando R$ 16 bilhões para fazer superávit. Com esses R$ 16 bilhões que eles estão guardando no bolso poderiam ter pago o 13º proporcional. Nós teríamos muito menos problemas agora em dezembro se o governo federal deixasse de fazer esse superávit não previsto, porque esse dinheiro foi aprovado no Congresso. O ministro Paulo Guedes está se apropriando indevidamente de um dinheiro que poderia salvar o setor. É uma coisa horrorosa o que o governo está fazendo.

O segundo problema começou de forma bem intencionada. Essa mesma lei previa que a quantidade de meses que você usasse o benefício deveria ser a quantidade de meses que você teria que dar de estabilidade ao funcionário. Limitou-se a 240 dias, só que nós chegamos ao final do período proibidos de funcionar plenamente. Como é que a gente vai garantir oito meses de estabilidade para o funcionário? A conta não fecha. Isso está virando quebradeira de negócio, ação na Justiça. Está virando um desespero.

O setor irá pedir mais medidas de estímulos em 2021? Chegamos agora em dezembro sem pagar o 13º salário. Desde novembro, nós temos que pagar duas parcelas do Simples Nacional. Os empréstimos que foram tomados, em geral, tiveram carência de seis meses, e todos já venceram. Teremos que pagar os aluguéis voltando com pagamento integral e ainda arcar com a garantia de emprego.

Levei a demanda do setor à Secretaria Especial do Trabalho, ao ministro Paulo Guedes. Falei nesta semana [semana passada] com o senador Flávio Bolsonaro [Republicanos-RJ]. Se a gente não esticar a lei 14.020, se a gente não tiver apoio do salário, pelo menos, nós vamos viver uma situação absolutamente de destruição no primeiro trimestre do ano que vem. A situação, hoje, é muito grave e o governo está me parecendo insensível. Temos conversado, eles ouvem e não se movimentam. É muito diferente do que aconteceu no primeiro momento.

Paulo Solmucci presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e diretor da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs)

> **Quando você vai fazer mudança em uma indústria bem representada, como a agricultura, você dá um tempo para se adaptar. No nosso setor é da noite para o dia. Parece que estão respondendo a interesses mais políticos do que à ciência**

> **A decisão do governo [federal], em um primeiro momento, foi de acudir a todos. O ministro Paulo Guedes me disse que em um segundo momento haveria um apoio específico, que nunca chegou**

Sem festas e praia, hotéis sofrem no Réveillon

Taxa de ocupação, que oscilava entre 30% e 60% no litoral paulista, deve cair com novos cancelamentos, diz setor

Sheyla Santos e Amanda Lemos

BRASÍLIA E SÃO PAULO O anúncio do fechamento de praias na virada do ano na Baixada Santista, feito nesta quarta (23), e os cancelamentos de festas de Réveillon derrubaram as já baixas expectativas de hotéis com o fim de 2020.

A regressão para fase vermelha, a mais restritiva do Plano São Paulo, entre os dias 25 e 27 de dezembro e 1º e 3 de janeiro incentivou uma nova onda de cancelamentos de reservas, segundo Heitor Gonzalez, presidente do Sinhores (Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Baixada Santista e do Vale do Ribeira).

Antes da mudança de fase, a expectativa era de uma taxa de ocupação de 60%, diz. Ele apoiou a decisão dos prefeitos da região de não aderir a regressão para a fase vermelha, e alertou para o efeito sobre os negócios se a decreto passar. "Como que ficam as compras de alimentos perecíveis, e pessoas que foram contratadas para atender a demanda da época? Esses costumam ser os dez melhores dias do ano."

Além dos cancelamentos, Gonzalez diz que não têm ocorrido novas reservas, como costuma acontecer nesta época. "Entendo que um gestor tem que pensar na saúde da população, mas também deve olhar para pensar na saúde de empresas e dos municípios", diz.

No Guarujá, a taxa de reservas está em apenas 30% neste fim de ano —normalmente, esse percentual oscila entre 80% e 100% entre o Natal e Ano-Novo, segundo a Aprohot (Associação dos proprietários de Meios de Hospedagem do Guarujá).

Para José de Avila, presidente da associação, informações desencontradas sobre as situações das praias no litoral paulista contribuíram para a queda nas reservas.

O movimento fraco levou os hotéis da região a reduzirem as taxas, segundo Avila. "Nós trabalhamos na temporada para pagar os gastos do ano, com essa paradeira vai ser difícil recuperar."

Outro fator que tem afastado hóspedes é o cancelamento de festas públicas de Réveillon, como anunciado em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Bahia, Pernambuco, Porto Alegre e Distrito Federal.

De acordo com Rubens Silva, secretário-geral do Sinthoresp, sindicato dos trabalhadores do setor em São Paulo, o pior já passou, mas a situação ainda é crítica.

"Estamos trabalhando para o restante do mês com previsão de ocupação de 25%. Diante do cenário, o setor está considerando isso como uma ocupação boa em São Paulo".

Ele vê no cancelamento da festa "uma atitude extrema". "Não há diálogo do setor hoteleiro com o governo", critica.

No Rio de Janeiro, a tradicional queima de fogos na praia de Copacabana, que em 2019 reuniu 2,8 milhões de pessoas, também foi cancelada. No dia 15 de dezembro, a prefeitura do Rio suspendeu as comemorações que seriam realizadas sem público, em pontos turísticos, e transmitidas pela internet. As tradicionais festas privadas de quiosques na orla também estão proibidas.

> “
> Como que ficam as compras de alimentos perecíveis, pessoas que foram contratadas para atender a demanda da época? Esses costumam ser os dez melhores dias do ano
>
> **Heitor Gonzalez**
> presidente do sindicato de hotéis da Baixada Santista

A prefeitura diz em nota enviada pela Riotur (empresa de turismo do Rio) que além do cenário de pandemia, o cancelamento foi feito "em respeito a todas as vítimas e em favor da segurança de todos".

De acordo com o Hotéis Rio, sindicato dos meios de hospedagens da cidade, e a ABIH-RJ (Associação Hotéis do Rio de Janeiro), 58% dos quartos de hotéis da cidade estavam reservados para o Réveillon — um retração de 10% em relação a dezembro de 2019.

Os hotéis mais procurados pelos turistas estão localizados no Centro (67%), Copacabana e Leme (63%), Flamengo (61%), Recreio (59%), Barra da Tijuca (52%), Ipanema (51%) e Leblon (51%).

Já no interior do Rio, a situação é de recuperação: os hotéis registram uma taxa de ocupação de 81%. Segundo Alfredo Lopes, presidente da Hotéis Rio e conselheiro da ABIH-RJ, o perfil do turismo no estado neste ano é nacional, com ênfase no turismo de curta distância. Os clientes estão vindo principalmente de estados próximos, como São Paulo e Minas Gerais.

Apesar de ter fechado as portas de março a julho e demitido 135 pessoas, o Hotel Le Canton, em Teresópolis, região serrana do Rio, viu uma alta no faturamento. O local tem operado no limite, com 70% de ocupação, e tem uma ocupação prevista acima de 50% em fevereiro de 2021.

A diretora-geral do hotel, Mônica Paixão, afirma que o faturamento de dezembro cresceu 20% em relação ao mesmo período do ano passado. "A maior parte dos turistas vem do Rio de Janeiro, Niterói, Minas Gerais e Salvador e, por conta das dificuldades para se fazer viagens ao exterior, muita gente que iria esquiar em janeiro tem reservado vaga aqui", afirma.

Na Bahia, shows e festas estão proibidos desde 4 de dezembro. A decisão estadual foi renovada em 17 de dezembro e segue em vigor até 4 de janeiro. Segundo o governo do estado, a fiscalização da medida está a cargo da Polícia Militar, que irá fazer o patrulhamento nas ruas.

Até o fim da semana passada, grandes redes de hotéis não relatavam cancelamentos de reservas por causa da suspensão de festas.

A Iberostar, que atua na Bahia e no Amazonas, afirma que não houve redução ou cancelamentos de reservas. A rede Accor afirma que o mesmo ocorre em seus hotéis. A demanda por quartos está concentrada em regiões turísticas no Norte, no Nordeste e no Rio de Janeiro. Já em São Paulo, Minas Gerais e na região Sul, a procura é menor.

A rede, no entanto, identifica mudanças no comportamento dos clientes.

"Temos visto também, por conta da pandemia, um crescimento expressivo de reservas de última hora, o que traz menos previsibilidade", afirma em nota.

Entidades tentam reverter alta em alíquotas de ICMS a partir do dia 1º

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Entidades do setor de saúde e do agronegócio paulista estão correndo contra o tempo para reverter o fim de isenções e o aumento de alíquotas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

As mudanças integram o ajuste fiscal aprovado pelo governo em outubro e que classificou alíquotas inferiores a 18% como benefícios fiscais passíveis de revisão.

Na quarta (23), quatro entidades da saúde suplementar divulgaram carta ao governador João Doria (PSDB) na qual dizem que a elevação do imposto acarretará "imediato e inevitável aumento de preços".

Assinaram o documento Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde), Unimed, Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) e Fenasaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar).

Na terça, outras quatro associações —Abimed (da indústria de alta tecnologia de produtos para a saúde), Abimo (artigos e equipamentos médicos e odontológicos) e Abraidi (importadores e distribuidores de produtos para saúde) —publicaram manifesto questionando se o ajuste de contas justifica o aumento de impostos em meio à pandemia.

As entidades afirmam que o ICMS chegará a 18% em produtos atualmente isentos e que o aumento terá impacto na saúde pública. A Abimo já foi à Justiça contra a lei do ajuste, mas o mandado de segurança foi negado. A associação recorreu. Paulo Henrique Fraccaro, superintendente da entidade, diz que pelo menos 200 produtos como implantes, válvulas, marcapassos e próteses terão mudança nas alíquotas.

No agronegócio, representantes da Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo) já tiveram ao menos duas reuniões com o governo do estado e há possibilidade de um novo encontro na próxima semana, ainda não confirmado.

Hoje isentos, produtos como leite cru e pasteurizado passarão a ter alíquota de 4,1%. Ovos e suas embalagens passam de 7% 9,4%.

A Secretaria de Fazenda e Planejamento de São Paulo afirma, em nota, que está aberta ao diálogo.

"Foram mantidas reuniões com representantes dos diversos setores que desfrutam de benefícios fiscais. O governo ouviu seus argumentos e segue aberto a novas conversas."

O governo paulista diz ter feito a redução linear de 20% nos benefícios fiscais. "Ou seja: 80% do benefício ainda foi preservado. Com a aprovação, o Governo do Estado estima contar com R$ 7 bilhões essenciais em 2021."

Vinicius Torres Freire
Excepcionalmente o colunista não escreve nesta edição

CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura

CNPJ/MF 13.623.957/0001-36

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial | Demonstrações dos Resultados | Demonstrações dos Fluxos de Caixa | Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | Demonstração do Resultado Abrangente | Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

[illegible]

Diretoria
Cassio Rodrigues Zanforlin - Diretor Administrativo Financeiro
Rodrigo Rogerio Braga Ribeiro - Diretor Operacional
Contador
Flavio de Souza Brandt - CRC/PR 035.784/O-4

Lance Maior — IMPERDÍVEL LEILÃO DE VEÍCULOS EXTRAJUDICIAL ONLINE — 29 DE DEZEMBRO DE 2020 ÀS 13H30 — Informações: (11) 2366-9273

Gerson A. Céglio - JUCESP: 822, Leiloeiro Oficial, por intermédio da plataforma **Lance Maior Leilões**, torna público, os Leilões de venda e arrematação dos veículos, conforme relação a seguir - **Chassis:**

WP1AG2956JLB6; 9C6KE1060F001; JKAZG9B13TB50; WMWLN7102K2G7; WBAKW3104G0R4; WP1AA2929CLA0; 3AVFC81079RA1; WAUGFCF4XJA0S; WMWYII0XH3D5; WDDHF3GW5EA96; WMWLN710X2G6; 9882261753KB3; 9UK64CE75K008; VVIDZ49CDF273; KPACAIE1SDP14; 1C3H8E3H98Y11; JMYLYV97WBJA0; WBAVL31028VN8; 95PJN81EPFD08; SALLMAMA45A18; 9BGPB69M0EB30; 3C4PFABBXCT57; KNAKU811BC525; 93W245H34F213; 9BWAB45Z8D419; XTA210530R147; 94DTBALI0E347; 93HGE67409Z11; 3N1CK3CD2DL23; 93YKM2N3A8J03; 9BD19240R9308; 8AFPZZFHA9J25; 9RDI7106I D583;

VISITAÇÃO DOS LOTES: 3ª feira (29/12) das 9h às 12h. **Local:** Rua Doutor Ferreira Lopes, 148 Sobara, São Paulo/SP. **Informações:** E-mail: contato@lancemaiorleiloes.com.br - Tel: (11) 2366-9273 / 2366-9275 / 5665-8738 **CONDIÇÕES:** Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem garantia. Débitos de IPVA, multas de trânsito ou de averbação que porventura recaírem sobre o bem, ficarão a cargo do arrematante, correndo também por sua conta o risco a retirada dos bens. No ato da arrematação o arrematante obriga-se a acatar, de forma definitiva e irrevogável, as normas e demais condições de aquisição informadas e aceitas no processo de seu cadastramento. **ACESSE NOSSO PORTAL www.lancemaiorleiloes.com.br. FAÇA O SEU CADASTRO E DÊ SEU LANCE!**

Fim do auxílio ajuda a reduzir juros da dívida pública, diz Tesouro

Estoque passa de R$ 4,7 trilhões, mas custo cede com noticiário sobre vacinas e benefício do governo

Fábio Pupo

BRASÍLIA A dívida pública federal cresceu 3,22% na passagem de outubro para novembro, alcançando R$ 4,78 trilhões. Apesar da elevação, o Tesouro Nacional teve um custo médio menor e atribui o movimento à maior disposição de investidores em meio às notícias sobre as vacinas contra a Covid-19, o resultado das eleições americanas e o fim do auxílio emergencial.

Roberto Lobarinhas, coordenador de Operações da Dívida Pública, afirma que o auxílio estava no centro das preocupações de investidores com as contas públicas brasileiras.

"Alguns eventos permitiram que toda aquela melhora e otimismo no [cenário] externo pudessem se refletir na curva de juros brasileira, sendo um desses eventos a definição da não extensão do auxílio emergencial para 2021", afirma.

Apesar disso, o coordenador diz que preocupações com as contas públicas e com o avanço das reformas continuam no radar dos investidores. Segundo ele, pressões pela volta do auxílio poderiam resultar em maiores taxas dependendo de como a medida seria paga.

"Se isso [retorno do auxílio emergencial] vier a ocorrer, vai depender de como vai ser financiado, se alguma outra despesa vai ser eliminada ou se representaria uma pressão adicional sobre o financiamento da dívida", disse.

O auxílio emergencial é a medida anticrise que mais demanda recursos do Tesouro. Ao todo, serão R$ 321,8 bilhões (mais de três vezes todo o déficit público do país em 2019). A equipe econômica e o governo argumentam pelo encerramento do programa, enquanto parte do Congresso defende a prorrogação.

As notícias sobre o fim do auxílio se somaram às informações internacionais sobre o avanço nas vacinas contra a Covid-19 e os resultados das eleições americanas. O cenário externo diminuiu a percepção de risco de investidores não só acerca do Brasil, mas também de outros mercados emergentes.

"Observamos um mercado externo bem menos volátil e mais favorável aos emergentes, sobretudo com a definição das eleições americanas", afirmou Lobarinhas.

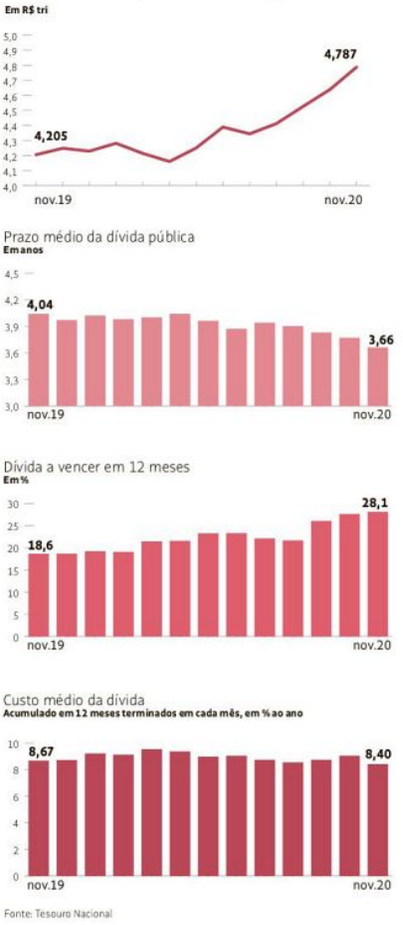
O CDS (Credit Default Swap, indicador de risco) do Brasil registrou retração de 23,9% no mês, para 166 pontos. O número ainda ficou acima de pares internacionais que também registraram queda, como Chile (50), Peru (63), México (88) e Colômbia (89).

Com isso, o custo médio nos últimos 12 meses caiu de 9,04% ao ano em outubro para 8,4% em novembro. Também contribuiu para o movimento a apreciação recente do real, que diminui ao custo da dívida externa.

A queda no custo médio compensa parcialmente os custos do governo para administrar a crescente dívida pública, impulsionada pela pandemia do novo coronavírus e pelas consequentes despesas criadas para mitigar os efeitos na saúde pública e na economia.

> Observamos um mercado externo bem menos volátil e mais favorável aos emergentes
>
> **Roberto Lobarinhas**
> Coordenador de Operações da Dívida Pública

Estoque da dívida pública federal segue crescendo



Fonte: Tesouro Nacional

A redução das taxas foi concentrada no cenário de curto prazo, já que a chamada curva de juros ganhou inclinação (ou seja, ficou mais cara para o governo emprestar em prazos mais longos). Enquanto papéis com prazo de dois anos tiveram taxa de 4,83% ao ano, outros de dez anos saíram a 8,08% ao ano.

Segundo o Tesouro, a inclinação se acentuou em novembro em decorrência da permanência das incertezas de investidores sobre os rumos fiscais. O mercado tem sido cauteloso e embutido taxas mais altas para emprestar do governo em prazos mais longos.

A participação de estrangeiros voltou a sofrer queda percentual, pela primeira vez após três meses. A participação caiu de 9,79% da dívida interna para 9,47%, apesar de uma compra líquida de quase R$ 2 bilhões em papéis.

Já as instituições financeiras seguem aumentando seu percentual, mantendo-se como o principal detentor da dívida interna ao elevar a participação de 28,1% para 29,5%.

Para não encarecer demais o custo da dívida e aproveitar juros mais baixos no curto prazo, o governo tem preferido emissões de papéis mais curtos.

Com isso, o prazo médio de vencimento caiu de 3,77 anos em outubro para 3,66 anos em novembro. Esse é o menor valor em nove anos.

A participação de títulos que vencem nos próximos 12 meses subiu de 27,59% para 28,11% do total da carteira.

O Tesouro diz que os dados preliminares de dezembro apontam manutenção do otimismo nos mercados internacionais. Isso se refletiu na curva de juros doméstica, que apresentou redução de inclinação nas últimas semanas. O início da vacinação em alguns países contribuiu para o movimento, segundo os técnicos.

Na crise, bancos são obrigados a comprar cerca de US$ 30 bilhões em moeda estrangeira

Julio Wiziack

BRASÍLIA Bancos brasileiros com investimentos fora do país vivem uma corrida por dólar neste fim de ano. As instituições com filiais no exterior gastarão cerca de US$ 30 bilhões para quitar contratos de proteção cambial até 2022.

Essa movimentação deve impactar a cotação do dólar. Com o real já desvalorizado, o Banco Central preparou ações para reduzir os efeitos do aumento pela procura pela moeda.

Os contratos de proteção cambial são chamados de hedge. Eles funcionam como uma espécie de seguro para proteger o investidor de perdas com a flutuação do câmbio. Esses contratos são tributados no Brasil em 48%.

A avalanche de recursos necessária pelos bancos se deve a mudança em regras de tributação imposta neste ano. Até antes da pandemia da Covid-19, todo o investimento brasileiro no exterior com proteção cambial era isento de impostos no país, diferentemente dos contratos de hedge.

Para cobrir o pagamento dos impostos do contrato de hedge no Brasil, os bancos recorriam ao chamado overhedge. Com a mudança na lei, essa medida será combatida, caso contrário a instituição poderá ser multada.

O overhedge se dá porque os bancos costumavam contratar quase o dobro do valor dos investimentos no exterior para protegê-los integralmente da variação cambial.

Uma filial de um banco no exterior com capital de US$ 500 milhões, por exemplo, costumava se blindar com mais US$ 960 milhões em hedge para que essa posição estivesse de fato protegida.

Para compensar esse custo tributário, as instituições financeiras brasileiras acabavam fazendo contratos de hedge em valores muito maiores, 192%, em média, acima do valor do investimento.

É com essa "gordura", o overhedge, que os bancos estão sendo forçados a acabar. Para isso, terão de encerrar seus contratos de hedge e essa operação pressupõe a compra volumosa de dólares. Como o aumento da procura por moeda estrangeira força ainda mais a cotação para cima, o BC decidiu que seria melhor dividir essa operação em duas etapas.

A primeira, de US$ 15 bilhões (R$ 78 bilhões), precisa ser concluída até o final do ano. A última deverá ser feita até o final de 2021. Em janeiro de 2022, os bancos terão de ter zerado as posições de overhedge.

Na prática, os bancos já começaram a desmobilizar suas posições nesses contratos para cumprir a primeira etapa.

O governo baixou essas regras por meio de uma medida provisória em meados de março sob alerta do BC de que a crise causada pela pandemia no mundo criaria pressão adicional sobre o real, que vem se desvalorizando ante o dólar, prejudicando a economia —principalmente importadores (que passam a comprar insumos mais caros em reais).

A autoridade monetária também estava preocupada que o movimento pudesse reduzir a operação dos bancos, especialmente na oferta de crédito.

Em meados de março, quando o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) enviou a MP ao Congresso, a cotação do dólar era de R$ 4,30. Menos de dois meses depois, saltou para R$ 5,90. Nesta quarta (23), fechou a R$ 5,20.

Essa alta fez desvalorizar (em reais) os investimentos de grandes bancos, como Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander, dentre outros, em suas filiais no exterior.

Do ponto de vista financeiro, essa desvalorização foi compensada pelos contratos de hedge (proteção), a maior parte no Brasil. Os acertos são feitos na B3 (Bolsa de São Paulo).

No entanto, do ponto de vista contábil, a desvalorização em si dos investimentos em dólar precisa ser registrada no balanço dos bancos como prejuízo fiscal.

Pelas regras do BC, prejuízos fiscais reduzem o nível de capital próprio exigido das instituições para que possam operar. O nível de capital próprio é o principal fator considerado pela autoridade monetária no cálculo de quanto um banco pode, por exemplo, oferecer em empréstimos aos clientes.

Se um banco sofre redução de capital próprio, os clientes terão menos oferta de crédito e isso, para o BC, seria preocupante no momento em que os brasileiros necessitam de fontes de financiamento para superar as dificuldades causadas pela pandemia.

Sancionada em julho, a MP convertida em lei autorizou a União a taxar os investimentos protegidos no exterior. A nova norma não põe fim ao hedge —considerado um instrumento fundamental para quem tem negócios no exterior, bancos, exportadores, multinacionais, por exemplo.

As regras vieram como resposta a uma tendência de alta do dólar no início da crise, quando os bancos começaram a reduzir os investimentos no exterior (redução no capital).

A pressão cambial causada por esse movimento não foi desprezada pelo governo e pela equipe econômica.

Segundo dados do BC, em março, somente em overhedge, os bancos tinham US$ 53 bilhões. No final de junho, esse estoque já era de US$ 37,7 bilhões.

Hoje, estima-se que esteja em US$ 30 bilhões.

Em live do Itaú, em novembro, o diretor de Política Econômica do BC, Fabio Kanczuk, sinalizou para uma possível intervenção no câmbio caso corrida por dólar no fim deste ano pressione o dólar.

"O mercado precisa ser espesso, grosso o suficiente para aguentar um fluxo muito grande que vai acontecer no finalzinho do ano, e o Banco Central [está] pensando em alternativas de como não deixar que esse fluxo seja disruptivo", disse.

"A gente tem dúvida se mercado tem espessura suficiente para isso e acha que vai precisar dar alguma ajuda para isso não chacoalhar e com isso o Brasil inteiro sair prejudicado".

O comentário de Kanczuk fez o dólar baixar e o BC divulgou uma nota à imprensa dizendo que "não antecipa eventuais decisões sobre intervenção, rejeitando quaisquer interpretações neste sentido".

Via assessoria, o Banco Central disse que monitora continuamente o mercado de câmbio e suas "atuações visam apenas a manutenção de seu normal funcionamento".

A assessoria da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) disse que o setor considera a lei positiva porque "elimina de forma gradual uma assimetria no tratamento dos investimentos no exterior que, em determinadas situações, pode ter efeito averso no capital regulatório dos bancos".

192%
acima do valor do investimento era quanto os bancos faziam de hedge para compensar o custo tributário da operação

R$ 5,20
foi a quanto o dólar fechou nesta quinta-feira

Instituições poderão pagar mais dividendos

Os bancos foram autorizados a remunerar mais seus acionistas neste ano. O CMN (Conselho Monetário Nacional) flexibilizou resolução anterior, que limitava os pagamentos para assegurar recursos ao sistema financeiro para o enfrentamento da Covid-19. A restrição original havia sido adotada em abril para fortalecer o caixa dos bancos, manter o fluxo de crédito na economia, assegurar estabilidade ao sistema financeiro e suportar eventuais perdas decorrentes do cenário adverso. Na época, foi vedado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo previsto em lei ou, no caso das sociedades limitadas, acima do previsto em contrato social. A medida era válida até o fim de setembro e, em maio, foi prorrogada até o fim do ano. Agora, o CMN autorizou a distribuição de resultados, inclusive sob a forma de antecipação, até o correspondente a 30% do lucro líquido do banco ou até o montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no estatuto ou contrato social (o que for maior). A decisão é tomada após um ano em que o governo criou diferentes programas com garantia do Tesouro Nacional para destravar empréstimos, principalmente para empresas pequenas. O BC estima que o potencial de distribuição de resultados passará de R$ 30 bilhões para R$ 36 bilhões.

Investidor busca proteção e dólar tem alta de 0,71%

SÃO PAULO O dólar encerrou a sessão desta quarta-feira (23) com alta de 0,71%, a R$ 5,20. Foi a quarta alta consecutiva da moeda, que somou 2,30% de valorização no período.

O movimento foi impulsionado pela volta dos investidores às posições de hedge, com o intuito de proteger aplicações em outros mercados diante de notícias como a mutação do coronavírus encontrada no Reino Unido, por exemplo.

Já a Bolsa subiu 1%, aos 117.806 pontos. O tom positivo veio na esteira dos mercados internacionais, que também encerraram a sessão desta quarta no azul.

Por aqui, o destaque ficou com as blue chips — termo usado para descrever ações de primeira linha, que são seguras e de empresas em excelente condição financeira. Petrobras fechou com altas de 2,15% (ordinárias) e 2,45% (preferenciais). Bradesco subiu 2,13% (ON) e 2,28% (PN), Banco do Brasil com avanço de 1,64%, Itaú de 2,20% e Santander de 1,91%.

No exterior, as expectativas sobre uma recuperação econômica ditaram o bom humor do mercado mesmo depois de uma fala do presidente dos EUA, Donald Trump, que ameaçou não sancionar um projeto de lei de alívio à pandemia.

Entre os principais índices americanos, S&P, Dow Jones e Nasdaq encerraram a sessão em alta de 0,07%, 0,38% e 0,23%, respectivamente.

Na Europa, as expectativas em relação ao Brexit também deram fôlego ao mercado. O Euro Stoxx 50, um dos principais índices acionários europeus, subiu 1,19%.

Cida Bento
A colunista está de férias

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 28/12/2020	Página:

O GLOBO

Desigualdade vai aumentar em 2021, com alta apenas da renda dos mais ricos

Famílias que ganham partir de R$ 19,4 mil mensais representam só 3,4% dos lares devem se beneficiar mais rapidamente da recuperação econômica, diz estudo

Cássia Almeida e Carolina Nalin*

28/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 28/12/2020 - 07:42

RIO — O aumento da desigualdade deve marcar o ano de 2021, se forem confirmadas as projeções da Tendências Consultoria de que somente a renda dos mais ricos, da classe A, vai aumentar no ano que vem. São famílias que têm renda domiciliar a partir de R$ 19,4 mil por mês e representam apenas 3,4% dos lares, segundo estudo exclusivo da consultoria. As previsões indicam que os rendimentos das classes B, C e D/E vão cair no próximo ano.

Segundo Alessandra Ribeiro, sócia e diretora da área de Macroeconomia e Análise Setorial da Tendências, os que estão no topo da pirâmide de renda se beneficiam mais rapidamente de uma recuperação, mesmo que gradual, daí a previsão de alta de 2,7% nos rendimentos. Além disso, essa camada da população sofreu menos com a crise, a ponto de não ter perdido renda mesmo em um ano de queda de mais de 4% do PIB.

— É uma classe que concentra empregadores e funcionários públicos — afirma Alessandra.

O economista Daniel Duque, da Fundação Getulio Vargas (FGV), atribui essa melhoria ao perfil do trabalhador dessa camada da população. Os mais escolarizados, que conseguiram manter o emprego trabalhando remotamente, mantiveram a renda. E são esses os que têm salário maior:

— Os mais ricos, mais qualificados, se protegeram bem na pandemia. Conseguiram trabalhar em home office, o que até impactou positivamente as finanças dessas famílias, que economizaram com transporte, com carro.

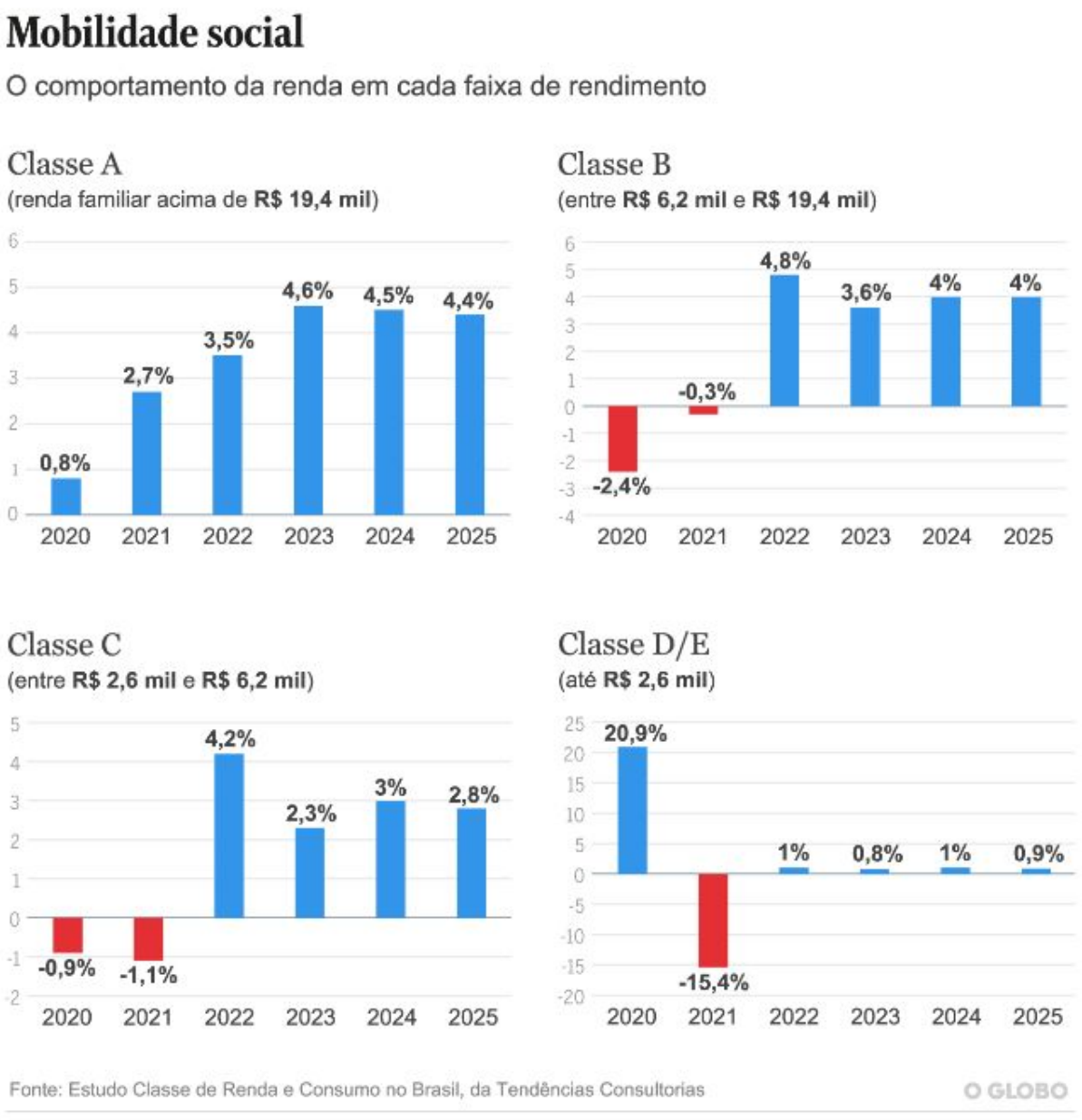
Queda de 15,4% na renda

Em 2020, a renda dos mais pobres subiu 20,9%, impulsionada pela injeção mensal de R$ 55 bilhões do auxílio emergencial. O benefício foi reduzido à metade — de R$ 600 para R$ 300 — desde setembro e será extinto no fim deste ano.

Sem ele, a perspectiva é de queda acentuada no rendimento das famílias das classes D/E, que ganham até R$ 2,6 mil por mês. Segundo a Tendências, a redução será de 15,4% nos rendimentos, aumentando a distância social num país que já é o nono mais desigual do mundo, como mostrou o IBGE no mês passado.

O tamanho da crise econômica deste ano também pode ser medido pelo número de famílias que ingressaram no estrato mais baixo de rendimentos: 2,3 milhões. A projeção da consultoria indica que, em 2021, mais 930 mil famílias passarão a fazer parte das classes D/E.

— Nesse ano de 2021, vamos ver o reverso da medalha. As classes D/E vão sofrer com o efeito adverso do mercado de trabalho, sem a transferência de renda para sustentar. Em um cenário de retomada gradual, a saída do auxilio emergencial não é compensada pelo mercado de trabalho — diz a diretora da área de Macroeconomia e Análise Setorial da Tendências.



Marilene Lima de Jesus, de 37 anos, trabalhava em uma padaria duas vezes por semana, mas foi dispensada no início do ano. Os serviços como pedreiro prestados pelo marido, com a ajuda de um de seus cinco filhos, costumavam manter a renda familiar. Só que os bicos têm ficado escassos, e a família tem dependido ainda mais do auxílio emergencial, já que é a única renda garantida no fim do mês.

— A situação está crítica porque as obras pararam. Aqui são sete pessoas vivendo do auxílio, é complicado demais. Quando o auxílio acabar, vai ser só Deus por nós — conta Marilene, que segue à procura de emprego: — Em dezembro a gente sabe que as lojas começam a contratar. Coloquei muitos currículos com a minha experiência como repositora, atendente, operadora de caixa… Não consegui nada. O desemprego está muito alto.

E segundo as projeções, vai levar tempo até que essas famílias consigam voltar a registrar alta significativa nos rendimentos. Após a queda em 2021, as classes D/E devem ter ganhos entre 0,8% e 1% ao ano até 2025, último período do estudo, em um cenário próximo da estabilidade.

Neste intervalo, não há previsão de reajuste real do salário mínimo, somente a correção da inflação, o que não aumenta o poder de compra das famílias.

Marcelo Neri, diretor da FGV Social, que usa um corte de renda menor que a Tendências (de até meio salário mínimo per capita), prevê que mais 15 milhões vão cair na pobreza, com o fim do auxílio:

— De setembro para outubro, já vimos a pobreza aumentar em 17% com o corte pela metade do auxílio. Isso é um trailer do que vai acontecer no ano que vem.

Na classe A, a previsão é que, após o aumento de 2,7% em 2021, a retomada da economia se traduza em ganhos anuais acima de 4% até 2025.

— Vamos continuar com dificuldade para reduzir a desigualdade social. Esse é um dos pontos da nossa análise, inclusive para um horizonte de dez anos — afirma Alessandra.

Classe média encolhe

Já a classe média, a classe C, que encolheu em 2020, vai continuar diminuindo em 2021, com 250 mil famílias caindo para a faixa de renda mais baixa. Com cerca de 87% dos ganhos vindos do trabalho, ela vai sofrer com a crise no mercado.

Duque, da FGV, estima que a taxa de desemprego chegue a 15,6% entre o segundo e o terceiro trimestres:

— O mercado de trabalho não voltou nem está próximo de voltar ao que era antes da pandemia.

Quem estava no meio da pirâmide de renda sentiu os efeitos da piora do mercado de trabalho e não contou com o benefício do governo.

“A migração das famílias mais pobres para a classe média deve ser lenta, tendo em vista o fim do bônus demográfico (período em que há um maior número de pessoas em idade ativa aptas a trabalhar na comparação com a população dependente, como crianças e idosos), o crescimento econômico médio do país abaixo dos 2,5%, a ausência de valorização real do salário mínimo e o menor gasto em políticas de transferência de renda nos próximos anos”, diz o estudo.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia/Capital
Data: 28/12/2020	Página:

O GLOBO

Bolsonaro sanciona nova lei para recuperação judicial com vetos

O presidente vetou um trecho que permitia a suspensão da execução de dívidas trabalhistas

Gabriel Shinohara

25/12/2020 - 12:18 / Atualizado em 25/12/2020 - 14:54

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro sancionou na noite de quinta-feira, com vetos, o projeto que reforma a Lei de Recuperação Judicial e Falências. O texto atualiza a legislação de 2005 e visa dar fôlego para empresas em dificuldades financeiras.

A recuperação judicial pode ser acessada por uma empresa que não tem mais capacidade de honrar seus pagamentos. Nessa situação, ela entra na Justiça com o pedido de recuperação e, se for aceito, o negócio fica protegido por um período contra a execução de suas dívidas. Com isso, ganha tempo para apresentar um plano de reestruturação e negociar seus débitos com credores.

Aprovado no fim de novembro pelo Senado, o texto teve seis trechos vetados por Bolsonaro. Entre eles, o que permitia a suspensão da execução das dívidas trabalhistas. De acordo com o governo, o trecho poderia prejudicar o interesse dos trabalhadores e causar insegurança jurídica por estar em "descompasso" com a legislação vigente que prioriza os créditos trabalhistas e relacionados a acidentes de trabalho.

O presidente também vetou outros artigos que previam benefícios fiscais sem a previsão de cancelamento de outra despesa. Por exemplo, um trecho estabelecia que, na hipótese da renegociação de dívidas de empresas em recuperação judicial, a receita obtida pelo devedor não seria computada no cálculo do PIS, do Pasep e do Cofins.

“Entretanto, e embora se reconheça a boa intenção do legislador, tais medidas ofendem o princípio da isonomia tributária, acarretam renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que viola o art. 113 da ADCT, e o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

A lei passou a valer com sua publicação. Já os trechos vetados deverão ser analisados pelo Congresso Nacional.

Novidades com a nova lei

Uma das principais mudanças da nova lei é no pagamento das dívidas com o governo. Na legislação sancionada, as empresas poderão dividir o pagamento de créditos inscritos na dívida ativa em até 10 anos. Na versão anterior, esse prazo máximo era de sete. Além disso, o governo poderá perdoar até 70% do montante a receber.

Para definir esse desconto, o governo avaliará, entre outros pontos, a chance do crédito ser perdido considerando o risco de falência.

Outro ponto que foi alterado deve facilitar a entrada de dinheiro novo nas empresas em recuperação judicial, parte importante do processo de reabilitação. A legislação anterior não tinha regras definidas para financiamentos, o que dificultava a negociação com os bancos. A nova lei já estabelece que empréstimos têm prioridade de pagamento, o que torna mais fácil tomar os recursos nas instituições financeiras.

A lei também facilita o reinício das operações de empresas que decretaram falência. Com a lei antiga, as empresas nessa situação só podiam voltar a operar depois de cumprir todas as obrigações determinadas na sentença. Com a alteração conhecida como “fresh start”, as empresas poderão fechar de maneira mais ágil ou vender suas operações a interessados, de modo a resolver logo as suas dívidas.

Veículo: O Globo	Caderno: Economia/Capital
Data: 28/12/2020	Página:

O GLOBO

Bares e restaurantes de São Paulo terão alta de ICMS em janeiro e associação teme colapso

Por Mariana Barbosa

28/12/2020 • 07:00

Em meio a um cenário de aumento de casos de contaminações de Covid-19 que poderá levar à imposição de novas restrições de funcionamento, os bares e restaurantes de São Paulo vão começar o ano com um aumento de tributos: a partir de 15 de janeiro, a alíquota de ICMS do setor vai aumentar em 15%.

O setor tem sido um dos mais afetados pela pandemia. Segundo o Sindresbar, que representa bares e restaurantes, dos 350 mil estabelecimentos abertos antes da pandemia no Estado de São Paulo, 25% fecharam as portas definitivamente. As demissões passam de 80 mil. Estima-se que o fechamento dos estabelecimentos por 20 semanas ao longo do ano deverá levar a uma queda de faturamento da ordem de 40% neste segundo semestre.

O aumento do ICMS é resultado da redução de abatimentos ou isenções de ICMS e está previso no decreto que regulamenta a Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece poderes para o executivo estadual realizar um ajuste fiscal. No caso de bares e restaurantes, a alíquota, que era de 3,2%, passará a 3,69% com a eliminação de abatimentos — um aumento de 15%.

A retirada de benefícios afeta também a cadeia agropecuária, incluindo produtores de frango, ovos e suínos e a fabricação de fertilizantes e rações, entre outros setores como a cadeia da saúde. Levantamento da Associação Paulista de Supermercados estima que os alimentos básicos — incluindo leite, frutas, legumes e verduras, carnes e pães — podem ficar até 4,32% mais caros.

— A situação do setor é muito grave e não tem momento mais inoportuno para um aumento de impostos — diz Sylvio Lazzarini, fundador do Varanda Grill e associado do Sindresbar.

O Sindresbar e a Associação Nacional dos Restaurantes (ANR) tentam adiar por 90 dias a entrada em vigor das novas alíquotas. Para o presidente da ANR, Cristiano Melles, o aumento pode levar o setor "ao colapso".

Veículo: O Globo	Caderno: Economia/Capital
Data: 28/12/2020	Página:

O GLOBO

Grupo de estatais pode representar risco para o Orçamento, diz Tesouro

Relatório identifica conjunto de companhias, que inclui Infraero e Correios, com perdas de R$ 23,7 bi em 5 anos e que podem se tornar dependentes da União

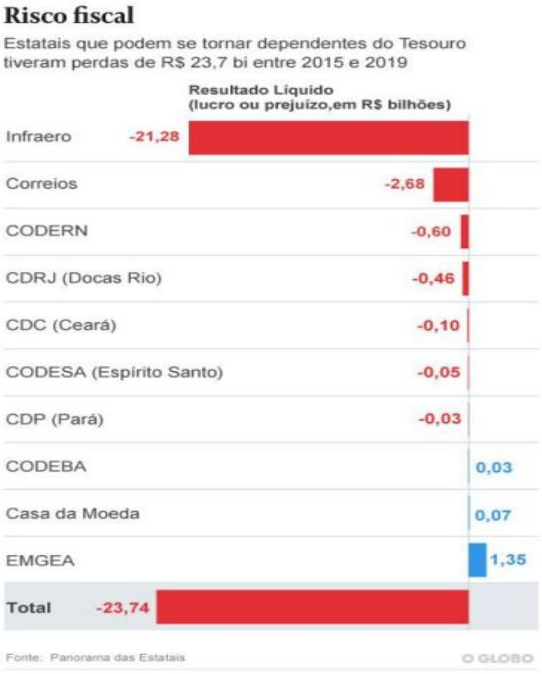
Marcello Corrêa

24/12/2020 - 04:30

BRASÍLIA - Estatais apontadas pelo Tesouro Nacional como riscos para as contas públicas da União acumularam perdas de R$ 23,7 bilhões entre 2015 e 2019. O valor é a soma de resultados registrados por empresas citadas em um relatório da pasta divulgado em novembro como casos preocupantes.

Companhias com problemas financeiros correm o risco de passar a depender do governo para pagar salários e custear operações básicas. Na semana passada, o Ministério da Economia sugeriu, e o Congresso aprovou, mudança nas regras do Orçamento para permitir que empresas nessa situação possam aprovar um plano de recuperação antes de se tornarem dependentes.

As empresas citadas são Infraero, Emgea, Correios, Casa da Moeda, além das seis Companhias Docas. Segundo o Tesouro, elas registraram melhora nos resultados em 2019, mas os anos de 2020 e 2021 podem ser desafiadores.



“As demonstrações financeiras de 2019 apresentaram tendências de melhorias em algumas empresas, mas possível agravamento da situação financeira em outras, o que eleva a expectativa em relação ao desempenho de 2020 e 2021, sujeito a fatores econômicos, de mercado, de legislação, entre outros”, diz trecho do Relatório de Riscos Fiscais, divulgado em novembro.

O prejuízo acumulado em cinco anos, compilado pelo GLOBO com base no Panorama das Estatais, é concentrado nos resultados da Infraero, que ficou no vermelho em todos os anos analisados, com resultado negativo de R$ 21,2 bilhões no período.

Os Correios tiveram perdas em 2015 e em 2016, mas registraram recuperação parcial nos anos seguintes. Emgea, Casa da Moeda apresentam resultados positivos, assim como parte das Companhias Docas, destacadas no documento.

O economista Josué Pellegrini, consultor da Instituição Fiscal Independente (IFI), diz que é importante notar o volume de aportes a empresas consideradas não-dependentes. Segundo ele, injeções de recursos recorrentes podem ser sinal de que o dinheiro da União não está sendo usado para investimentos, mas para custear despesas.

— O governo precisa decidir sobre o processo de privatização dessas empresas e as que não vai manter porque não se justifica mais. Todas as que estão em situação ruim precisam passar pelo saneamento, mesmo que seja para continuar estatal sem ficar dando prejuízo — afirma Pellegrini.

A legislação prevê que empresas que recebem aportes para pagar despesas correntes sejam classificadas como dependentes. Uma mudança de regras, porém, foi incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as bases do Orçamento. De acordo com o texto, aprovado pelo Congresso semana passada, empresas que apresentarem risco de se tornarem dependentes poderão aprovar um plano de reequilíbrio para evitar a mudança de classificação.

Empresas negam risco

Marcello Guimarães, presidente da Swot Global Consulting, diz que mudança é boa.

— É uma forma de dar para a sociedade um respaldo e dizer o seguinte; a privatização é indicada porque essa empresa teve um período de possibilidade de melhoria e não demonstrou, mesmo com todos os incentivos que foram criados — afirma.

Procuradas, as empresas citadas no relatório descartaram o risco de se tornarem dependentes. A Infraero disse que espera fechar 2020 com caixa na faixa de R$ 50 milhões, “o que reforça a autossuficiência da empresa em relação a recursos do Tesouro”.

Os Correios disseram que há uma tendência de recuperação do negócio, mas a continuidade do processo dependente do cenário econômico: “Cita-se o contexto econômico mundial, duramente afetado pela pandemia”.
A Emgea afirmou que “não há qualquer sinal de que a empresa se torne dependente da União”. Já a Casa da Moeda afirmou que tem perspectivas positivas para restabelecimento da situação financeira. “Não incide a hipótese de que a Casa da Moeda venha a se tornar estatal dependente da União.”

As Companhias Docas, se manifestaram em nota conjunta. “As Companhias Docas não são dependentes da União e a tendência é que se tornem cada vez mais independentes”.

Veículo: Estadão	
Data: 24 a 28.07.2020	Caderno: Economia

Reforma em impostos deve ampliar transação tributária

Mecanismo permite uma negociação para solução de conflitos fiscais entre governo e contribuinte de forma individual

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo
27 de dezembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer aproveitar a reforma tributária para ampliar a transação tributaria – mecanismo que permite uma negociação para a solução de conflitos fiscais entre o governo e o contribuinte individualmente.

Uma lei facilitando a transação tributária foi aprovada no início da pandemia da covid-19 e tem sido considerada bem-sucedida pelo Ministério da Economia. Um modelo apontado pelo ministro como mais eficiente do que os tradicionais Refis (parcelamento de débitos tributários).

A proposta por trás da ideia vem sendo chamada de “passaporte tributário” para o novo regime de regras que surgirá com a aprovação da reforma pelo Congresso. Uma oportunidade para o contribuinte acertar o passado quando a reforma tributária entrar em vigor.

Uma fonte da equipe econômica explicou que a ideia é que a transação tributária se aplique a um espectro mais amplo de casos. Por exemplo, o contencioso do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) - contribuição previdenciária, incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, contenciosos.

O ministro Paulo Guedes também pretende incluir na proposta a possibilidade de revisão do valor declarado dos imóveis à Receita que está muito defasado. Para isso, o contribuinte paga um imposto em torno de 5%. Essa proposta já foi discutida pelo Ministério da Economia em 2019, mas não andou.

Vantagens

Para o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados, a transação tributária é um caminho que deve ser cada vez mais incentivado e aprimorado. “Havendo a possibilidade de composição, é melhor para todos os envolvidos. Melhor para os contribuintes que não terão que conviver com a incerteza do tributo até um pronunciamento final do poder judiciário (que não raro demora mais de uma década), e melhor para o Fisco que recebe logo os recursos que tanto precisa”, diz ele.

Na sua avaliação, a transação pode ser a solução para o fim da cultura do Refis. “É só comparar com outros países onde há institutos semelhantes, como Portugal, que há muito tempo pratica a arbitragem tributária”, ressalta. Bichara tem dúvidas, porém, se o passaporte tem

potencial para a arrecadação de maneira considerável, pois só se aplica a litígios em que há possibilidade concreta de acordo. Hoje, os grandes contenciosos estão esperando julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Guedes avisou à equipe que quer que o passaporte tributário seja a quinta fase da reforma. Até agora, foi enviada apenas a primeira fase da reforma.

Veículo: Estadão	
Data: 24 a 28.12.2020	Caderno: Economia

Uma nova ideia de reforma tributária

Daniel Calderon*
25 de dezembro de 2020 | 08h00

Daniel Calderon. FOTO: DIVULGAÇÃO

A tão aguardada reforma tributária ganha novos capítulos a cada proposta discutida pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Especulações à parte, representado contadores e advogados da área tributária que realmente pensam na adequação social dos tributos, gostaria de exemplificar algumas mudanças substanciais que poderiam fazer um efeito positivo em nossa pesada carga atual.

A minha proposta parte da progressividade na tabela de Imposto de Pessoa Física, com alíquotas progressivas maiores dos que os atuais 27,5% para maior renda, ou seja, os que ganham mais. Isenção de IR para quem ganha até R$ 6 ou 7 mil mensais, com novo imposto para compensar.

Chamaria esse novo imposto a ser criado de IGL + T. Imposto sobre Grandes Lucros e Tecnologia. Como funcionaria? Todas as empresas

que apresentarem um lucro líquido (aquele lucro final, já descontado todas as despesas, custos e impostos), no valor entre R$ 100 milhões e R$ 1 Bilhão, pagaria 1% de IGL. Empresas de lucro líquido acima de R$ 1 bilhão, pagariam 2% de IGL. Em troca desse novo imposto, todas as pessoas físicas com renda até R$ 6 ou 7 mil deixariam de pagar Imposto de Renda.

Como sei quais empresas seriam tributadas? Fácil, basta pegar as demonstrações financeiras publicadas com base nas normas contábeis vigentes e verificar o lucro líquido. Assim, não terá brecha jurídica para não pagar imposto. Seria feito de maneira simples, com as formalidades e legalidades previstas.

Imagina o efeito disso. Primeiro em relação a arrecadação. Existem no Brasil, em média anual, mais de 500 empresas nessa situação. Considerando que a soma desse lucro líquido é de centenas de bilhões, o valor a ser arrecadado é de aproximadamente alguns bilhões.

Agora, vamos imaginar o efeito de quem ganha R$ 6 mil por mês e tem descontado 27,5% de IR, ou seja, R$ 1.650,00. Esse valor ficaria diretamente no bolso dessas pessoas. Qual seria o efeito dessa mudança ? Estes milhões de trabalhadores, sem dúvida nenhuma, poderiam vislumbrar novas oportunidades educacionais para seus filhos, ter um plano de saúde adequado, consumir novos produtos e serviços. Uma menor escala populacional se utilizando do sistema publico, ajudando a desafogar todo o sistema e consequentemente diminuindo os gastos públicos.

Além disso, esse novo consumo das pessoas reflete em grande escala na arrecadação do governo dos impostos que incidem sobre os produtos e

serviços, com mais gente consumindo, estimulando a concorrência entre empresas, novas oportunidades de empreendedorismo, geração de novos empregos, enfim girando a economia. Seria uma espiral de novos consumos que geram toda a rotatividade econômica que precisamos. O imposto sobre o consumo, com certeza terá uma arrecadação maior. E, de cara, podemos simplifica-los para em segundo momento diminui-los.

Claro que os pessimistas pensariam: quem garante que essa sobra de valor será consumida? Ora, quem está nessa faixa de renda, com certeza não pensaria em especular o dinheiro, como aqueles dividendos que os acionistas levariam na diferença de 1% ou 2% a menos que a empresa de lucro bilionário pagaria. Seria consumo, com certeza, com melhoria de vida e de bem estar.

E quem me garante que as empresas não aproveitariam o imposto zero da renda mais baixa para diminuir salários? Ora, se as grandes fizerem isso, aumentam seus lucros e por consequência o IGL de que falei acima. Além disso, mesmo que ao longo do tempo fizerem isso, ainda sim acredito que a renda será maior do que a antiga.

Com o passar do tempo, com mais renda, os contribuintes das classes menos favorecidas terão mais oportunidades. Vou seguir com um exemplo excelente do historiador Yuval Noah Harari, na sua obra best seller “Sapiens: uma breve história da humanidade”. Ele diz que o crédito é um tributo às capacidades incríveis da imaginação humana, que se baseia na confiança das pessoas em um futuro melhor do que a situação atual.

Imaginemos, reprisando o exemplo utilizado pelo autor israelense, que alguém decide abrir um banco e recebe o depósito de um empreiteiro, no valor de R$ 1 milhão. Pois bem, na sequencia o banqueiro recebe a visita de uma chef que deseja abrir uma padaria, mas não possui dinheiro suficiente. Ela pede ao banco um empréstimo de R$ 1 milhão para construir sua padaria. E contrata o mesmo empreiteiro antes citado para fazê-lo. Este empreiteiro constrói a padaria da chef e recebe como pagamento um cheque de R$ 1 milhão, que deposita no banco. Agora o empreiteiro tem R$ 2 milhões depositados no banco, mas na verdade só há R$ 1 milhão realmente na instituição financeira.

Este é o crédito, que somente pode existir com base na mútua confiança entre os envolvidos: o banqueiro, o empreiteiro e a chef. E porque todos eles esperam que o futuro seja melhor: a chef confiando que vai vender pães suficientes para ter dinheiro, o banqueiro confiando que a chef lhe pague o empréstimo e o empreiteiro confiando na solvência do banqueiro.

Esta confiança no futuro que possibilitou, segundo o citado autor, o "crescimento do bolo", ou seja, um aumento da riqueza mundial. Quando se gera riqueza, mais se aumenta o bolo e todos podem aumentar sua fatia. E quanto mais desenvolvimento e crescimento econômico há, mais a confiança no futuro aumenta. E quanto mais confiança, mais crédito é disponibilizado no mundo.

Outro efeito relevante do novo imposto: essa sobra de lucro líquido tributada nesse novo imposto, deixaria de estar nas mãos do mais ricos e do mercado especulativo para passar ao consumo da classe mais baixa.

Aí vem outro ponto de minha percepção como técnico da área contabil e tributaria. Como bem disse o jovem historiador holandês, Rutger Bregman, temos que tributar a renda preguiçosa. Demonstro o que significa isso aqui no Brasil.

Mais um exemplo: Um trabalhador com aquela mesma renda de R$ 6 mil, paga IR de 27,5%. Um investidor na Bolsa de Valores, em uma operação comum, com ganho de R$ 6 mil paga 15%. A primeira vou chamar de renda do trabalho, a segunda de renda especulativa, de segunda renda. Qual é a renda mais justa de se tributar mais? Então, concluo aqui que as rendas de aplicações financeiras e do mercado de ações também devem subir alguns pontos percentuais. É justo, é renda não essencial. Não estimula a economia, gera nova renda especulativa, que gera nova renda financeira.

Outra renda que deveria ter uma tributação federal é a de herança e doação. Além do ITCMD, precisamos cravar alguns pontos percentuais em um tributo federal para esse patrimônio, fruto de renda não conquistada por quem recebe, aquela “renda não suada”.

Por fim, lembra do +T, citado acima. Vamos a ele. Temos que lançar um imposto sobre a tecnologia e seus monopólios. Aqui, abro sugestões de como fazer isso, como chegar na base de cálculo adequada e quais atividades especificas entrariam nesse imposto. Para as grandes empresas de tecnologia que detém uma fatia gigante do mercado, um número gigante de usuários e ainda contribuem pouco com a causa tributaria. Nosso sistema tributário é da década de 1960 e nessa época, a economia era voltada as indústrias. Temos que listar e desenhar uma base de cálculo com base em fatia de mercado, ou então de faturamento e tipo de atividade para que os gigantes desse mercado

contribuam com uma fatia a mais nesse bolo de arrecadação. Nós, usuários de redes sociais e de aplicativos, smartphones, redes virtuais, jogos, deixamos para eles um poder absoluto de conhecimento sobre nós e sobre tudo que gira em nossa volta, é justo que se compartilhe em forma de imposto.

A questão é como sair da teoria e convencer o mercado e os políticos de tributar a parte de cima da pirâmide que, por interesse, nunca ousaram mexer?

Minha ideia: fazer uma consulta pública para essas empresas: Empresa A, estaria disposta a contribuir com mais 1% ou 2% do seu lucro líquido e em troca disso, todas as pessoas que ganham até R$ 6 mil não pagariam imposto? Se esse resposta fosse aberta e honesta a todos os brasileiros, 90 % das empresas, que não discordamos, já contribuem e muito para economia brasileira, em função de seus valores e até da repercussão de seus produtos e serviços e, mais ainda, com consumo até mesmo maior, falariam que sim.

Entretanto, se essa mesma pergunta fosse feita de maneira fechada, o resultado seria, como sempre foi, 90% responderiam – "Não, já contribuo demais".

Acredito que com essas medidas e outras ideias discutidas com profissionais que vivenciam a área tributaria no dia a dia, teremos uma economia mais adequada a realidade atual, impostos mais justos e preparada para receber a segunda fase da reforma tributária que teria que vir no futuro.

***Daniel Calderon é contador, advogado, empresário da área contábil e tributária e sócio da Calderon Contabilidade**

Veículo: Estadão	
Data: 24 a 28.07.2020	Caderno: Economia

Pagamento de auxílio superou a arrecadação em 79% dos municípios brasileiros

Queda de 2,2% na arrecadação de impostos como ISS e IPTU acabou sendo compensada pelo crescimento de 13,4% nas receitas de transferências, aponta estudo da Fenabrite

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo
25 de dezembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA – Em 4.403 municípios brasileiros, 79% do total, o valor injetado na economia local com o pagamento do **auxílio emergencial** à população vulnerável durante a pandemia da covid-19 superou a arrecadação com os impostos e taxas de competência municipal, como o ISS (serviços) e o **IPTU (propriedade urbana)**.

No total, segundo estudo da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), houve queda de 2,2% nas receitas próprias dos municípios (tributárias), mas que acabou sendo compensada pelo crescimento de 13,4% receitas de transferências, incluindo o socorro federal. Com isso, a receita geral teve um aumento

de 6,7%. O levantamento levou em conta 4.681 dos 5.570 municípios do País que repassam dados ao **Tesouro Nacional**.

O auxílio termina no dia 31 dezembro, sem uma solução para reforçar a rede de proteção para a população que vai perder o benefício e não tem outra fonte de renda. Essa dependência do benefício, a recuperação mais lenta do setor de serviços e as incertezas decorrentes do avanço da pandemia antecipam um risco maior para a atividade econômica dos municípios, aponta o estudo.

Para o presidente da Febrafite, Rodrigo Spada, até março essas incertezas não vão se resolver e seria necessária a prorrogação do benefício por mais alguns meses. “O auxílio vai acabar e não tem nenhum plano de saída e nem uma perspectiva de vacinação rápida”, disse. Ele defende uma prorrogação no trimestre e uma avaliação posterior em relação à necessidade de mais uma rodada da ajuda.

De acordo com Spada, a pandemia acentuou a desigualdade entre os Estados e municípios por causa do sistema tributário, o que reforça a necessidade da reforma em 2021. Boa parte das cidades é muito dependente dos serviços, que foram duramente afetados pelas medidas de isolamento social. As propostas de reforma preveem um tributo único, que seria cobrado de bens e serviços, e cuja arrecadação seria dividida entre União, Estados e municípios.

O estudo da Fibrafite, feito pelos economistas Vilma Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre, da Fundação Getúlio Vargas), e Juracy Soares, auditor fiscal do Estado do Ceará, aponta o impacto heterogêneo da covid-19 nas cidades, muito em função de como os serviços se recuperam. Por exemplo, os municípios mais intensivos em serviços prestados às famílias (como turismo, serviços domésticos,

salões de beleza, etc, que tiveram desempenho mais afetado pelos efeitos da quarentena) tendem a ter um impacto negativo em suas receitas tributárias próprias maior que em outros cuja predominância econômica ocorra em serviços que tiveram uma recuperação melhor no curto prazo.

Bens e serviços

A Febrafite já havia apresentado estudo anterior sobre os resultados do benefício aos vulneráveis nos Estados, que têm o seu principal imposto, o ICMS, cobrado sobre os bens, justamente produtos mais comprados com o dinheiro do auxílio. No caso do tributo dos municípios, o ISS incide sobre serviços, que além de terem sido mais impactados pela pandemia, são consumidos menos pelos mais pobres.

Segundo a pesquisadora Vilma Pinto, do IBRE/FGV, muito se discutiu sobre os impactos que o auxílio emergencial e as medidas de apoio da União desempenharam junto aos Estados, mas pouco se falou das consequências ao nível municipal.

A queda abrupta da renda do benefício aliada às incertezas é um risco, mesmo diante do fato de muitos prefeitos estarem com caixa mais gordo devido ao socorro do governo federal, como mostrou reportagem do **Estadão** há duas semanas.

Fora os setores de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais, armazenagem, auxílio a transportes e Correios, que tiveram impulso devido à alta na demanda por atividades ligadas ao e-commerce e delivery, os dados apontam que será necessário crescimento no volume de serviços em 6,5% para recuperar as perdas sofridas pela pandemia da covid-19. “É um desafio enorme, dadas as incertezas econômicas que ainda permanecem no Brasil”, diz Vilma.

Antes da pandemia, o desempenho dos serviços e do comércio varejista apresentavam trajetórias e níveis similares. Mas houve um distanciamento na recuperação. O comércio varejista se recuperou rapidamente, e já se posiciona acima do nível observado antes da pandemia (fevereiro de 2020). Já os serviços, apesar de terem apresentado melhora, ainda sofrem com os efeitos da covid-19.

Valor ECONÔMICO | Brasil

Economia quer reforma e aposta em transação tributária

Ideia é fazer limpeza de passivos, preparando as empresas, enquanto busca resolver impasse no Congresso

Por Fabio Graner — De Brasília

28/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Mesmo travada no Congresso, a equipe econômica segue acreditando que conseguirá fazer em 2021 uma reforma tributária. Embora ideias como o imposto sobre transações estejam suspensas, outros temas tributários estão ganhando espaço, como a ampliação do mecanismo de transação tributária - para renegociar dívidas do Funrural (problema que se arrasta com produtores rurais) e para encerrar disputas envolvendo divergências de teses tributárias na Justiça - e a permissão para se atualizar valores de imóveis, com antecipação de pagamento de tributo.

A ideia é fazer uma limpeza de passivos tributários, preparando as empresas, enquanto se tenta resolver no Congresso o desafio da simplificação e reestruturação do sistema tributário brasileiro.

O problema todo continua sendo político, admitem fontes da área econômica. Ao mesmo tempo que a maior parte dos textos das outras etapas da reforma está pronta dentro da Economia, os técnicos do governo vinham em negociações diretas com o relator da reforma, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Mas o processo não andou, apesar das promessas do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

PUBLICIDADE

Agora, com o processo sucessório na Câmara, as incertezas aumentam. O grupo de Maia quer essa reforma mais do que o grupo de Arthur Lira (PP-AL), candidato do Palácio do Planalto para chefiar a Câmara e que prefere antes aprovar a administrativa. Por outro lado, a relação de Lira com Guedes é bem melhor do que com Maia.

A Economia tenta resolver as questões dentro do relatório de Ribeiro, mas, se não for adiante, os projetos de lei e as PECs serão enviados para o Congresso votar.

Dentro das negociações com Ribeiro, por exemplo, foi proposta pela equipe econômica a ideia de redução da CBS para 10% (hoje ela está em 12%), para viabilizar um acordo com Estados e municípios em torno de um IVA federal de 22% - abaixo portanto dos cerca de 30% a 35% estimados pelo time de Guedes em relação ao desenho da proposta de IBS geral da Câmara e também dos 25% estimados pelo autor técnico da proposta da casa (a PEC 45), Bernard Appy.

Ribeiro ainda não manifestou para a Economia qual sua visão sobre essa proposta, que deve implicar perda de arrecadação, a ser compensada em outras áreas.

Nesse sentido, uma das propostas envolve fundos constitucionais, que hoje são administrados pelo governo federal e usados por meio dos bancos federais das regiões Nordeste e Norte. A ideia seria repassar o controle desses fundos, que têm um fluxo anual de mais de R$ 35 bilhões, para os governos dessas regiões que saírem “perdedores” nas reformas. É um jeito do governo de tentar resolver o problema sem a criação de um novo fundo de desenvolvimento regional, um dos temas de impasse entre Maia e Guedes.

A equipe econômica acredita também que parte da recuperação da arrecadação ao longo do tempo viria de um crescimento maior do PIB, além de outras iniciativas,

como a redução de benefícios tributários - deduções de educação e saúde no Imposto de Renda, por exemplo.

Na questão do IR, a mudança mais importante será para as empresas. A intenção é reduzir de 25% para 20% o IRPJ. A compensação viria em parte com a tributação de dividendos, prevista hoje para ficar em 20%, em um processo que visa também reduzir o processo de pejotização e aumentar o investimento das empresas. O IRPJ deve ter mudança de base de cálculo também, para evitar que no conjunto haja aumento de carga.

Outra etapa da reforma ataca os tributos indiretos. A Economia quer uniformizar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e deixar a cobrança em algo que vá de zero a no máximo 5%. Seria criado o que se convencionou chamar de “imposto do pecado”, para pesar a mão em produtos como cigarros, cujos efeitos negativos pressionam o sistema de saúde pública. As alíquotas variariam de 15% a mais de 30%, conforme produto e “externalidade negativa”.

A proposta de desoneração da folha de pagamentos com substituição pelo imposto sobre transações, que seria uma quarta fase da reforma, está suspensa, com as resistências dentro e fora do governo contra esse tributo. Mas a equipe econômica ainda acredita que o tema pode voltar à pauta, inclusive a pedido de parlamentares.

A ampliação da transação tributária e a ideia de permitir atualização de valores de imóveis (pagando antecipadamente uma alíquota de 4%, em vez de 15% sobre todo a valorização) estão sendo tratadas como uma nova etapa, a quinta, por seu caráter de limpeza de balanço das empresas. Mas na prática não mudam o sistema.

Para Fábio Calcini, sócio do escritório Brasil, Salomão e Matthes, a ampliação do mecanismo de transação tributária pode ser feito já com o que tem em vigor da lei, mas poderia haver aperfeiçoamentos, como ampliar as possibilidades de negociação de descontos e uso de prejuízos fiscais como moeda de pagamento. Também aponta que seria interessante uma rodada de dívidas com a Receita vencidas em até 90 dias. Além disso, o governo pode de fato dar amplitude permitindo a negociação de passivos decorrentes de controvérsias tributárias, que está prevista na lei, mas ainda não foi usada.

Valor ECONÔMICO | Opinião

Crédito deve se desacelerar com fim do apoio do governo

Caso se confirme o abismo fiscal previsto para o início de 2021, talvez seja necessário sustentar o crédito por mais tempo para evitar novo mergulho recessivo

28/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O crédito bancário foi um dos pilares de sustentação da economia na crise do coronavírus, puxado pelo corte da taxa básica de juros, novos subsídios, forte injeção de liquidez em reais e alívio nas regras prudenciais do sistema financeiro. No próximo ano, deverá ter um papel menos importante, devido ao fim de muitos desses programas oficiais, justamente quando a economia deverá sofrer um baque com a redução dos estímulos fiscais.

Dados divulgados pelo Banco Central mostram que, nos 12 meses encerrados em novembro, o crédito bancário apresentou um crescimento de 15,6%. À primeira vista, parece ter havido uma forte aceleração em relação ao ano anterior, quando avançara apenas 6,5%. Mas uma análise mais detalhada dos dados mostra que, na verdade, a oferta de financiamentos ao setor privado não cresceu de forma tão robusta.

Nos últimos anos, as grandes empresas vinham deslocando as suas fontes de financiamento do sistema bancário para o mercado de capitais. Já em fins de 2019 esse mercado começou a perder dinamismo, em virtude da desvalorização de papéis, que provocou queda nas cotas de alguns fundos de investimento. Com a pandemia, o mercado de capitais teve uma parada. Cresceu apenas 3,5%, bem menos do que a alta de 35% observada um ano antes.

Grandes empresas deslocaram a sua fonte de financiamento para os bancos, sacando linhas pré-contratadas para fortalecer o caixa nesse período de incerteza. Em 2019, o estoque de crédito bancário às grandes empresas havia caído 4% e, em 2020, apresentou uma expansão de 14,5%.

Nos primeiros meses após o choque do coronavírus, os financiamentos às micro, pequenas e médias empresas se mantiveram contidos. Deslancharam apenas quando o governo e o Congresso aprovaram novas linhas de crédito direcionado, com subsídios orçamentários. Também ganharam impulso depois que o Banco Central adotou medidas de assistência de liquidez que foram usadas por muitas instituições financeiras especializadas em empresas menores.

O crédito a pessoas físicas, por sua vez, apresentou uma grande desaceleração inicial. Pesou, em particular, a queda no volume de operações com cartão de crédito à vista, devido às medidas de distanciamento social. Mais recentemente, o fluxo de empréstimos começou a se normalizar, com a providencial ajuda dos agressivos cortes na taxa básica de juros pelo Banco Central. Nos 12 meses até novembro, o crédito às famílias cresceu 10,9%, muito próximo de recuperar a velocidade do ano anterior, de 11,9%.

Um dos aspectos menos reconhecidos nesta crise foi o papel do crédito para evitar uma recessão mais grave em 2020. Foi um trabalho penoso. Muitos dos novos programas não funcionaram num primeiro momento e precisaram de ajustes. O saldo, apesar desses contratempos, é positivo, comparando com as dificuldades em outros países, como os Estados Unidos, para canalizar financiamentos para a economia.

A dúvida é o que vai ocorrer no ano que vem, quando os subsídios de diversos programas vão acabar. A projeção do Banco Central, divulgada no Relatório de Inflação, aponta uma expansão de 7,8% do mercado de crédito bancário. Boa parte dessa desaceleração se deve aos empréstimos direcionados, entre os quais se encontram as linhas subsidiadas, que terão avanço de apenas 3,3% em 2021, bem abaixo dos 15,2% estimados pelo BC para este ano.

Os empréstimos livres também devem crescer menos, 11%, ante os 15,2% estimados para este ano. A premissa do Banco Central é que, em 2021, o mercado de capitais vai recuperar o seu fôlego, deslocando as grandes empresas que ao longo de 2020 tomaram financiamentos bancários.

Já o crédito às pessoas físicas deverá ter uma alta de 10,6%, mais ou menos em linha com o avanço neste ano. Embora a baixa de juros crie um ambiente favorável para empréstimos, o risco fiscal e a perspectiva de normalização da política monetária já afetam os custos de captação dos bancos. As famílias também estão mais endividadas, e o mercado de trabalho segue desfavorável.

O natural é que, depois de um ano atípico, que exigiu uma forte intervenção do governo, o mercado de crédito volte a andar com as próprias pernas. Mas, caso se confirme o abismo fiscal previsto para o início de 2021, talvez seja necessário sustentar o crédito por mais tempo para evitar um novo mergulho recessivo.

Conteúdo Publicitário Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Prepare-se para seguir rumo a um novo norte. E para encarar esse desafio, conte com uma nova lenda. O SUV que veio para te reconectar com o mundo 4x4.

MITSUBISHI

LINK PATROCINADO

O tênis cobiçado por jogadores de futebol

POOUPE

LINK PATROCINADO

Agora você pode personalizar seus produtos Avent do melhor jeito: com o nome do seu bebê!

PERSONALIZAÇÃO PHILIPS+VC

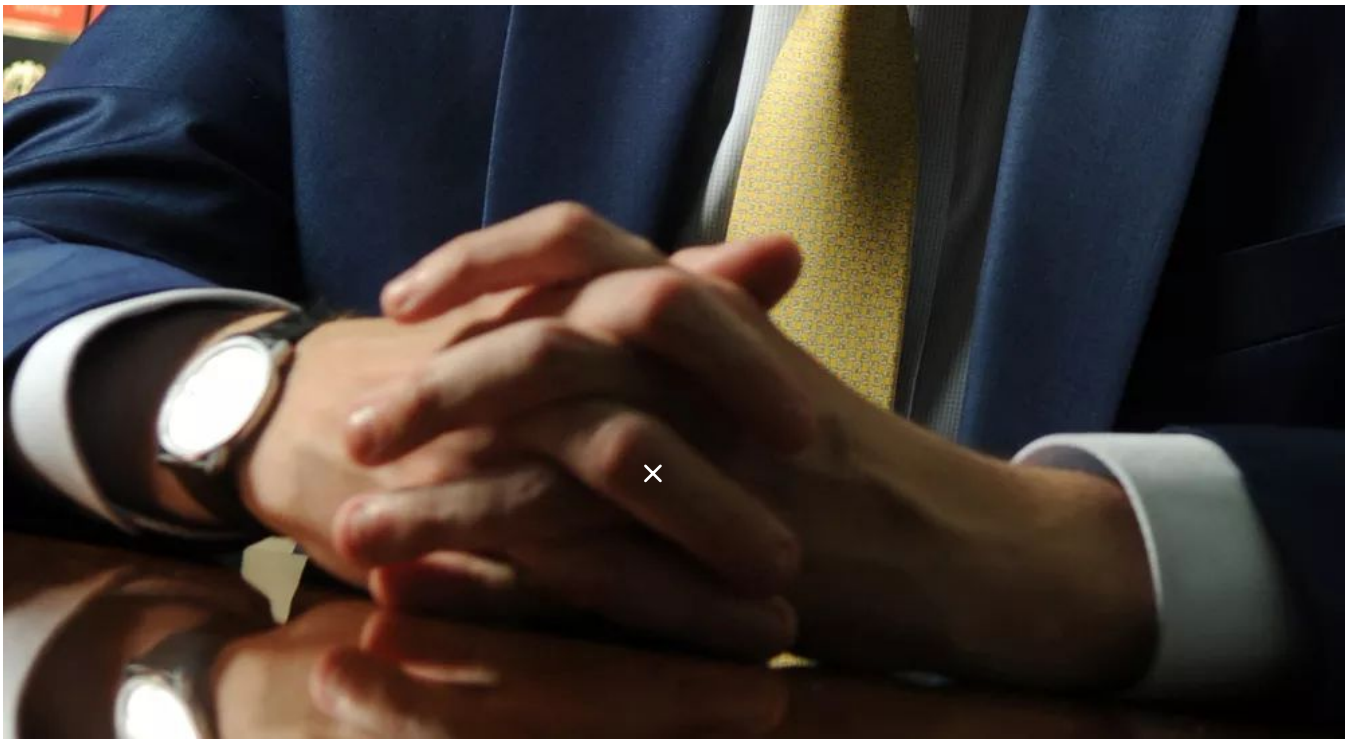
LINK PATROCINADO

Não perca a oportunidade de estudar com quem é referência na área da Saúde.

Empresas são inscritas na dívida ativa para negociar com o Fisco

Na Justiça, empresas alegam que somente o contribuinte inscrito pode aderir à transação tributária

Allianz
você tem com quem contar.



Fabio Calcini: medida acolhe o interesse público e eleva a arrecadação da União — Foto: Luis Ushirobira/Valor

Contribuintes foram ao Judiciário para pedir que fossem inscritos na dívida ativa da União. A medida é para garantir os benefícios da transação tributária, que é a possibilidade de negociação do pagamento de débitos com a Fazenda Nacional (Lei nº 13.988, deste ano). O prazo para a adesão à transação termina nesta terça-feira, dia 29.

Uma das empresas que conseguiu ser inscrita na dívida ativa da União foi a MAP Transportes Aéreos, que em 2019 se uniu à Passaredo formando a VoePass. Obteve liminar na 3ª Vara Federal Cível da Justiça do Amazonas. Afetada pela pandemia, a companhia tinha débitos com a Receita Federal. Contudo, somente o contribuinte na dívida ativa pode aderir à transação tributária.

Representante da empresa no processo, o advogado Fabio Calcini, do Salomão e Matthes Advocacia, entrou com um mandado de segurança no Judiciário em nome da MAP. Argumentou que a empresa precisava da certidão negativa de débitos, que não havia lei que impedisse o procedimento e a medida acolheria o interesse público da transação tributária, além de elevar a arrecadação da União.

PUBLICIDADE

“Sua inscrição na dívida ativa, com o fito de viabilizar a adesão à transação tributária, não acarretaria qualquer prejuízo para a União, muito pelo contrário, a impetrante [empresa] pretende cumprir com as suas obrigações tributárias, o que trará benefícios para ambas as partes”, diz na decisão o juiz Ricardo A. de Sales (processo n° 1022037-41.2020.4.01.3200).

De acordo com a Portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nº 14.402, deste ano, são passíveis de transação excepcional os créditos administrados pela PGFN cujo valor atualizado a ser objeto da negociação for igual ou inferior a R$ 150 milhões, com a possibilidade de parcelamento, com alongamento em relação ao prazo ordinário de 60 meses.

Segundo Calcini, a Receita Federal tem 90 dias para mandar débitos para a cobrança e inscrever a dívida no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (Cadin). “Mas com a pandemia as inscrições em dívida ativa foram suspensas por um período e o prazo para a adesão à transação se encerra no dia 29”, diz o advogado.

A advogada Priscila Faricelli, do escritório Demarest Advogados, recebeu demandas semelhantes de clientes. “O pedido para envio de débitos à divida ativa, para que possa ser feita a transação, é certamente justificável em razão da inércia da Receita Federal em regulamentar a Lei nº 13.988”, afirma.

Por nota, a PGFN diz que não há qualquer definição quanto à prorrogação do prazo para adesão à transação. Afirma, porém, que a procura, para as realizações de transações, tem sido muito grande e foi intensificada nos últimos dias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... **ver mais**

Os custos da falta de um plano para a vacinação

Um planejamento minimamente adequado conseguiria poupar muitas vidas, além de contribuir para a retomada da economia

28/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Enquanto os EUA e vários países da Europa, da América Latina e do Oriente Médio já iniciaram a vacinação contra a covid-19, o Brasil fica para trás, sem um plano claro e definido para a imunização. Por aqui, o presidente Jair Bolsonaro se empenha numa campanha de desinformação contra a vacina. Diz que não vai se vacinar, lança dúvidas sobre a Coronavac, desenvolvida no Brasil pelo Instituto Butantan e pela chinesa Sinovac, e afirma não ter pressa em iniciar a vacinação, num país em que já morreram mais de 191 mil pessoas pela doença. Além da tragédia da perda de muitas vidas, a demora tende a prejudicar a retomada da economia, que já vai enfrentar outros ventos contrários em 2021.

A vacinação em massa é o caminho mais eficaz para deter a doença. Diante disso, a estratégia óbvia de grande parte dos países foi planejar com antecedência a aquisição de vacinas para imunizar uma parcela expressiva de sua população, começando o processo o mais rápido possível. Não foi o que fez o governo Bolsonaro. No sábado, o presidente disse que não se sentia pressionado pelo fato de outros países já terem iniciado a vacinação, afirmando não dar “bola para isso”. Em 19 de dezembro, havia dito que “a pressa pela vacina não se justifica”, no mesmo dia em que vaticinou que a “pandemia estava chegando ao fim”. Ontem, porém,

afirmou ter “pressa em obter uma vacina, segura, eficaz e com qualidade, fabricada por laboratórios devidamente certificados”, mas que a questão da responsabilidade por reações adversas é “um tema de grande impacto e que precisa ser muito bem esclarecido”.

> **Além de evitar muitas mortes, planejamento ajudaria a economia**

PUBLICIDADE

A coleção de disparates de Bolsonaro a respeito do tema é ampla. Alguns dos mais graves são as seguidas declarações de que não pretende se vacinar, as críticas à imunização obrigatória e as ironias sobre a Coronavac. O presidente, que assinou uma medida provisória (MP) destinando R$ 20 bilhões para a compra da vacina, contribui ativamente para a campanha de desinformação sobre o assunto, que corre solta nas redes sociais e em grupos de WhatsApp.

Pesquisa feita pelo Datafolha neste mês mostra que 22% dos entrevistados não pretendem se vacinar contra a covid-19, percentual que era de 9% em agosto. Um terço dos ouvidos pelo instituto que afirmam confiar sempre em Bolsonaro diz que não vai tomar o imunizante. Além disso, metade dos entrevistados informa que não tomará uma vacina da China. Se uma parcela expressiva da população resiste a se vacinar, é mais difícil evitar a disseminação da doença.

O atraso na vacinação deverá ter consequências negativas para a economia. O maior otimismo em relação à atividade econômica global em 2021, especialmente no segundo semestre, se deve à expectativa de que uma parte expressiva da população em muitos países será imunizada. Se o Brasil ficar para trás nessa corrida, a retomada por aqui vai enfrentar um obstáculo importante.

Na visão dos analistas, o recrudescimento da covid-19 é um dos fatores que podem atrapalhar a recuperação da economia em 2021, num cenário em que as incertezas em relação às contas públicas e o fim do auxílio emergencial tendem a afetar o ritmo de expansão da atividade.

O Itaú Unibanco, por exemplo, estima que a economia brasileira deverá crescer no segundo trimestre 0,2% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, considerando uma média diária de 400 óbitos pela covid-19 no fim desse período. No entanto, se a média de mortes por dia no fim do primeiro trimestre ficar em 600, pode haver uma retração do PIB de 1,2% nos três primeiros meses do ano, calcula o banco.

Segundo o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, o que se observou é que "a mortalidade afeta a atividade diretamente, porque as pessoas passam a circular menos e usar menos serviços que implicam aglomeração, mesmo antes de qualquer restrição por parte das autoridades". Além disso, "elas passam a poupar mais também, pelo efeito precaucional", diz Mesquita. A média de mortes nos últimos sete dias ficou em 625, de acordo com o consórcio de veículos de imprensa.

Ainda que não se esperem restrições à mobilidade tão fortes como as adotadas no começo da pandemia, em março e abril, esse movimento deverá ter um impacto negativo sobre a economia brasileira.

Em relatório, o Itaú Unibanco nota que continua a haver "um aumento acelerado na curva de novos casos um pouco mais lento na curva de novas mortes", com base em números disponíveis até 22 de dezembro. "A utilização de capacidade hospitalar no país segue aumentando. O Estado de São Paulo anunciou a adoção da 'fase vermelha' durante os feriados de fim de ano, buscando reduzir o contágio em encontros sociais. É provável que outras regiões do país tomem decisões similares", afirma o banco.

Se o número de casos e mortes continuar a crescer ou se mantiver em níveis elevados, os segmentos de serviços que exigem maior interação social vão sofrer. É o caso dos setores de alojamento e alimentação, que incluem turismo, bares e restaurantes, e dos serviços prestados a famílias. São segmentos que empregam muita mão de obra.

Com o fim do auxílio emergencial, a recuperação do mercado de trabalho é fundamental para a economia não sofrer um baque muito forte. Desse modo, promover uma vacinação rápida e ampla é a melhor resposta também do ponto de vista econômico. Bolsonaro, porém, continua a tratar a pandemia com descaso. No caso das vacinas, também politizou ao máximo a discussão, por causa de sua disputa política com o governador João Doria (PSDB).

Em São Paulo, o plano do governo paulista é começar a vacinação em 25 de janeiro, mas o adiamento da divulgação do índice de eficácia da Coronavac, que teria ocorrido a pedido da Sinovac, levantou dúvidas a respeito da viabilidade do cronograma. Em entrevista à TV Brasil, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse que até o fim de janeiro haverá "vacinas iniciais, algumas em caráter emergencial, e a vacinação em massa, já com registro, a partir de fevereiro".

Como se vê, o Brasil começará a vacinação atrasado em relação a outros países, e não está claro qual fatia da população será atendida ao longo de 2021. Um planejamento minimamente adequado conseguiria poupar muitas vidas, além de contribuir para a retomada da economia.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário Links patrocinados

LINK PATROCINADO
Promoção Natal 100% Empreendedor!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO
Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.
CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO
O tênis cobiçado por jogadores de futebol
POOUPE

LINK PATROCINADO
Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

Valor ECONÔMICO | Brasil

‘2021 melhor só depende de nós mesmos’, diz Sachsida

Para secretário, é preciso avançar em reformas

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

28/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica: “Mesmo durante a maior crise de saúde pública da nossa história, a agenda econômica avançou” — Foto: Dênio Simões/Valor

O cenário externo estará a favor do Brasil no ano que vem, com juros baixos e alta nos preços das commodities. Isso dá base à expectativa do governo de ter um bom ano, após o vendaval sem precedentes de 2020. “Só depende de nós mesmos”, disse ao **Valor** o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida.

É necessário, porém, não descuidar do lado fiscal e avançar na agenda de reformas, segundo Sachsida. Ele acredita que, após o primeiro trimestre, quando ainda estará presente a insegurança quanto ao comportamento do coronavírus, o ano será de consolidação de políticas, com destaque para privatizações, concessões e abertura da economia.

O governo Jair Bolsonaro, afirmou o secretário, deu uma demonstração inequívoca de compromisso com a vacinação da população, ao editar uma medida provisória com R$ 20 bilhões para adquirir imunizantes. “Tão logo haja a disponibilidade, vamos adquiri-las para vacinar a população”, afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

PUBLICIDADE

Congresso votou

“Mesmo durante a maior crise de saúde pública da nossa história, a agenda econômica avançou. O novo marco do saneamento e a nova lei de falências foram aprovados. O novo marco do gás está andando. A BR do Mar e o PL [projeto de lei] cambial foram aprovados na Câmara, a independência do Banco Central foi aprovada no Senado. O PLP [projeto de lei complementar] 101, que aprimora o Regime de Recuperação Fiscal, foi aprovado. Nós também resolvemos um passivo importante da lei Kandir.”

Dois desafios à frente

“O primeiro é a consolidação fiscal. Devido aos gastos com a pandemia, a nossa relação dívida PIB aumentou. Agora nós vamos ter que demonstrar ao mercado que vamos voltar àquela trajetória de redução consistente, algo em que já tínhamos tido sucesso no ano passado. Consolidação fiscal não é questão de ideologia. É questão de defender a população brasileira, principalmente os mais pobres.”

Privatizações e concessões

“Acredito que 2021 será o ano de privatizações, concessões e abertura econômica. E temos que continuar avançando na desburocratização. É natural que agenda de privatizações siga um rito próprio. A questão da Eletrobras, ela já tinha um certo consenso desde 2019. Acho que teríamos tido sucesso neste ano, mas a pandemia mudou a ordem de prioridades. Me parece muito claro que a questão da Eletrobras vai se resolver no ano que vem, tal como a questão dos Correios. Esses consensos estão sendo criados. São 117 leilões do PPI previstos para o ano que vem. É uma agenda robusta de privatizações e concessões.”

Agenda legislativa para 2021

“Na consolidação fiscal, a prioridade são as PECs [Propostas de Emenda à Constituição] que nós já enviamos: da Emergência Fiscal, do Pacto Federativo. E também a da reforma administrativa. A reforma administrativa não é só uma questão fiscal. É uma questão de corrigir a má alocação de recursos. Mas não podemos confundir prioridade com aprovar primeiro. O fato de algo ser prioridade não quer dizer que vamos abrir mão de aprovar outras coisas. Na produtividade,

posso citar: debêntures de infraestrutura, modernizar o setor elétrico, desestatização da Eletrobras."

Tributária, ao menos em parte

"A discussão de um IVA [Imposto sobre o Valor Agregado] ganhou força no Brasil. A proposta do governo de juntar o PIS com o Cofins é um primeiro passo natural. Claro que, se a gente pudesse fazer mais coisas, seria melhor. Mas temos que avançar nos consensos. É um erro achar que juntar o PIS e Cofins é pouca coisa, pois os dois tributos representam parte expressiva do contencioso tributário e da arrecadação. É um convite para que se mostrem os ganhos dessa junção e, aos poucos, Estados e municípios se sintam estimulados a entrar com mais força também nisso. Os interesses não são fáceis de alinhar. Veja a dificuldade que é juntar o PIS e a Cofins. Agora, imagine juntar ICMS e ISS. É natural que o avanço de tudo seja por consenso e paulatinamente. Acho que vamos ter sucesso em parte desse debate no ano que vem."

Efeitos dos novos marcos

"O novo marco do saneamento já está produzindo resultados. As últimas concessões de água e esgoto que ocorreram no Brasil foram um sucesso. Quando tivermos o PL do gás, as novas concessões seguirão o mesmo caminho. Existe muito dinheiro internacional esperando definições dos nossos marcos legais. Esses resultados ocorrem de maneira rápida. Mas é claro que o grande efeito disso ocorre a longo prazo. Ano que vem, teremos a concessão do 5G, que é um dinheiro expressivo entrando. Temos também novos leilões de cessão onerosa, a Eletrobras. É um dinheiro importante entrando, mas, acima de tudo, é investimento privado que vai melhorando a eficiência da economia."

Coronavírus

"Vou evitar falar sobre o número de casos e sobre segunda onda, porque são questões epidemiológicas. Do ponto de vista estritamente econômico, a importância para nós reside no distanciamento social, cujos indicadores estão diminuindo, e isso mostra que o setor de serviços está voltando. Com isso, voltam os empregos e

temos mais renda. Não estou fazendo juízo de valor, se está certo ou errado. Estou apenas observando que o distanciamento social se reduziu. O [crescimento no] terceiro trimestre foi liderado por comércio e indústria. O quarto trimestre vai ser liderado pela retomada do setor de serviços. Acho que isso vai nos dar a tração necessária para entrarmos em 2021 e podemos seguir em frente sem a necessidade de auxílios emergenciais."

Vacinação e atividade

"Está muito claro o compromisso deste governo, haja vista que já foi editada uma medida provisória com previsão de R$ 20 bilhões para a compra de vacinas. Tão logo haja a disponibilidade, vamos adquiri-las para vacinar a população. É natural que no primeiro trimestre tenhamos essas preocupações. Mas ao longo do semestre acho que vamos consolidando a nossa retomada."

Fim do auxílio emergencial

"Os auxílios não foram retirados de uma vez. Ele foi aprovado por três meses, depois expandido para mais dois meses a R$ 600, e por mais quatro meses a R$ 300. Então, essa versão que o auxílio está sendo retirado de uma vez está incorreta. Outra coisa: o Bolsa Família continua e nosso Orçamento [para 2021] está prevendo um aumento. Dados mostram que a renda efetiva da população está se aproximando da renda habitual. Ou seja, estamos retornando ao cenário pré-pandemia. Se as pessoas estão podendo voltar a trabalhar e a gerar renda, é natural que se vai reduzindo o auxílio emergencial."

Mercado de trabalho

"Diferentemente de crises passadas, o grosso do desemprego está vindo do setor informal. Tão logo o setor de serviços retome, as contratações vão voltar. Além disso, temos que destacar o sucesso das medidas econômicas na preservação do emprego formal. A taxa de ocupação vai voltar a subir, seja porque nós preservamos empregos no setor formal, seja pela retomada do setor de serviços."

Perspectivas para 2021

“No Brasil, nós enfrentamos dois choques negativos em 2019: uma tragédia humanitária em Brumadinho, que teve impactos negativos na extração de minérios, e o choque negativo no comércio com a Argentina. Em 2020, tivemos um outro choque negativo, agora de proporções ímpares na nossa história, decorrentes da pandemia. O cenário externo desta vez está ajudando. Se não tivermos outros choques negativos, acho que estamos no caminho certo. Teremos um ambiente com juros internacionais baixos e juros no Brasil baixos. Esses são movimentos no subterrâneo da economia. Juros mais baixos terão efeito real na economia no ano que vem. Junto a isso, estamos vendo um aumento no preço internacional de commodities, que também nos ajuda. Nós só dependemos de nós mesmos para termos um bom 2021: fazer a lição de casa no lado fiscal e continuar avançando na agenda de reformas econômicas. Essa é a estratégia a ser mantida.”

Conteúdo Publicitário Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Promoção Natal 100% Empreendedor!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

O tênis cobiçado por jogadores de futebol

POOUPE

LINK PATROCINADO

Chegou ao Brasil a lupa de cabeça mais usada na Europa

SUPER LUPA

LINK PATROCINADO

Não perca a oportunidade de estudar com quem é referência na área da Saúde.

SÃO CAMILO

LINK PATROCINADO

EAD São Camilo, Inscreva-se já!

SÃO CAMILO

por taboola